



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Artur Favaretto Pereira

**Coletivos Negros Universitários, antirracismo e educação:** agendas e  
articulações na luta contra o racismo na Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis

2024

Artur Favaretto Pereira

**Coletivos Negros Universitários, antirracismo e educação: agendas e articulações na luta contra o racismo na Universidade Federal de Santa Catarina**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na linha Sujeitos, Processos Educativos e Docência.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Célia dos Passos

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilise Luiza Martins dos Reis Sayão

Florianópolis

2024

Favaretto Pereira, Artur

Coletivos Negros Universitários, antirracismo e educação : agendas e articulações na luta contra o racismo na Universidade Federal de Santa Catarina / Artur Favaretto Pereira ; orientadora, Joana Célia dos Passos, coorientadora, Marilise Luiza Martins dos Reis Sayão, 2024.

129 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Coletivos Negros Universitários. 3. Movimento Negro. 4. antirracismo. 5. UFSC. I. Passos, Joana Célia dos. II. Sayão, Marilise Luiza Martins dos Reis. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Artur Favaretto Pereira

**Coletivos Negros Universitários, antirracismo e educação: agendas e articulações na luta contra o racismo na Universidade Federal de Santa Catarina**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 15 de outubro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Joana Célia dos Passos, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Marilise Luiza Martins dos Reis Sayão, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Renata Waleska de Sousa Pimenta, Dr.<sup>a</sup>  
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Patrícia de Moraes Lima, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Ângela Della Flora, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.<sup>a</sup> Joana Célia dos Passos, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora

Florianópolis, 2024.

À juventude negra de ontem, de hoje e que ainda virá.  
Que nossos exemplos de luta se façam combustível para a revolta organizada.

## AGRADECIMENTOS

“Carrego comigo muita gente. Todo um passado e um presente de luta que, na certeza de um futuro melhor, lançaram-me não só ao desafio de batalhar nas ruas por um amanhã possível, mas de o disputar também em meio à vida tão dura na academia. Nesse processo nada fácil, agradeço primeiramente às tantas pessoas que vieram antes de mim; ao povo brasileiro, que nunca se permitiu sucumbir ante a agressão das classes dominantes. Todas as graças à juventude negra e às pessoas mais velhas que ergueram esse país, aquilombaram-se nas matas, nas ruas e nas universidades, e me permitiram estar aqui. Todo respeito por quem constrói a UFSC e luta em defesa desta universidade tão importante. Toda reverência à nossa gente de garra e de afeto”.

Há algum tempo tenho dito isso acima, e por vezes a vida me mostra que talvez, realmente, haja coisas que nunca mudam. Em meio a tudo isso, porém, construir esse percurso do Mestrado certamente me trouxe significativas mudanças. Felizmente, em sua maioria, para melhor. Felizmente, trazendo muito a agradecer.

Agradeço ao conjunto de colegas do PPGE que compartilharam comigo bons momentos em aulas, assembleias ou outras trocas que tivemos, sobretudo Iara, Rafael e Karina. Certamente vocês contribuíram nessa jornada toda, a cada abraço, sorriso, sufoco ou alegria junto de mim.

Agradeço, também, às professoras Joana e Marilise, pelo aceite da orientação, pelas dicas e pelos ensinamentos. Nesse novo e turbulento processo, pude aprender para bem além do tema de pesquisa em nossas conversas. Obrigado por me ajudarem a chegar até aqui, apesar das dificuldades que apresentei.

Não há como não registrar meu agradecimento às professoras de minhas bancas, desde a qualificação, contando ainda com Dyane e Leslie, até a defesa, com Renata, Patrícia e Ângela. A atenção, o zelo e o entusiasmo de vocês em contribuir comigo nesse processo, a prontidão em aceitarem o convite e se organizarem para tal momento, trouxeram um novo ânimo para a conclusão dessa etapa. À Renata, em especial, deixo aqui um profundo agradecimento por tamanha sensibilidade e tanto carinho em suas críticas, sugestões e em todo o acompanhamento nesses últimos meses, mesmo que em momentos pontuais. A avalanche de problemas pesou um bocado menos com tuas palavras.

Também agradeço à Ana, à Camila, à Carol e à Simone pelos momentos bons, o apoio, o carinho e o incentivo nessa reta final, conciliando meu estágio com a entrega da dissertação.

Agradeço, ainda, à CAPES, pelo financiamento. Mais que isso, a toda nossa gente que luta por condições ainda melhores, verdadeiramente dignas, para o avanço de uma ciência brasileira de seu povo, por nós construída e para o nosso povo.

Essa pesquisa, afinal, apresenta um pesquisador que é militante, um militante que é pesquisador; um Artur, um Fava, que me faço como sou graças às tantas lutas, aos tantos aprendizados, aos tantos desafios e às tantas contribuições que o Movimento Estudantil me legou. Se saí da graduação já transformado, entrei na pós-graduação também retornando para cursar uma outra graduação, e não podia ter seguido caminho melhor. Entender e construir a mim e às tantas lutas travadas desde aquele segundo semestre de 2022 teve outra qualidade, muito mais profunda e enriquecedora, por seguir tão firme no Movimento Estudantil. Por certo, a divisão de responsabilidades, a sensação do dia mais curto e todas as sobreposições e por vezes sobrecargas disso também se fizeram presentes, mas não cabia ser diferente e não fazia sentido, a essa pesquisa, não se fazer tão expandida na base da luta, apesar das lacunas certamente presentes. Ao CALPe, ao DCE Luís Travassos, à UCE, à APG, meu muito obrigado por tudo que pude trilhar junto a tantas outras pessoas nessas construções. Obrigado pelos tantos laços de amizade e camaradagem!

Da representação estudantil prontamente assumida em meu PPG ao entrar no curso até os tantos episódios difíceis em que me fiz atuante, das lutas no antigo bloco A do CED ao que tomou todo o resto da universidade e das ruas país afora, cresci enormemente e pude fazer crescer também meus sonhos, minha inquietude, minha vontade de mudança e a contribuição que tenho a dar a cada ato, a cada texto, a cada tarefa tocada. No fim, chego a essa dissertação como uma contribuição acadêmica e também militante, imbricando ainda mais profundamente tais aspectos de minha vida em toda sua complexidade, das faltas às boas qualidades.

Todo esse processo não veio sem companhia, sem muita força coletiva, mesmo de longe. Agradeço, nominalmente, à querida Dani Braz, pelas tamanhas lutas que sacudiram essa universidade e a cidade, ou ainda outros cantos do país, em nossa amizade e parceria que segue tão importante desde 2017. Agradeço, também, à minha querida professora, referência de luta e hoje também amiga, Pati Lima, por tanto ter feito, ensinado, inspirado, acolhido. Toda a trajetória na Pedagogia e no PPGE, toda a construção dessa pesquisa, não teria sido a mesma sem tamanha força que vi ainda naquele setembro de 2022 e por muitas outras vezes também.

Não só o Movimento Estudantil que me trouxe até aqui, entretanto. Especialmente esse percurso da pós se combinou a uma muitíssimo importante luta do Movimento Negro, em suas idas e vindas. À FREJUNA e a todo seu sentido e exemplo de construção, serei eternamente grato. Demarco aqui, também, minha admiração, minha esperança e minha alegria em construir o Maria Firmina, e com este coletivo também construir muitas lutas e trocas diversas com tantos outros que, chegando ainda antes de nós ou mesmo no último período, são construções tão

importantes para o povo negro. É bom demais construir isso com a nossa cara e para a nossa gente. Nada sobre nós sem nós!

Tratar da importância dessa coletividade em minha vida é também deixar aqui o meu imensurável agradecimento ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes e à Juventude Comunista Avançando pelo tanto que já fizemos, o tanto que seguimos fazendo e o que ainda mais queremos fazer. É construindo essas organizações que me inspiro para seguir a trajetória militante e humana de sonhar outro mundo possível; é aqui que alcanço, na camaradagem, na formação coletiva, na forja como quadro comunista, o sentido de minha vida. Agradeço por todo o amparo, todo o exemplo, toda a confiança e as tantas mais coisas boas que posso compartilhar junto de nossa militância. Toda força e toda garra. **Avançar!**

Também nessas fileiras, estabeleci amizades a quem muito devo. De um parabéns atrasado por ter passado aquele aniversário de 2022 construindo um ato antirracista até os tantos desesperos e nervosismos, ou ainda os inúmeros sorrisos e choros compartilhados, agradeço imensamente à Amanda, à Édina e ao Lucas. Sou muito feliz ao lado de vocês, seja com ou sem uma coquinha, um almocinho, um docinho ou uma tarefa para tocar. A vida é mais bela nessas companhias! Ao precioso *Luke*, por sinal, um agradecimento especial por tanto apoio, pelas leituras, pelos comentários, pelo suporte em diferentes momentos dessa pesquisa – inclusive até o último ajuste antes dessa frase. Nunca foi sobre validação, mas sim sobre sempre buscar sentido em coletivo. Que bom que contigo, com vocês, construo isso.

Escrever sobre amizades, novos momentos, alegrias e esperanças, sem dúvidas, é tratar também de um certo grupo de “amigos secretos”. Pós e graduação se confundiram em muitas coisas nos últimos semestres, mas para cada insegurança ou celebração nesse trajeto, desde um 2023 em que fomos nos aproximando, cada qual ao seu tempo, havia alguém comigo. Primeiro, e com imenso carinho, agradeço ao Victor (o dengoso e esquentadinho *IV*), meu parceiro de muitas e longas conversas e pouco sono país afora, e à Marianne, à Ana Luiza e à Ariel, por serem também base para eu chegar até aqui. Ainda, também de coração cheio, agradeço à Rhaïssa, à Maria Fernanda, à Isabela e à Mel por fazerem também desse grupo um lar.

Agradeço, ainda, à minha grande amiga Mariah. Não foram poucos os desabafos, os conselhos pedidos, os momentos de carinho tão puro e outros de firmes mas doces palavras que me deram muita força e confiança. Haja manha e sagacidade para lidar com tanta bucha, né?!

Mais ainda, e de forma tão significativa que mal consigo dimensionar, agradeço à minha maior e fiel amiga, Evelin. Minha conselheira de toda hora e mais um pouco, a amiga sempre presente, sempre tão importante. É engrandecedor aprender tanto sobre a vida e nossas lutas contigo, construir tanto sentido, tanto amor, tanta empolgação com o que ainda podemos



alcançar para a gente e para toda a nossa gente. Teu cuidado constante, teu incentivo, teu conforto, tua escuta, teu suporte, tua orientação... tudo isso e um tanto mais foram essenciais para isso aqui de fato ser possível. Cada leitura, cada áudio, cada mensagem, cada sugestão, cada cobrança, cada lembrete; cada troca contigo trouxe algo de bom, e cada dia tem sua felicidade garantida por poder contar contigo e construir essa amizade. Te admiro e não é nada pouco, não. Obrigado por ser tão gigante em minha vida!

Por fim, como de costume, para selar esse momento, agradeço à minha família, meu porto seguro. Cada incentivo, cada preocupação, cada gesto de cuidado para comigo foi muito importante, e sou profundamente grato ao meu irmão, à minha madrinha e a cada pessoa daqui de Floripa, de Coronel, de Curitiba ou de Brasília por todo e tanto apoio.

Mais que tudo, é claro, agradeço a quem, dia após dia, construiu comigo essa fortaleza que nos manteve de pé até então. É difícil buscar palavras, e um tanto do que já disse outras vezes exprime muito do que sinto. “Ao meu pai, Euclides, por não medir esforços para que eu pudesse ter ao meu alcance tudo que fosse necessário, participasse do que fosse possível e tivesse com quem contar independentemente da situação. À minha irmã, Elisa, pela cumplicidade; por cada colo e abraço, e por cada tarefa minha que assumiu. À minha mãe, Cleusa, pela entrega irrestrita; pela escuta, pelos conselhos e pela sabedoria. Por ser meu exemplo mais belo de amor”. Dessa vez, porém, posso dizer que fomos ainda além.

Muitas foram as barreiras para essa escrita, por vezes até rapidamente desenvolvida e com um tanto de páginas prontas em curto tempo, mas por muitos momentos tão sofrida de fazer tomar forma, por razões ainda nebulosas e sofrimentos tão duros que pouco consigo exprimir aqui. Nesse processo, não foi pouca também a incompreensão, o comodismo da crítica irresponsável e fácil, o peso dos absurdos proferidos ou encenados por um bocado de gente, do campo acadêmico ao militante, sempre distantes de mim. De toda forma, vocês estavam ali. Foi e é com vocês que tenho encarado as tantas incertezas, as tantas angústias, as tantas doenças e os desesperos; em família, criamos força para seguir lutando contra aquelas que ainda nos têm acometido, e tomo fôlego, esperança e garra para seguir ainda mais adiante.

A vocês três, que sempre estiveram aqui para me acolher, orientar, motivar, não posso poupar agradecimentos. Não poupo meu irrestrito amor.

Digo, então – ou melhor, repito: “feliz de mim que carrego essa gente comigo!”.

*Aqui, racista não vai se criar!*

## RESUMO

O presente trabalho visa a contribuir para a discussão acerca do Movimento Negro (MN) e sua luta contra o racismo na universidade, partindo da virada política trazida pelo incremento da presença negra na universidade sob as ações afirmativas conquistadas no século XXI e pela conjuntura de crescente agressão e precarização da vida sob os governos golpistas de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Compreendendo o impulso a novas bases de proposição de luta e organização juvenil negra nesse contexto, pauto aqui as formulações de diferentes iniciativas atuantes a partir de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com enfoque nas movimentações de 2019 a 2022, no campus Trindade, em Florianópolis. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é discutir a emergência e a organização dos Coletivos Negros Universitários (CNU) na UFSC, bem como a sua relação com o Movimento Negro, o Movimento Estudantil (ME) e a instituição, por meio das suas experiências e das pontes com a Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA). Para tanto, articulo como objetivos específicos: a) contextualizar social e historicamente os Coletivos Negros Universitários; b) apresentar a trajetória dos Coletivos Negros Universitários da/na UFSC; e c) analisar sua agenda política, suas estratégias e suas intervenções na luta antirracista na UFSC, perpassando os desafios do movimento e suas contribuições junto à FREJUNA. As escolhas metodológicas e as fontes diversas aqui são enredadas em um percurso que se centra em duas faces: i) uma breve revisão bibliográfica sobre a luta do Movimento Negro brasileiro e catarinense, sobretudo no campo educacional e das universidades, e sobre os debates conceituais acerca dos coletivos; ii) a análise de registros dos CNUs da/na UFSC sobre si e suas lutas e de peças escritas ou digitais (como relatorias de reuniões, documentos institucionais e postagens em redes sociais), visando a descrever episódios e caracterizar a dinamização do enfrentamento antirracista no meio universitário e no contexto local. Perpassando um movimento de reconstituição das redes de socialização e proposição política dos CNUs e da FREJUNA, exploro como resultados o diferencial alcançado pela Frente na articulação das lutas na UFSC e a potencialidade dos CNUs locais na construção de alternativas concretas de intervenção para defesa dos direitos de nossa gente. Em conjunto, ao compreender o entrelaçamento do combate antirracista em sua forma aberta à disputa por políticas e condições materiais e simbólicas que concretizem a permanência negra na universidade, friso como os CNUs imprimem significativas mudanças no funcionamento institucional a partir da luta política coletiva, organizada e constante, impactando nas próprias concepções sobre a função social da UFSC e em seu cenário atual, como na conquista de relevantes políticas institucionais centradas no enfrentamento ao racismo.

**Palavras-chave:** Coletivos Negros Universitários; Movimento Negro; movimento estudantil; permanência estudantil; racismo; antirracismo; UFSC.

## ABSTRACT

This research aims to contribute to the discussion about the Black Movement (BM) and its fight against racism at the university, starting from the political turn brought about by the increase in black presence at university under the affirmative actions achieved in the 21st century and by the context of growing aggression and precariousness of life under the coup governments of Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro (2019-2022). Understanding the impulse for new bases of proposition of struggle and organization of black youth in this context, here I focus on the formulations of different initiatives active since 2017 at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), with a focus on the movements from 2019 to 2022, on the Trindade campus, in Florianópolis. In light of this, the general objective of this research is to discuss the emergence and organization of the Black University Collectives (CNU) at UFSC, as well as their relationship with the Black Movement, the Students Movement (ME) and the institution, through their experiences and bridges with the Anti-Capitalist Black Youth Front (FREJUNA). To this end, I articulate the following specific objectives: a) to contextualize the Black University Collectives socially and historically; b) to present the trajectory of the Black University Collectives at/in UFSC; and c) to analyse their political agenda, their strategies and their interventions in the anti-racist struggle at UFSC, including the challenges of the movement and their contributions to FREJUNA. The methodological choices and the diverse sources are entangled in a path that focuses on two aspects: i) a brief bibliographical review on the struggle of the Brazilian and Santa Catarina Black Movement, especially in the educational field and universities, and on the conceptual debates about collectives; ii) the analysis of records of the CNU of/at UFSC about themselves and their struggles and of written or digital pieces (such as meeting reports, institutional documents and posts on social media), aiming to describe episodes and characterize the dynamization of the anti-racist confrontation in the university environment and in the local context. Through a movement of reconstitution of the socialization and political proposition of the CNU and FREJUNA, I explore as results the differential achieved by the Front in the articulation of the struggles at UFSC and the potential of the local CNU in the construction of concrete intervention alternatives to defend the rights of our people. In addition, by understanding the intertwining of the anti-racist struggle in its open form with the dispute over policies and material and symbolic conditions that concretize black permanence at university, I emphasize how the CNU bring about significant changes in institutional functioning from the collective, organized and constant political struggle, impacting on the conceptions about the social function of UFSC and its current scenario, as well as in the achievement of relevant institutional policies focused on confronting racism.

**Keywords:** University Black Collectives; Black Movement; students movement; students permanence; racism; anti-racism; UFSC.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sala Quilombo.....	57
Figura 2 – Logo do Magali.....	63
Figura 3 – Logo do LeGon.....	67
Figura 4 – Logo do Orí.....	68
Figura 5 – Logo da FREJUNA.....	70
Figura 6 – Ato de 13/05/2021.....	75
Figura 7 – Ato de 26/06/2021.....	75
Figura 8 – Logo do Maria Firmina.....	77
Figura 9 – Campanha do MN sobre a Sala Quilombo.....	84
Figura 10 – Assembleia emergencial do curso de Pedagogia, em 28/09/2022.....	89
Figura 11 – Intervenção do Coletivo Orí no ato no CED, em 29/09/2022.....	92
Figura 12 – Ato no CED, em 29/09/2022.....	93
Figura 13 – Chamado para a Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022.....	95
Figura 14 – Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022 (canto direito).....	96
Figura 15 – Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022 (canto esquerdo).....	96
Figura 16 – Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022 (mesa/frente).....	97
Figura 17 – Confeção de cartazes pela Pedagogia no CED.....	98
Figura 18 – Ocupação do Hall do CED para confecção de cartazes pela Pedagogia.....	98
Figura 19 – Intervenção na reitoria: “Fogo nos racistas” e “Chega de impunidades na UFSC!”.....	99
Figura 20 – Intervenção na reitoria: “Mais de uma semana de impunidade!”, “Seu silêncio também é racista”, “Se Palmares não existe mais, faremos Palmares de novo!!” e outras.....	99
Figura 21 – Intervenção na reitoria: “Expulsão já!”, “Pedago em luta!” e “Racismo é crime...”.....	100
Figura 22 – Registro do encontro de estudantes após intervenção na reitoria.....	100
Figura 23 – Leitura de carta na sessão do CUn de 11/10/2022.....	102
Figura 24 – Chamado para a Assembleia Estudantil Negra de 03/11/2022.....	105
Figura 25 – Chamado para a 3ª Virada Antirracista.....	106
Figura 26 – Registro de um dos materiais espalhados pela UFSC na 3ª Virada Antirracista....	107
Figura 27 – Intervenção em sala de aula durante a 3ª Virada Antirracista.....	107
Figura 28 – Intervenção no hall de centro de ensino durante a 3ª Virada Antirracista.....	108

Figura 29 – Registro da aula aberta sobre racismo na universidade, da 3ª Virada Antirracista.....	108
Figura 30 – Audiência pública sobre a proposta da PERI.....	111
Figura 31 – Sessão do CUn de 29/11/2022, que aprovou a PERI.....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

4P	Coletivo Poder Para o Povo Preto
CA	Centro Acadêmico
CALPe	Centro Acadêmico Livre de Pedagogia da UFSC
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CED	Centro de Ciências da Educação
CNU(s)	Coletivo(s) Negro(s) Universitário(s)
COEMA	Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i> (doença do/por coronavírus)
CUn	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FOMOVEN	Fórum dos Movimentos Estudantis Negros
FREJUNA	Frente da Juventude Negra Anticapitalista
GT	Grupo de Trabalho
JCA	Juventude Comunista Avançando
Kurima	Coletivo Kurima - Estudantes Negras e Negros da UFSC
LeGon	Coletivo Negro do Curso de Direito da UFSC Lélia Gonzalez
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis/pessoas transgênero e pessoas intersexo
Magali	Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida
Maria Firmina	Coletivo Negro da Pedagogia Maria Firmina dos Reis
ME	Movimento Estudantil
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
NEN	Núcleo de Estudos Negros
Orí	Coletivo Orí de Psicologia Anti-Racista
PET	Programa de Educação Tutorial
PROAFE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade
SC	Santa Catarina
SEPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TEN	Teatro Experimental do Negro
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1. OCUPANDO O QUE É NOSSO POR DIREITO: A LUTA NEGRA E A EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS.....</b>	<b>33</b>
1.1. MOVIMENTO NEGRO, INTELECTUALIDADE NEGRA E NOVOS OLHARES E SABERES DA LUTA ANTIRRACISTA.....	39
1.2. OS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS EM QUESTÃO.....	47
1.3. PASSOS QUE VIERAM DE LONGE E CHEGARAM ATÉ AQUI: INICIATIVAS QUE PAVIMENTARAM O CAMINHO DOS CNU <sub>s</sub> AINDA ATUANTES NA UFSC.....	54
<b>2. O PÓS-GOLPE E NOVOS SUJEITOS EM CENA: A FREJUNA E OS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS NA UFSC DE 2017 A 2022.....</b>	<b>60</b>
2.1. COLETIVO NEGRO DE SERVIÇO SOCIAL MAGALI DA SILVA ALMEIDA (MAGALI).....	63
2.2. COLETIVO NEGRO DO CURSO DE DIREITO DA UFSC LÉLIA GONZALEZ (LEGON).....	67
2.3. COLETIVO ORÍ DE PSICOLOGIA ANTI-RACISTA (ORÍ).....	68
2.4. FRENTE DA JUVENTUDE NEGRA ANTICAPITALISTA (FREJUNA).....	70
2.5. COLETIVO NEGRO DA PEDAGOGIA MARIA FIRMINA DOS REIS (MARIA FIRMINA).....	76
<b>3. POVO NEGRO ORGANIZADO PARA ENFRENTAR O RACISMO! EPISÓDIOS E MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS DE DESTAQUE NA UFSC NOS ÚLTIMOS ANOS.....</b>	<b>80</b>
3.1. AS PRIMEIRAS LUTAS SOB O GOVERNO BOLSONARO.....	80
3.2. O CONTEXTO PANDÊMICO E DE DISTANCIAMENTO SOCIAL.....	83
3.3. O RETORNO PRESENCIAL EM 2022 E AS NOVAS EMPREITADAS NA	



UFSC.....	86
3.4. A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL NA UFSC.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO A – PANFLETO DA 3ª VIRADA ANTIRRACISTA .....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

A vivência negra na universidade se faz uma vastidão sem fim de dilemas e problemas, de um deslocamento que grita desde a experiência de maior prestígio àquela de mais dura luta para ali permanecer. Aquele espaço, ainda que comporte momentaneamente tal vida (tal luta), é também tomado por quem quer fechar quaisquer brechas à presença negra ali – ainda que se possa pretender não perceber, ainda que se queira se resignar.

Todo percurso acadêmico para uma pessoa negra ciente do que é o racismo no Brasil é acidentado e tortuoso, tomando proporções de desafios ainda maiores num contexto de uma universidade federal, pública, disputada, localizada no sul do país; contexto esse de um nível de ensino que figura como privilégio para seletas pessoas que até ali chegaram. É diante da negação de oportunidades e de sua própria condição de sujeito; da negação de horizontes de alguma mísera melhoria de aprendizado, condição de vida e sociabilidade que não sob sofrimento demasiado, que se dá a grande parte dos percursos negros universitários. Um choque de belas esperanças à realidade de busca por alguma adaptação e condição de trilhar aquele rumo que, quase sempre, é um sonho. Também em meio a choques e adaptações é que se faz viva a luta do Movimento Negro e sua disputa na universidade, tema dessa pesquisa que põe por escrito parte do que é o legado desse movimento, oriundo de um passado já longínquo e anunciante de um amanhã a ser construído. Luta, essa, que grita; que molda novos sonhos.

É fato que há muitos passos no que é a história negra no Brasil, perpassando cenários de intervenção por meio de confrontos violentos, desde as lutas contra a escravização que se alastraram sob Quilombos até alcançar nebulosas buscas por integração e assimilação à sociedade branca ao derrocar o Império e se instaurar a República. Junto disso, recentes períodos centrados no aprofundamento de suas formulações político-ideológicas, trazendo reverberações ao campo teórico-prático revolucionário. Assim, tratar do Movimento Negro (MN) demanda considerar suas variações e, frente a estas, captar continuidades, semelhanças, legados que marcam seu percurso. Ao passo que não podemos pautar como concatenada e homogênea sua atuação pretérita em relação à que se experiencia atualmente (**Andréa da Luz**, 2020), a amplitude e a robustez de sua trajetória lhe reservam, neste panorama, consideráveis dilemas, desafios, necessidades – um conjunto de questões que não eclodem no acaso, mas sim expressam desdobramentos políticos com diferentes impactos pelo tempo e pelos territórios.

Em meio a conflitos que saltam do passado ao presente, a intenção de pesquisa sobre os Coletivos Negros Universitários (CNU) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), campus Trindade (Florianópolis), surge do anseio por compreensão das demandas e dos dilemas no campo da educação a partir da perspectiva do Movimento Negro (MN) atuante na instituição

na atualidade, que se entrelaçam à minha própria vivência enquanto pesquisador e agente político inserido nesse meio. Esta escolha temática, porém, também se vincula a um recorte temporal que considera o cenário da reorganização política instaurada após o golpe à democracia consolidado em 2016, e que, sob a ameaça representada pelo governo de Jair Bolsonaro<sup>1</sup>, teve como marca um projeto político fascizante<sup>2</sup> que ainda marcha a galope, embora não à frente do principal posto do Executivo.

Assim, ainda que se pudesse ampliar debates sobre distintas iniciativas do MN e alargar estudos desde outros marcos temporais, como a expansão universitária da primeira década do século ou a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que abriram espaço para maior ingresso de pessoas negras no ensino superior, encontro a centralidade de análise na virada política que a conjuntura de crescente agressão e precarização da vida sob os governos golpistas suscitou à organização juvenil negra, especialmente sob o governo Bolsonaro (2019-2022), mas considerando elementos prévios de organização do MN na universidade, tanto no governo golpista de Michel Temer (2016-2018) quanto nas primeiras experiências de ações afirmativas ao longo do século XXI. Ademais, trata-se de uma realidade histórica de Santa Catarina e de Florianópolis que é atravessada por uma composição racial e social que apresenta significativas dificuldades para estabelecer contrapontos, críticas e enfrentamentos à ordem racista vigente.

Dessa maneira, é posto em questão um quadro político de relevantes impactos às iniciativas de luta do Movimento Negro e do campo da educação. No entanto, é também diante desses conflitos que potentes ações de resistência são protagonizadas pela militância negra, como por meio dos CNUs. Com estes, vão sendo abertos caminhos para fortalecer a elaboração e a organização política a partir de ideais de ruptura com este padrão de subalternização, combinando esforços dos coletivos por meio de iniciativas como a Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA), que toma destaque neste estudo. A Frente assim se apresenta em seu perfil do Instagram:

---

<sup>1</sup> Jair M. Bolsonaro foi o presidente da República Federativa do Brasil de 2019 a 2022, tendo sido eleito em 2018 sob a sigla do Partido Social Liberal (PSL) e encerrado o mandato filiado ao Partido Liberal (PL).

<sup>2</sup> Mandatário do jogo de dominação e organização global, o capital financeiro avança de forma aberta e terrorista com suas investidas chauvinistas e policiaescas mundo afora, promovendo uma sequência de guerras, chacinas e verdadeiros combates pelo extermínio de povos que resistem à entrega de seus recursos; à escalada de pauperização de suas vidas em nome dos lucros das elites; ao apagamento de sua história, cultura e memória. Sob valores conservadores, reacionários, racistas e anti populares, as camadas dominantes, especialmente às ordens de sua fração hegemônica – o imperialismo estadunidense –, alastram sofrimento ao povo que luta por condições dignas de vida. Dos aparelhos institucionais até o ideário social, disputam as políticas, as forças materiais e mesmo os discursos que buscam legitimar a repressão social para impor suas vontades e assegurar, a partir de duras agressões, a contenção da revolta de um povo que diuturnamente batalha pela resistência de seus instrumentos de luta, de suas próprias vidas. Para maior compreensão, ver “[O que é fascismo?](#)” e “[O que é fascismo? \(parte 2\)](#)”, da JCA – Florianópolis (2020).

Somos a FREJUNA – Frente da Juventude Negra Anticapitalista, um espaço de encontro, discussão política e luta da juventude negra, formado em 2019. **Somos jovens integrantes de coletivos, organizações políticas ou mesmo independentes**, que atuam na luta contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo, pela construção de uma outra alternativa pra nossa juventude.

**Somando em meio às diferenças e construindo a unidade na luta**, atuamos em apoio e em solidariedade aos movimentos populares da cidade e todas as manifestações protagonizadas pelas comunidades periféricas. Já temos acúmulos de experiências na idealização e realização da Marcha da Consciência Negra de 2019, em Florianópolis, e ainda no ato Vidas Negras Importam, de 07 de junho deste ano, também em Floripa. (FREJUNA, 31/10/2020, grifo nosso)

A Frente, criada em 2019, é composta sobretudo por estudantes da UFSC, abarcando também pessoas egressas desta instituição e algumas outras da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Majoritariamente composta por mulheres e pessoas LGBTI+<sup>3</sup>, reúne pessoas graduandas e pós-graduandas, dentre integrantes de CNUs, entidades mais ligadas ao campo acadêmico, movimentos comunitários ou organizações políticas até pessoas não ligadas a nenhuma outra iniciativa. Porém, a partir de 2023, a FREJUNA apresentou maior esmorecimento na própria organicidade de sua construção, de modo que, por boa parte do ano de defesa deste trabalho, apresentou menor vitalidade em seu propósito inicial e mesmo como meio de articulação das lutas na UFSC, embora ainda perdurem canais de contato, apoio e luta entre sua militância em vias de fortalecimento.

Bebendo de experiências como a Frente Negra Brasileira e seu pioneirismo em tal articulação de distintas organizações negras em uma agremiação comum, a FREJUNA aparece como iniciativa política, dentro da universidade, em meio à articulação de CNUs e outras pessoas negras envolvidas com a mobilização contra o racismo. Assim, essa nova formulação evoca um legado já distante e o atualiza ante as demandas da construção política corrente, marcada pela dinamicidade da mobilização juvenil na disputa do espaço universitário. Longe de desconsiderar as demais iniciativas do Movimento Negro na instituição<sup>4</sup> e sua relevância inclusive para o surgimento dessa Frente, a delimitação de trabalho mais voltado a esse grupo aparece devido à sua maior expressividade na conjuntura em questão e à intenção de evidenciar os novos sujeitos coletivos que têm tomado espaço na instituição.

<sup>3</sup> Sigla popularmente empregada em referência a lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transgêneros e pessoas intersexo ou de outras identificações que se relacionam às discussões de gênero ou sexualidade.

<sup>4</sup> De 2019 a 2022, na UFSC Trindade, ainda contamos com a consolidação de alguns agrupamentos (sobretudo CNUs) ligados a cursos ou centros de ensino. Apresento os mais conhecidos a seguir, com hiperlink direcionando aos perfis de Instagram disponíveis: [Coletivo Ori de Psicologia Anti-Racista](#) (Psicologia); [Grupo de Estudos e Práticas Étnico-Raciais](#) (Centro de Ciências Agrárias); [Coletivo Negro da Pedagogia Maria Firmina dos Reis](#) (Pedagogia); [Coletivo Negro de História Preta Sankofa](#) (História). Já havia também proeminência anterior por parte do [Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida](#) (Serviço Social) e do [Coletivo Negro do Curso de Direito da UFSC Lélia Gonzalez](#) (Direito).

Cabe destacar que é demasiadamente vasta a trajetória de luta do MN por sua afirmação e organização na UFSC para a focalizar por completo como objeto de pesquisa, mas destaco, para além das iniciativas de agremiações negras oriundas de contextos externos a essa universidade, como o Movimento Negro Unificado (MNU), a contribuição desde 1986 do Núcleo de Estudos Negros (NEN), e depois do Coletivo Kurima – Estudantes Negras e Negros da UFSC e do Coletivo 4P – Poder Para o Povo Preto (ambos dos primeiros anos da década de 2010), que deram base à articulação de CNUs que se impulsionou no contexto pós-golpe de 2016, sobre os quais tratarei mais adiante.

Esses acúmulos de luta e experiências, ainda, mesclam-se a um percurso acadêmico que já visibiliza e busca aprofundar o entendimento acerca da militância negra nesse tempo-espço demarcado. Nos parágrafos a seguir, teço a retomada de acúmulos que vim amadurecendo ao longo dos últimos anos sob a experiência da pesquisa (**Favaretto Pereira, 2022**) mas, sobretudo, da militância no Movimento Negro, para constituir um panorama das razões e das justificativas deste estudo, conservando bases de compreensão política e histórica desenvolvidas em minha graduação e as atualizando com novos problemas a abordar. Em adendo, complemento meus entendimentos à luz dos recortes e das demandas próprias do novo enfoque ao qual me debruço no decorrer do curso de mestrado. Com isso, defendo e construo essa movimentação explicativa a fim de destacar debates centrais à afirmação da importância de toda essa construção acadêmica e política que aqui se materializa em texto.

Analisando a conjuntura nacional dos últimos anos, vejo que, com o avançar da política golpista de Temer e seu impulso avassalador sob comando de Bolsonaro, anos de história e cultura popular, negra, brasileira, perderam-se em meio a chamas que ainda destroem o Brasil. Não foram poucos os incêndios reais ou simbólicos que já nos tomaram das matas aos museus, ou até a Fundação Cultural Palmares – quando da direção de Sérgio Camargo<sup>5</sup> –, e ainda vigoram investidas de esmagamento dos direitos, descrédito à ciência, banalização da vida e da trajetória de um povo que ousa lutar por liberdade, embora não mais centradas, encabeçadas, pela figura presidencial. Desde as formas mais veladas às agressões cada vez mais escancaradas, tal cenário, que a muito custo vamos tentando superar, veio a levantar duras tarefas a quem trabalha e luta pela educação.

Nestas dores – e nos fervores de luta que acendem – é que se fincam as raízes desta pesquisa, à busca por contestar e contrapor o projeto político, econômico, societário; disputar e

---

<sup>5</sup> Um “negro de direita, antivitimista, inimigo do politicamente correto” (**Camargo, 2020**), segundo autodescrição na “bio” em seu perfil pessoal no Twitter, atual “X”, que atuou como figura de confiança no governo Bolsonaro e destruiu tal patrimônio brasileiro, profundamente significativo à trajetória de nossa gente negra.

reescrever, superando a histórica obliteração da vasta contribuição negra ao que hoje se pode chamar de Brasil, o que foram os feitos das lutas populares por espaço das escolas às universidades – ou mesmo além destas. Pois, pauto aqui a defesa do conhecimento crítico, fundamentado e orientado pelas demandas e pelos anseios de nosso povo, sua resistência e sua combatividade. Se já entoava a Estação Primeira de Mangueira, em 2019, o empenho em contar a “história que a História não conta”, assumo aqui o compromisso de lhe dar sequência, sob a histórica tarefa que nos é colocada como pessoas educadoras que sofrem e lutam neste presente.

Desse modo, mais do que apenas pretender auxiliar a compreensão do momento em que vivemos por meio das experiências de luta forjadas pelo povo negro, como os Coletivos Negros Universitários, também faço dessa pesquisa um ato de registro e estudo de tais iniciativas. Assim, bebendo das contribuições de luta coletiva de origens bastante demarcadas quanto à sua classe, raça e perspectiva política, busco também instigar e instrumentalizar tão necessários debates no campo educacional e acadêmico em geral.

Para além dessa disputa acadêmica geral, que já se faz relevante ao pautar o amplo debate sobre Movimento Negro, também pouco abordado diante do peso constituinte desse país que representa o povo negro, essa pesquisa se propõe inovadora em termos das produções em nível de pós-graduação na UFSC. A especificidade e o ineditismo de pesquisa desse porte sobre a luta dos Coletivos Negros Universitários na UFSC e seus laços políticos também encontra sua razão numa breve leitura crítica sobre a realidade em que estes se inserem. Considerando mais que o cenário nacional, a FREJUNA se origina e atua na capital do estado que, percentualmente, é o mais branco do país (NSC, 2012) e que mais serviu de base de apoio para a eleição de Jair Bolsonaro (Júlia Rohden, 2018). Em mesma linha, a capital catarinense repete a expressividade de maioria branca e apoiadora de Bolsonaro dentre votantes (IBGE, 2010; Redação..., 2018), o que apresenta desafios particulares na construção de uma agenda antirracista na cidade-sede da universidade elencada para estudo, sustentando a lógica de maior dificuldade para promover segura e amplamente o debate étnico-racial sob orientação crítica nesse cenário.

Em meio a dificuldades e certa falta de prioridade ou de iniciativa, a produção acadêmica local mal evidencia a emergência e a relevância do MN na constituição de novas construções políticas e de disputa dos meios institucionais e dos projetos educacionais na universidade, o que fortalece esta proposta. Tratando em termos específicos dos Coletivos Negros Universitários na UFSC, não foi encontrada nenhuma pesquisa em andamento (que não esta minha) ou de conclusão de curso (de graduação ou pós-graduação), apenas três esboços de trabalhos e artigos apresentados em eventos e uma publicação na revista do Programa de

Educação Tutorial em Serviço Social da UFSC sobre o coletivo negro deste curso<sup>6</sup>.

Em atenção ainda mais estrita ao recorte espacial da pesquisa, a Universidade Federal de Santa Catarina<sup>7</sup> vem como território-chave em minhas escolhas em meio a essa completude de questões que se evidenciam ao pensar na luta negra. Parto, afinal, da constatação da desigualdade que marca a constituição social brasileira e que toma proporções gritantes no que tange às especificidades sulistas no cenário das relações étnico-raciais. Afinal, a UFSC marca a contradição de, por um lado, figurar como principal instituição de ensino superior do estado, renomada nacional e internacionalmente por sua ciência de ponta; mas, por outro, ser solapada, há tanto tempo, pela escassez de políticas afirmativas e de permanência que garantam mínimas condições dignas e de impulso às pessoas negras partícipes de sua comunidade interna.

Tal histórico, porém, não se fez no acaso: essa universidade carrega uma história de domínio oligárquico em suas gestões (com raras exceções<sup>8</sup>), sendo um campo fundamental para a perpetuação do controle com intenções privatistas e meritocráticas pelas elites locais, potencializadas pela inescrupulosa e reacionária grande mídia catarinense. Essa história, combinada à voraz escalada fascistizante no país e com ainda maior amplitude no estado, tem feito da UFSC solo fértil para seguidos ataques de ódio, desde a organização de células neonazistas até dezenas de outros crimes racistas, misóginos, transfóbicos e opressivos num geral que se alastraram pelos campi da universidade<sup>9</sup>, especialmente no campus Trindade. Porém, como escola de outras tantas pessoas inconformes à barbárie promovida pelas classes

---

<sup>6</sup> São eles, respectivamente, e disponibilizados em hiperlink: [“O debate da Questão Étnico Racial no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina \(UFSC\)”](#) (Jaina da C. Goes; Silva; Caricate; Vanessa Z. Domingos, 2018); [“Atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no período da greve estudantil da UFSC”](#) (Beatriz A. da Rosa; Chaiane G. da Silva; Joyce Santos; Caricate; Vanessa Z. Domingos, 2020); [“Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida: a historicidade do coletivo e uma reflexão acerca dos desafios ligados às questões étnico-raciais na formação em Serviço Social”](#) (Ana C. de Araújo; Gabriela C. Costa; Gislayne de Jesus; Mirê S. Chagas, 2020) e [“É NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA: a atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da COVID-19”](#) (Joyce Santos; Vanessa Z. Domingos, 2020).

<sup>7</sup> A UFSC foi fundada no final de 1960, em Florianópolis. Ainda, segundo [apresentação no site da universidade](#), “a UFSC tem a “missão de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico” e, para tanto, oferece diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville. Os do interior foram instituídos em 2009 [...]. Exceto Blumenau, que foi criado em 2013. Cerca de 50 mil pessoas circulam diariamente em seus espaços, entre professores, técnicos administrativos em Educação, alunos de todos os níveis de ensino e comunidade externa. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento, em 2021 a UFSC contava com 5.660 servidores (2.654 docentes e 3.006 técnico-administrativos em Educação); 1.087 alunos da educação básica; 31.898 matriculados em 119 cursos de graduação (107 presenciais e 12 a distância); 8.246 estudantes nos cursos *stricto sensu* (19 mestrados profissionais, 69 mestrados acadêmicos e 59 doutorados); e 2.938 matriculados em seis especializações”. (UFSC, 2022)

<sup>8</sup> Como os casos das gestões de Roselane Neckel e Lúcia Helena Pacheco (2012-2015) e de Irineu Manoel de Souza e Joana Célia dos Passos (2022-atualmente), únicas reitorias não centralmente atreladas aos grupos da maçonaria e das elites catarinenses.

<sup>9</sup> Pode-se conferir mais em notícias no site da universidade, como [“UFSC se manifesta sobre casos de racismo e nazismo”](#), de 03 nov. 2022.

dominantes, é também disputada como palco de nosso enfrentamento na construção de mobilizações e, como desdobramento, na disputa intelectual e acadêmica – como aqui proposto.

Neste bojo, ainda, é central considerar a relevância de se discutir a luta do MN no campo da educação, e diretamente no contexto universitário, atravessando nas ações pesquisadas e no desenvolver deste trabalho o marco de 10 anos da “Lei de Cotas” (Lei nº. 12.711/2012). Pesquisar sobre a luta de agrupamentos negros majoritariamente universitários possibilita trabalhar os embates que atravessamos acerca dessa conquista histórica do MN, considerando o impacto da lei para a existência dos CNUs (haja vista que possibilitou a entrada de boa parte do corpo discente negro nas universidades) e somando esforços à disputa contra o projeto de desmonte das políticas de ações afirmativas que é promovido pelas elites, com o contraponto de nossas lutas que prorrogaram e aprimoraram a lei.

E nesse desenrolar também ganha força a decisão pelo estudo da FREJUNA, que se pauta na incontestável expressividade alcançada no MN local, captada já por uma série de materiais e, ainda, pela trajetória de conhecimento vivo deste autor sobre as experiências e iniciativas estudantis negras organizadas na UFSC, em suas atualizações e diferentes mapeamentos. Ainda, pela delimitação política consistente e radical, pautando o anticapitalismo de forma expressa, sobretudo numa conjuntura de agudização da sanha e da crise do Capital, da voracidade das grandes elites estrangeiras e seus sustentáculos locais.

Esse elemento político demanda especial enfoque visto que a situação atual reserva uma série de complicações à práxis militante sob a perspectiva antirracista, especialmente se somarmos à análise o perfil da Frente: negra, trabalhadora e também, predominantemente, jovem, LGBTI+, pobre e periférica – e sob protagonismo de mulheres. Destarte,

partir a esta pesquisa enquanto agentes e sujeitos deste trabalho é, ainda, um processo de afirmação – não apenas de capacidade intelectual, política, acadêmica, como também humana, de vida, de possibilidade de esperança. Num país em que mais do que uma educação de qualidade é negada ao povo negro, mas, principalmente, em que a juventude é impedida de sonhar, de crescer – seja pela superexploração<sup>10</sup> de sua força de trabalho desde cedo, seja

---

<sup>10</sup> Tomo as sínteses de **Cristiane L. S. de Souza** acerca da categoria de superexploração: “Na América Latina, dada à condição dependente referenciada pelas independências formais do século XIX, aparece a essência da particularidade da economia dependente: a superexploração da força de trabalho, ou seja, as relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria trabalho na condição de alforria aparente) abaixo do valor, como característica *sui generis* de extração de valor no capitalismo dependente, dada a subordinação externa e a dominação interna imposta pela relação imperialismo dependência, sob a qual a transferência de valor às economias dominantes é compensada com uma forma particular de extração de valor” (Marini, 2011 apud **Cristiane L. S. de Souza**, 2019, p. 40). “De acordo com Marini (2011, p. 149), a superexploração tem como mecanismos de apropriação do mais-valor: a ‘intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho’. ‘Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho



pelo verdadeiro projeto de genocídio que se agudiza –, tomar este espaço, reivindicar estas vivências, é também um processo de resistência, buscando [...] jovens pessoas negras que fazem de seu cotidiano na militância e boa parte na trajetória acadêmica um impulso à luta por uma vida mais justa – a si e a toda a humanidade. (Favaretto Pereira, 2022, p. 28)

Com isto, portanto, a relevância científica, acadêmica e social desta pesquisa se encontra no ineditismo dessa composição de estudo, registro histórico e difusão das lutas antirracistas na UFSC por parte dos CNUs, explorando a importância dessas movimentações junto à FREJUNA para a construção da universidade como um todo. Logo, com a perspectiva política emancipatória e a reivindicação do legado solidário e resistente do povo negro brasileiro – abarcando também os acasos e os percalços organizativos, as instabilidades e as dificuldades na luta, haja vista sua marginalização histórica –, inspirando estudos que aqui avançam em debates anteriores e na proposição de discussões que podem levar a ainda mais.

Então, nesta pesquisa, busco avançar sob a especificidade da universidade, assim como alargando em um ano o período-base de análise, como forma de continuidade e aprimoramento aos estudos iniciados na graduação em História pela UFSC, em que elaborei um trabalho de conclusão de curso (TCC) que analisou o movimento de constituição e a atuação da Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA) de 2019 a 2021, explorando sua construção orgânica e sua produção política a partir do afeto, da parceria e da radicalidade revolucionária. Ademais, agora volto a atenção às questões ligadas à mobilização política em torno das pautas do meio universitário, a exemplo do acesso e da permanência estudantil, focando-me nas agendas e nas articulações contra o racismo na universidade que se combinam às lutas gerais históricas do Movimento Negro, mas também resguardam características próprias no desenvolvimento de ações nesse tempo-espaço em específico, assim como por meio dos CNUs e da FREJUNA.

Nesse percurso, é importante destacar os novos horizontes que se apresentam à pesquisa, dando continuidade mas reorientando os debates do meu TCC a outros pontos. Na graduação, pude discorrer sobre o que significa a nova forma de construção de movimento proposta pela FREJUNA enquanto exemplo para os movimentos de juventude e o Movimento Negro local, pautando a outra sociabilidade, o estabelecimento de redes de apoio e de laços de troca e confiança que são característicos do MN, mas remodelados pela Frente. Assim, explorei

---

superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (Marini, 2011, p. 150 apud **Cristiane L. S. de Souza**, 2020, p. 156).

de onde a FREJUNA partia como um novo lampejo no MN protagonizado pela juventude, ainda que articulando ações junto a pessoas mais velhas, e também buscando se apresentar de forma mais declarada, localizada, sob uma perspectiva de sociedade calcada no anticapitalismo e, ainda que sob marcos apenas nessa base anticapitalista, tendo em sua construção corriqueira a contribuição pujante sob perspectivas socialistas e comunistas, por meio de organizações e militantes integrantes da Frente que se vinculam a esses horizontes estratégicos. Nesse processo, percorri apontamentos sobre como a FREJUNA partia dessa proposição e pautava a mobilização de rua e produzia política não só nessas formas de protesto, mas como uma constituição coletiva que se mostrava outra experiência do fazer política, de uma militância negra influente também no Movimento Estudantil (ME), nas organizações político-partidárias, alimentando também as construções que lhe antecederiam noutros espaços de militância.

Se outrora pude tomar esse olhar mais atento à Frente em sua experiência constitutiva, agora salto à especificidade do debate universitário e à ampliação junto das contribuições dos CNUs para pensar a trajetória de luta articulada à/pela FREJUNA, dando evidência às produções políticas (também educativas) do MN na universidade, sob essa distinção de forma e intervenção que são os Coletivos Negros Universitários. Nesse âmbito, uma virada conjuntural que se marca para essa nova pesquisa é o período de retorno presencial das aulas após o contexto de organização remota da UFSC imposto pela pandemia da COVID-19. Ainda, a progressiva ação reacionária do governo Bolsonaro, a realidade de eleições à reitoria na UFSC (em que se consagrou a vitória de uma chapa que recebeu largo apoio do Movimento Negro ligado à instituição) e o cenário eleitoral nacional ao fim de 2022, com a vitória de Lula, trouxeram indicativos de uma reorganização e fortalecimento nas bases do MN, não mais necessariamente a partir de articulações mais amplas. Com isso, lançando bases para investigarmos as manifestações das agendas do MN na universidade, principalmente; visando a debater como e em que momentos os coletivos se relacionam com a Frente e como as lutas se articulam, como são as redes e as dinâmicas de mobilização; tendo indícios dos significados dessa Frente para os CNUs e vice-versa.

Diante disso, elenco como problemática a explorar as contribuições do Movimento Negro na luta contra o racismo na universidade, perpassando suas disputas acerca das políticas e da real promoção de acesso, permanência, democracia e ações afirmativas no contexto da UFSC. Parto desta questão-chave, que não pretendo (e nesse estágio de pesquisa nem seria possível) responder em sua completude, para alcançar diferentes elementos de compreensão do lugar da Frente na universidade e de como articula o enfrentamento à ordem racista. Com isso, visando a discutir acerca da falta de amparo institucional e da negação de espaços de afirmação

ao povo negro, bem como das suas estratégias de aquilombamento<sup>11</sup> e de construção de processos calcados na educação e na mobilização antirracista, que reconheçam os coletivos e a Frente não só como produtos das ações afirmativas, mas como sujeitos de luta em defesa e pela ampliação destas; pela afirmação da identidade e do saber negro como enfrentamento à marginalização vivida pela população negra. Afinal, trata-se de um sujeito coletivo e diverso, que apresenta complexidades e identidades distintas em cada pessoa que se articula à Frente.

Dessa maneira, levanto essa problemática compreendendo que é preciso partir de chaves que possibilitem refletir sobre a forma como essa coletividade produz e mobiliza conhecimentos na constituição de seu modo de ser e estar no mundo, dando conta de abraçar suas especificidades dentre o corpo universitário. Afinal, quais são as bases destas experiências? O que a FREJUNA apresentou ou apresenta à luta antirracista na UFSC? E o que representou ou representa para o MN da universidade, especialmente na relação com os CNU's? Sem pretensões de findar o debate e decretar como pronto um desenvolvimento que segue em/com vigor e ainda muito apresenta a se estudar, proponho-me a contribuir em algum grau a essas discussões, visando a suscitar reflexões ainda mais potentes a partir dessas construções iniciais.

Tais contribuições se organizam a partir de um objetivo geral, que é o de discutir a emergência e a organização dos Coletivos Negros Universitários na UFSC, bem como a sua relação com o Movimento Negro, o Movimento Estudantil e a instituição, por meio das suas experiências e das pontes com a Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA). Para desdobrar isso, elenco três objetivos específicos, a saber: a) contextualizar social e historicamente os Coletivos Negros Universitários; b) apresentar a trajetória dos Coletivos Negros Universitários da/na UFSC; e c) analisar sua agenda política, suas estratégias e suas intervenções na luta antirracista na UFSC, perpassando os desafios do movimento e suas contribuições junto à FREJUNA.

Para essa construção, articulo diferentes estratégias como percurso metodológico, pautando a centralidade das contribuições de pessoas negras. De início ainda, como já se pôde perceber nas páginas antecedentes, vale advertir acerca de minha escolha pela construção das referências em citações de modo a evidenciar as contribuições de mulheres e travestis<sup>12</sup>, partindo do destaque ao nome das autoras – sob identidade de gênero assim atribuída conforme pesquisas simples na internet, podendo tanto não corresponder necessariamente às suas autodeclarações ou afirmações quanto apresentar possíveis lacunas de marcação dada a

---

<sup>11</sup> Destacarei minha compreensão acerca disso na seção do referencial teórico-metodológico.

<sup>12</sup> A exemplo das estratégias de visibilidade de pesquisadoras e estudiosas defendidas por **Megg R. G. de Oliveira**, em seus estudos de doutorado que se desdobraram no livro “O diabo em forma de gente” (2022).

ausência de imagens ou menções de algumas das pessoas. Em adendo, estabeleço o destaque em negrito às autorias negras<sup>13</sup>, em um processo de heteroidentificação de pessoas negras por parte deste autor, a partir de pesquisas simples em bancos abertos de imagens na internet ou plataformas de currículo das pessoas autoras; ou, ainda, em caso de autodeclaração expressa e localizável nas obras analisadas. Dessa forma, friso que tais marcações podem também incorrer em imprecisões.

De toda forma, destacar a diversidade dos sujeitos e afirmar a produção político-acadêmica dessas camadas marginalizadas, a mim, é muito caro. Como jovem negro, nascido e por toda a vida tendo vivido em Florianópolis - Santa Catarina (SC), carrego na construção da luta e da pesquisa uma retroalimentação constante, uma vez que só cheguei até aqui pela trajetória de contribuição do movimento popular, do ME ao MN, à minha formação como sujeito político e mesmo acadêmico. Produzo este trabalho como fruto do aprendizado constante que se dá no movimento junto à minha gente. Afinal, nada mais sou do que produto do meu tempo histórico e dos acúmulos de luta que até aqui trouxeram nosso povo; do que produto e produtor dessa ação negra que pulsa no protesto e na pesquisa, nas ruas e na academia, na disputa pela transformação da ordem. Tendo ingressado na UFSC em 2017, e desde este período de adolescência tendo assistido ou mesmo participado vigorosamente de tantas movimentações, carrego comigo esse impacto de tantas lutas que aqui estudo mas que também vividamente construí. Da diretoria ou até coordenação geral de entidades estudantis a experiências de coletivos ou ações pontuais no MN, carrego os exemplos positivos e também as limitações do que já pudemos fazer, assim como as esperanças do que ainda podemos alcançar. Isso tudo se entrelaça à pesquisa, faz imbricar neste texto uma história particular e um interesse de estudo que se firmam como uma potente construção coletiva na política e na academia, minha e das centenas de colegas que a partilham comigo.

Numa produção em que o intelectual-pesquisador também se faz militante, como cofundador e integrante da FREJUNA e do Maria Firmina, que melhor apresentarei adiante, tenho clareza de que não posso incorrer em pretensas ilusões de um possível distanciamento absoluto entre pesquisador e fonte; pelo contrário, destaco essa proximidade e vivência em meio ao objeto de pesquisa para acentuar a construção participante<sup>14</sup>. Pautando a experiência a partir

---

<sup>13</sup> A exemplo das estratégias de visibilidade defendidas pela professora **Angela Figueiredo** em sua palestra *Diálogos Feministas Negros* apresentada na 6ª edição do Seminário em Gênero e Feminismo e intercongresso Fazendo Gênero ao primeiro dia de agosto de 2018.

<sup>14</sup> Acerca disso, pode-se compreender melhor a ideia de pesquisa participante em "[Pesquisa participante: um recorte teórico acerca da abordagem de pesquisa e suas influências epistemológicas](#)" (Mariani; **Carvalho**, 2009).

de dentro dessa iniciativa da Frente, perpasso aqui relações políticas e fraternais<sup>15</sup> por mim vividas e construídas, dilemas e alegrias dos processos de luta que suscitam meu interesse em pesquisar tal tema, assim como me chocam ante as exigências da análise crítica.

Assim, situo-me diante do desafio de compreender e comportar na pesquisa um fazer que sabe que “a objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tão impossível quanto indesejável. [...] Consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais” (Portelli, 1997, p. 26). Desse modo, a fim de lograr êxito nessa condução da pesquisa, reconhecendo o provimento de ônus e bônus a partir dessa localização privilegiada para discussão sobre a Frente, percorro distintos caminhos metodológicos a fim de potencializar o cumprimento das intenções deste trabalho e contribuir para a formação deste pesquisador, disposto aqui como testemunha ocular e, mais que isso, como sujeito dessa imbricação acadêmica-militante.

De início, recorro à discussão bibliográfica acerca da trajetória de luta do MN, a fim de abarcar as bases dos Coletivos Negros Universitários, tendo consultado produções em bases de dados como a) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), b) Scielo, c) Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), d) anais dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as (COPENEs) e também e) Grupos de Trabalho 03 e 21 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em suas reuniões nacionais. O recorte temático me leva também a abarcar nas buscas um período, a fim de captar raízes das questões que aqui busco aprofundar, a partir de 2012, sob o marco da Lei de Cotas e a mudança mais significativa do ingresso de pessoas negras nas universidades, como pontapé que se estende até 2022. Além das pesquisas iniciais via buscas sob palavras-chave dentro do tema, uso de demais bibliografias já acessadas em minha trajetória acadêmica-militante para alcançar as discussões, dilemas e elaborações em geral do campo de estudo, com destaque às ideias da intelectualidade negra. A produção em quantidades diminutas acerca da temática me levou à opção por não desenvolver no texto uma discussão acerca do levantamento, trabalhando diretamente com as obras como parte do referencial teórico acionado em distintos momentos, não produzindo dados específicos agora.

Partindo ao trabalho com os CNUs, uso de buscas nos canais institucionais e em redes

---

<sup>15</sup> Cabe rememorar que, uma vez que a FREJUNA congrega em suas fileiras distintas organizações políticas, coletivos e militantes independentes, é posta uma série de desafios para a forja da unidade em meio às divergências de compreensões e posições políticas, desde bases teóricas até as práticas de cada parte dessa militância mais ampla. Contudo, parto aqui da leitura de que há um importante esforço de fraternidade e parceria que permite contornar os percalços comuns às construções políticas coletivas, prevalecendo na dinâmica da frente um trabalho em unidade, sobrepondo atritos que são mais corriqueiros noutras esferas de luta do movimento popular.

de diálogo com a militância estudantil ou do MN da UFSC para mapear as iniciativas atuantes na universidade. Tanto sobre estes quanto sobre a FREJUNA, lanço mão do exercício de análise de fontes escritas ou digitais de acesso viável e facilitado (públicas, já cedidas à pesquisa ou oriundas do acervo do próprio pesquisador), compondo um corpus documental com peças desde a criação dessas iniciativas, ou ainda de retomada de análises de meu TCC. Assim, exploro arquivos diversos que tratam sobre sua vida interna ou seu trabalho público, elementos gerais acerca de sua composição, proposições políticas, desafios encontrados ou outros aspectos.

Em termos diretos, é possível organizar em três blocos os tipos de materiais-fontes de arquivos de que disponho na pesquisa. Primeiramente, um conjunto de artigos e trabalhos acadêmicos sobre a trajetória dos CNUs ou da Frente e suas correspondências com outras agremiações, assim como de notas políticas ou outros documentos afins, disponíveis em redes sociais e em anais de eventos ou repositórios institucionais. Partindo de sua análise, posso me aproximar das diferentes razões, objetivos e produções (dos aspectos positivos e negativos, dos acertos, dos erros e das reformulações) colocadas no desenrolar de sua consolidação e intervenções na universidade. Como segundo conjunto, também exploro na pesquisa panfletos de manifestações (em forma física ou digital); postagens em redes sociais (como cards, vídeos e eventos) como Facebook e Instagram; ou notícias e reportagens sobre/com tais iniciativas, disponíveis na internet, a partir da veiculação por mídias independentes. Com o trabalho acerca desses materiais, além de descrever episódios e caracterizar construções de luta, posso observar as estratégias de registro, divulgação, disputa de consciência e mobilização das iniciativas<sup>16</sup>, que apontam para as intencionalidades coletivas. Na análise desses materiais, ainda, torna-se possível explorar a reverberação das iniciativas por meio da crítica pública, de como se deu o engajamento de outras camadas ou mesmo a aceitação ou não às ações nos espaços e ante os públicos a quem se direcionaram. Por fim, ainda como análise documental, lanço atenção a documentos oficiais da UFSC acerca das temáticas e dos episódios de luta aqui explorados.

Ademais, a fim de consagrar, como são as próprias iniciativas dos coletivos e da Frente, a construção a muitas mãos do estudo – ainda que sob escrita individual da dissertação

---

<sup>16</sup> Quanto à FREJUNA, pude dispor da Carta-Manifesto da frente e de cerca de 90 documentos entre relatorias de reunião, registros de discussões virtuais, correspondências com outras entidades, panfletos, notas públicas, entre outros. Também encontrei cerca de 40 postagens em redes sociais, sendo chamados para eventos, notas políticas, vídeos e outros materiais. Ademais, alcancei 9 reportagens/notícias sobre a Frente. Em relação aos coletivos, o acesso direto a relatorias se dá no caso do Maria Firmina, ao passo que as correspondências com outras instâncias provêm do Magali. No conjunto dos CNUs, há uma série de notas públicas em seus perfis do Instagram, bem como panfletos e outras postagens em redes como o Facebook. Destacam-se as produções de eventos unitários do MN, como da Virada Antirracista e dos eventos da Marcha da Consciência Negra, ou ainda notas contra episódios de racismo ou chamados para reuniões ou para eventos de formação. Sobretudo os perfis do coletivo Magali também dispõem de várias postagens informativas acerca de processos seletivos e eventos da luta popular local, ou gravações de atividades remotas realizadas no contexto pandêmico.

–, busco ainda em construções orais uma outra fonte para este trabalho. Para tanto, embora não tenha estruturado uma metodologia centrada em entrevistas, estabeleço diálogos a partir de conversas virtuais, com registros de transcrição, que me proveram relevantes contribuições de Joyce Santos – uma jovem negra, graduada e mestranda em Serviço Social pela UFSC, que construiu a FREJUNA até 2023 e é integrante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida.

Partindo desse arcabouço, estruturo minha dissertação de forma que o primeiro capítulo é centrado na discussão de meu referencial teórico-histórico ligado aos Coletivos Negros Universitários, combinando a uma breve revisão bibliográfica alguns apontamentos consolidados nos diálogos com Joyce Santos. Nesta parte, pauto a contextualização e conceituação dos CNUs em relação ao Movimento Negro em geral, apresentando de onde vêm e o que são, retomando os antecedentes de incremento do ingresso das pessoas negras às universidades e da conformação de uma intelectualidade negra acadêmica, de maiores pesquisas e agrupamentos de estudos. Para tanto, também discuto as questões ligadas ao debate étnico-racial e sobre racismo no Brasil, pincelando acúmulos e experiências do Movimento Negro nacional nas últimas décadas.

Nessa retomada, percorrendo lembranças a iniciativas como da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental do Negro, do Movimento Negro Unificado, suas ações alfabetizadoras, a construção educativa do Movimento Negro e referências do campo da educação, abordo algumas contribuições sobre como se foram construindo as ações de protesto do povo negro e sua luta geral nas universidades, tal qual seu potencial na transformação e proposição política. Com isso, são trazidos elementos sobre o enfrentamento à ditadura e a resistência estudantil, a tomada do espaço universitário como de direito do povo negro, a realização dos congressos negros, dos tensionamentos do MN para nova elaboração acadêmica com/sobre/para as pessoas negras, a realização de encontros de Coletivos Negros Universitários, articulações do MN acadêmico e movimentações recentes de inserção e visibilidade negra nas universidades. Por fim, abordo também, mais especificamente, o contexto catarinense e da UFSC, passando brevemente por iniciativas do MN local e primeiras experiências de coletivos negros nesta universidade para dar base à discussão do surgimento dos CNUs atuantes no período-foco de análise e da FREJUNA.

Já o segundo capítulo tem por diretriz iniciar a discussão sobre a agenda política dos Coletivos Negros Universitários, suas estratégias e intervenções na UFSC Trindade, em relação com a FREJUNA. Para tanto, partindo da discussão teórico-histórica sobre os CNUs e me alicerçando na documentação disponível e em meus acúmulos sobre os coletivos e a Frente,

volto o foco à especificidade dos CNUs nesse campus central da UFSC, elencando alguns com base na participação em lutas universitárias, projeção nas redes e notoriedade expressa na construção corriqueira do MN. Assim, foi possível identificar os CNUs mais atuantes de 2017 a 2022, que são então enfocados nessa seção do texto, a saber: Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida (Magali), consolidado em 2017; Coletivo Negro do Curso de Direito da UFSC Lélia Gonzalez (LeGon), consolidado em 2018; Coletivo Orí de Psicologia Anti-Racista (Orí), consolidado em 2019, e o Coletivo Negro da Pedagogia Maria Firmina dos Reis (Maria Firmina), consolidado em 2022. Junto disso, também abordo uma síntese sobre a trajetória da FREJUNA, suas características centrais, organização interna, orientações políticas, perspectivas e contribuição disso para o trabalho e fortalecimento da Frente na UFSC.

Dando sequência à perspectiva descritiva e analítica que emprego no capítulo dois, o terceiro capítulo, por sua vez, envereda pelas estratégias e intervenções desses agrupamentos na universidade. Assim, apresento as principais movimentações políticas e os episódios mais marcantes da condução da luta junto à Frente, tanto via articulação direta por meio desta quanto em sua relação com trabalhos dos coletivos, esmiuçando o desdobramento de distintas construções e apresentando os registros da concretização dos diferentes atos. Dessa forma, vislumbrando o papel da Frente na universidade, as disputas políticas ali dentro, sua contribuição na articulação de mobilizações, os debates institucionais travados e as lutas afirmativas ou de permanência que foram construídas.

Por último, volto-me às considerações finais do trabalho, de modo a retomar e refletir sobre os processos de luta e o legado do Movimento Negro em suas variadas ações, outras perspectivas que se combinaram nas ações da FREJUNA e as sínteses e as expectativas que ficam nesta produção.

Assim, permeado por desafios e entraves próprios da luta política ou ainda de condição pessoal, seja de saúde ou outras, esse processo de pesquisa se marcou por chamados à luta, às exigências acadêmicas, ao compromisso político e profissional com a construção desses saberes e das batalhas aqui exploradas ou mesmo outras desdobradas junto ao que aqui apresento. Logo, conformando uma vastidão de inquietações e de respostas construídas no fazer pesquisador-militante, marcando nas páginas que seguem um trabalho em movimento, próprio da pesquisa-militância cotidiana no Movimento Negro e na universidade.



## 1. OCUPANDO O QUE É NOSSO POR DIREITO: A LUTA NEGRA E A EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS

Alicerçando-me na sistematização prévia que já fiz em meus estudos acerca das relações étnico-raciais em solo brasileiro (Favaretto Pereira, 2022), evoco sobretudo as contribuições de Clóvis Moura, Petrônio Domingues e Lélia Gonzalez para tratar da trajetória de luta negra nacional e de entendimentos em relação ao Movimento Negro, também adaptando e aprimorando progressivamente meu arcabouço teórico-metodológico sob outros elementos e conceitos complementares que atualizam questões centrais para este estudo. Com isso, parto à composição deste referencial teórico-histórico acerca da luta negra até a emergência dos CNUs compreendendo que nosso país carrega desde o princípio de sua formação socio-histórica uma ordem de brutalidade ao povo negro.

Do contexto escravista colonial ao que se caracteriza como capitalismo dependente<sup>17</sup> no Brasil, esta parcela que é a maioria de nossa população é jogada à pobreza, à superexploração sistemática de sua força de trabalho e a uma realidade excludente. Sob um Estado de exceção<sup>18</sup> permanente, a marginalização, a desumanização e o extermínio são a regra. Desse modo, ao menor esforço de leitura crítica da realidade brasileira, desnuda-se os mitos acerca da democracia racial: falar de Brasil é também falar do ataque sistemático à integridade do povo negro desde a infância. Somos nós quem atingimos, por toda a vida, os maiores índices de insegurança alimentar e nutricional, analfabetismo, desescolarização, desemprego, informalidade, mortalidade e tantas outras estatísticas negativas, que aqui também busco confrontar.

Posta às margens, jogada ao léu, a população negra se viu historicamente sem oportunidades de esperança. Na contramão do que se poderia esperar, porém, sua busca por organização a partir dos laços estabelecidos entre as comunidades negras – dos ainda vivos Quilombos às periferias das cidades – ergueu novas trincheiras de luta e resistência. Entre algumas tentativas por se inserir no meio branco, ou outras orientadas pela revolta e pela honra, reconhecendo e afirmando suas tradições, o povo negro sempre se pôs em luta tentando driblar

---

<sup>17</sup> “O escravismo colonial, dialeticamente, gestou as bases estruturantes do capitalismo dependente, ou seja, a forma da propriedade privada dos meios de produção e da terra e as classes-raças proprietárias e não proprietárias, a partir das quais serão determinadas a dinâmica das relações de produção particularizadas pela relação dependência-imperialismo” (Gorender, 2016; Moura, 2014 apud Cristiane L. S. de Souza, 2019, p. 40).

<sup>18</sup> Resumidamente, caracterizo o Estado de exceção segundo a noção da suspensão do Estado de direito, isto é, o cerceamento de direitos, a concentração de poderes, em contextos que são marcados como de crise ou emergência (Oliveira; Clarice Chacon, 2013). Alço tal definição entendendo que a construção racista brasileira impõe como regra (e não exceção sob crises) esse Estado de direito suspenso, submetendo o povo negro a toda sorte de asfixiamentos e distanciamentos da participação civil, política.

os problemas sociais típicos do capitalismo dependente.

É compreendendo o potencial dessas camadas negras em ação, como trazido por **Clóvis Moura** ao as abordar como “um componente dinâmico permanente no desgaste ao sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo de seu desmoronamento” (**Moura**, 1986, p. 8), que destaco uma base central às minhas compreensões do entrelace da luta antirracista à anticapitalista: que “a raça se configura como a pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe” (Fernandes, 1989, p. 42). E assim, ora mais sutis, ora mais vorazes, as pessoas negras avançaram e avançam na construção de novos dias em nossas terras.

É diante dessa compreensão histórica e política, pautada por uma perspectiva multiforme e subversiva, também, que compreendo o *Movimento Negro* que cresceu e se desenvolve no Brasil, alcançando as esferas locais. Para além de batalhas pontuais, discutir sobre o MN perpassa compreender, em meio às tensões da ordem dominante e a resistência coletiva forjada por distintos agentes, que tal trajetória é marcada por reorientações tático-estratégicas e de dinâmicas de associação e agrupamento diversas. A partir disso, posso afinar minhas ideias sobre “Movimento Negro”. Para **Hamilton Cardoso**, as entidades negras

são consequência direta de uma confluência entre o movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e da alforria e dos agrupamentos culturais negros. Seu papel é o de legitimar a existência do negro dentro da sociedade, diante da legislação. Elas reúnem os negros oficialmente, de forma independente, para praticar o lazer e suas culturas específicas. Escondem no seu interior pequenas organizações familiares de ajuda e solidariedade, para o desenvolvimento social. Reproduzem, em muitas de suas atividades sociais, os sistemas dominantes de organização social. (**Cardoso**, 1981, p. 15 apud **Lélia Gonzalez**; Hasenbalg, 1982, p. 21)

Alargando a noção de MN para além das entidades negras, **Joel Rufino dos Santos** assume o Movimento Negro como “todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, fundadas e promovidas por pretos e negros” (1994, p. 157 apud **Domingues**, 2007, p. 102), abarcando da religião à assistência social; da recreação à arte; da cultura à política (organizada ou não, rebelde ou institucionalizada); enfim, em uma “complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana” (**Santos**, 1994, p. 157 apud **Domingues**, 2007, p. 102).

No debate sobre essa amplitude, **Petrônio Domingues** (2007) destaca a significação de “Movimento Negro” considerando a mobilização política racial negra, de forma a frisar essa intencionalidade de luta direta (mais do que o formato usual do que se pode atribuir a “político”, geralmente se associando à lógica partidária ou institucional). Assim, pontuo que de fato a base a trabalhar aqui de “Movimento Negro” ressaltará tal faceta política aberta, e não no sentido

religioso, recreativo ou cultural – que, ainda assim, produzem resistências e tensionamentos, carregam um conteúdo político antirracista significativo, embora não o mobilizem necessariamente como abre-alas de suas ações. Porém, mais que uma conceituação precisa e estrita sobre “Movimento Negro”, inclusive ao compreender que este é um debate ainda em aberto no campo de pesquisa e militância negra até hoje, friso, a partir do que já destaca **Nilma Lino Gomes** (2017), que não é meu objetivo me centrar em discussões conceituais que amarrem uma ideia sobre Movimento(s) Negro(s) em si, mas alcançar sua amplitude e significância política e para a construção de práticas educativas e militantes sob perspectiva emancipatória, de transformação social, enfrentamento e superação do racismo.

O largo repertório de luta por direitos ao povo negro brasileiro, que se estende desde os diversos embates quando do violento aporamento nos cais da então colônia portuguesa até as ainda poucas conquistas atuais, apresenta uma trajetória extensa de idas e vindas no que se julgava ser o melhor caminho de luta. Do aquilombamento à época escravista colonial aos protestos de rua contemporâneos, dos confrontos armados e dos enfrentamentos aos senhores de engenho que se atualizam ante a investida neocolonialista e genocida que segue em marcha pelas camadas dominantes, a dor que vimos e vemos marcar cada corpo negro se faz também combustível de revolta. Esse *aqilombamento* que aqui destaco vem dessa forma ao tomar, sem prejuízo a formulações prévias (como a de *quilombismo*, por **Abdias Nascimento** (2002), que compreendo como central ao debate do MN sobre as possibilidades de superação da ordem vigente), a ideia de **Beatriz Nascimento** conforme trazido em “Ôrí” (Raquel Gerber, 1989). Assim, com *aqilombamento* pautando a noção de encontro da força individual no coletivo, na procura da fuga como uma consciência libertadora e da luta como marca de resistência; uma conexão histórica, territorial e coletiva, de fortalecimento entre pares, que extrapola o período escravista e avança até a atualidade.

Entre tais variações, a tônica de resistência e coletividade permite estabelecer conexões entre conjunturas distintas, distantes. **Clóvis Moura** (1996) já apresentava a dinamicidade política e social do povo negro em oposição às amarras colonialistas ou capitalistas, sob um permanente desafio de organização e mobilização da luta que parte da demanda histórica que esta população tem de produzir formas outras de convivência e resistência, em busca de soluções para os problemas ainda pujantes e de conquistas mais largas que apontam para a garantia real de sua dignidade (**Moura**, 1977). Porém, embora haja muita luta, há ainda muita confusão entre o MN, segundo **Petrônio Domingues** (2008). Para o autor, a dificuldade de avanço concreto em termos de direitos civis e políticas públicas que favoreçam/reparem em grandes proporções o povo negro é também marcada pelos problemas de fragmentação do

movimento ao longo das décadas finais do século XX, ante um processo de distanciamento das construções de base e de maior fôlego, e sem expressividade eleitoral como se deveria almejar.

Esse conjunto de complicações, que de alguma forma se alastra a distintos setores de movimento popular também, no caso do MN, encontra raízes numa operação longínqua de minoração negra, que nos coloca desafios consideráveis mesmo sob o reconhecimento do potencial de luta de nosso povo, especialmente pelas chagas históricas de subjugação que impôs a grande maioria do contingente populacional brasileiro a situações degradantes.

**Lélia Gonzalez** já apontava sobre as complicadas condições de existência material do povo negro que lhe imputam a condicionamentos mentais profundamente violentos, tentando inculcar, sob uma interpretação chafurdada de racismo, um “lugar natural” à nossa gente, tal qual na teoria de Aristóteles. Esses discursos e ações racistas, que visam a delimitar o espaço dos dominadores, a boa condição de vida às camadas brancas, apresentam ao povo negro a negação: um posto subserviente, a precariedade da vida. O lugar branco, assim, era das boas moradias, em vizinhança de boa localização e munida de policiamento protetivo, na contramão da violência, do medo e da sistemática repressão policial, racista e subordinadora, que destinam à maioria de nossa população. Pois, orientando como espaços possíveis às camadas negras as margens, as prisões, a subalternidade (**Lélia Gonzalez, 1984b**). É nesse mesmo sentido que vão operar a inacessibilidade e a marginalização em relação ao contexto universitário.

Impactando em próprios aspectos estruturantes do Movimento Negro, essa operação opressiva pelas classes dominantes leva ao enfraquecimento político, estratégico e de mobilização do próprio movimento. **Petrônio Domingues (2008)** destaca a promoção do branqueamento e a pressão para um assimilacionismo do MN à ordem branca, por parte do Estado brasileiro, como fatores limitantes ao desenvolvimento de uma consciência racial firme e orientada à ação política, culminando em entraves para a disposição do povo negro e periférico para a luta coletiva e propositiva. Afinal, diante das máscaras que são postas sobre as contradições raciais em nome de uma suposta harmonia na construção da nação, torna-se ainda mais difícil identificar os inimigos e os problemas que despontam nessa sociedade, o que também dificulta a mobilização e insubordinação do povo ante isso (**Domingues, 2008**).

Por vezes, essa nebulosidade levou a correntes de movimento que negavam a construção da luta junto a pessoas não-negras, sobretudo brancas. Porém, compreendo que, especialmente nessa realidade de tão grandes barreiras para a intervenção do MN; de intensa e permanente tensão histórica (e ainda presente) entre o ideário (e o aparato de ação) burguês e os interesses populares, que faz com que a burguesia articule suas instituições e demais armas em diferentes graus e mecanismos de repressão e asfixiamento do povo negro (**Moura, 1983**),

há muito a trilhar até alcançarmos nossa dignidade. Assim, entendo que

[...] a luta contra a desigualdade racial é antes uma tarefa democrática (FERNANDES, 1989), que deve ser travada pelo conjunto da sociedade, perpassando, evidentemente, pelo apoio efetivo dos não-negros. Tem-se que atrair o maior número de pessoas à defesa de uma sociedade mais igualitária, educando os negros e reeducando os brancos. Em realidade, a política de alianças com os não-negros é fundamental para qualquer projeto consequente de superação das desigualdades raciais. (Domingues, 2008, p. 116)

Com isso, podemos olhar para a história e falar de um Movimento Negro que foi engajado na luta contra a ditadura, inclusive em meio aos movimentos sindicais e estudantis; que foi ampliando seu raio de ação e incorporando reflexões e mecanismos de luta que também contribuíram para o fortalecimento dos demais movimentos, em suas trocas. Contudo, o MN sempre se deparou com o desafio de defender sua autonomia e também atuar em seus limites enquanto parcela (ainda que maioria, não a totalidade) do povo brasileiro e desses movimentos de luta.

Essa dificuldade de autonomia e intervenção tem raízes bem demarcadas em todo um projeto histórico e político de apagamento e reforço de invisibilização negra, operando sobre preceitos que são fundamentados no que se discute por *racismo*, como aborda **Munanga**:

o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (2014, p. 7-8)

É nesse entendimento que vemos desdobrar as desigualdades raciais que atravessam, por exemplo, o ambiente universitário, que é marcado pelo que chamamos de *racismo institucional*, haja vista a manutenção e o reforço de privilégios ou desvantagens nesses meios a partir dessa ideia de raça. Nas definições sistematizadas pela UFSC, pauta-se

“racismo institucional” como o estabelecimento, nas instituições, de parâmetros discriminatórios baseados na raça de modo a manter a hegemonia do grupo racial no poder, dificultando a ascensão de outros grupos raciais, não problematizando a desigualdade racial e naturalizando o domínio branco. (Política..., 2022, p. 2)

De forma direta, isso se materializa em cada mínimo componente do dia a dia na universidade. Apesar do avanço da presença negra nas universidades com as políticas de ações

afirmativas, a violência da exclusão e do apagamento ainda se manifesta de distintos modos, limitando a verdadeira integração nesse ambiente e nosso pleno desenvolvimento, disputa e transformação da dura realidade que está posta. Não nos enxergamos no corpo docente, muito menos nos órgãos deliberativos; o distanciamento, a falta de referência, fica escancarada ali. Também no contexto de trabalho, o peso do racismo se expressa nas condições insalubres em postos terceirizados, relegando aos cargos de limpeza e de cozinha a presença negra, já que também não nos vemos nos cargos técnico-administrativos. Negam-nos a voz, o espaço decisório, o incentivo ao desenvolvimento acadêmico, a livre expressão e organização na universidade. Diminuem nossa capacidade, invisibilizam nossos feitos, expulsam-nos dia a dia.

Ante essa operação segregadora e asfixiante, de subalternização de nossa coletividade negra, o conjunto estudantil que tem ingressado e disputado a universidade tem nessa trincheira as disputas pela permanência como uma grande batalha: faltam bolsas, falta moradia, o transporte é caro, a assistência em geral é deficitária. Mas os problemas vão além: as seleções meritocráticas, injustas, das bolsas de ensino, pesquisa e extensão; a perseguição em distintas formas, inclusive avaliativa, com a deslegitimação de nossos saberes e disputas do conhecimento; o desdém, a caricatura ou a permissividade dada por pessoas brancas no trato com pessoas negras no ambiente universitário, são marcas do cotidiano racista. E há muito mais.

No fim, reproduzindo, fortalecendo a lógica sob a qual se ergueu a universidade brasileira há tantos anos, o cenário atual pouco se propõe a subverter essa ordem e reconstruir o sentido da universidade pública. Da ausência à disputa por nossa presença, da tentativa de nos expulsarem à denúncia do racismo velado ou escrachado, seguimos em um forte embate.

Diante disso, organizar o MN perpassa compreender uma multiplicidade de ações com vistas a usar dos diversos flancos institucionais para fazer valer a voz e as demandas estudantis negras, carregando na história a necessidade de contornar barreiras muitas vezes invisíveis, mas existentes. Afinal, para as administrações institucionais,

“ceder” às demandas existe só para não provocar tensões maiores. [...] Como dissemos anteriormente, o racismo é uma ferramenta para a manutenção do poder e exercício de controle, já que os espaços institucionais se baseiam em formulações de regras e imposições de padrões sociais que atribuem privilégios a pessoas brancas e seus desejos. Com isso, por exemplo, é explicado como elas mantêm, no cenário acadêmico, a discussão teórica e filosófica entre elas: não abrem a roda”. (Lia K. F. da Costa, 2021, p. 41)

Para pensar ainda sobre o MN e sua ação diante dessas construções de raça e de racismo (institucional), baseando-me em **Nilma L. Gomes** (2012), compreendo que, ao ressignificar e politizar afirmativamente a raça, reorientando essa construção social como potência emancipatória (e não como regulação conservadora), o Movimento Negro reeduca e

emancipa a sociedade e também a si próprio, na produção de novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, solapando as noções de uma dita democracia racial brasileira, da inferioridade racial negra e consecutivo apagamento cultural, histórico e político, tal como marginalização da grande massa do nosso povo. Pois, transcende os marcos e os espaços formais do saber, apresentando uma outra práxis e sociabilidade em meio às suas coletividades exploradas dos atos aos protestos e marchas, da reivindicação de direitos a partir da luta política mais direta, mas que não por isso é menos marcada pela afirmação negra, afirmação da potência do protagonismo de mulheres negras, assim como o acolhimento entre pares e a afetividade. Porém, embora transcenda os espaços formais, é também a partir das construções nestes que muito se pôde avançar nas formulações teóricas e políticas do movimento.

### 1.1. MOVIMENTO NEGRO, INTELECTUALIDADE NEGRA E NOVOS OLHARES E SABERES DA LUTA ANTIRRACISTA

Em compasso ao reconhecimento de suas potencialidades, o MN vai contribuindo, em sua trajetória política e intelectual, a uma outra construção de ideias sobre como a pessoa negra constitui sua identidade e passa a valorizar isso. Acionando os escritos de **Kabengele Munanga** (2009), entendo aqui nesta ideia uma história de ligação entre si pelos grupos reunidos sob alcunha de negros a partir do olhar ocidental “branco”, firmando, para além de uma identificação fenotípica, uma identificação política como pessoas negras. A partir disso, a concepção de negritude vem para ressaltar, como elemento de afirmação e positividade negra diante do racismo, em caráter político, as raízes de luta desse povo, valorizando o passado e fortalecendo as identidades presentes. Assim, o processo de superação do racismo atravessa o (re)encontro com a identidade da pessoa negra como algo positivo. Essa valorização da negritude e de sua luta histórica veio a se fortalecer como mecanismo pedagógico de construção do orgulho racial, de modo que boa parte da militância negra veio a conhecer suas origens por meio da movimentação política de recontar a história, reafirmar valores e culturas, e tomar nas lutas globais um impulso à luta local (**Domingues**, 2008).

Consolidando-se progressivamente ao longo das últimas décadas no debate acadêmico e entre a militância negra, como já apontei (**Favaretto Pereira**, 2022), o debate sobre negritude alavancado mundo afora contribuiu para a construção da pessoa negra brasileira enquanto sujeito orgulhoso e que tem valorizado a sua progressiva conscientização sobre a opressão e a discriminação por si sofrida. Dessa forma, também foi possível à gente negra se organizar e reafirmar politicamente quanto à sua identidade, reivindicando sob diferentes estratégias de

repaginação de sua autoestima e das heranças de luta africanas um conjunto de direitos sociais e um horizonte de emancipação (Karin S. Kössling, 2007).

Essa disputa se faz ainda mais importante diante do que o sociólogo Oracy Nogueira (2006) apresenta sobre o “preconceito de marca” que vigora no Brasil, pautado pelos traços físicos, gestuais, de sotaque; por expressões e aparência do indivíduo. Dessa forma, há constante busca da pessoa negra por validação e reconhecimento até mesmo como sujeito entre pares e principalmente frente a pessoas não-negras, de modo que a pessoa negra mobiliza todo um conjunto de características para apresentar aptidões e uma individualidade, como um todo, que ostente outro padrão de ser que não o negro, buscando compensar sua constituição racial.

Diante disso, compreendendo que “a emergência de uma identidade negra no Brasil atual só pode ser entendida como construção política” (Hebe Mattos, 2007, p. 30 apud **Pereira**, 2010, p. 66), considero e busco outra alternativa ao que apontava **Cida Bento** (2002) sobre o usual dano à autoestima e a culpabilização as pessoas negras pela discriminação que sofrem. Frente a essas chagas, produtos de uma identidade negra que é historicamente solapada pela universalidade da identidade branca, evoco a relevância dessa luta política para fomentar uma nova consciência que nos reafirme uma dignidade alheia a todas as formas de exploração e alavanquem uma positiva ação de “tornar-se negro” (**Neusa S. Souza**, 1983).

Toda essa construção não parte do nada, mas sim rememora trabalhos da Imprensa Negra, do Teatro Experimental do Negro (TEN), da União dos Homens de Cor, denunciando a ideologia racial e a supremacia branca e elaborando política para diversos campos. Aliás, a contraposição ao ideário de harmonia racial no país, que na verdade escamoteava a população negra, deu-se junto a setores da intelectualidade nacional (e até estrangeira), como Jorge Amado, Edison Carneiro, e avançando em um tom acadêmico com trabalhos de Roger Bastide, Florestan Fernandes etc., na denúncia do tal paraíso racial brasileiro. Ainda, teriam sido as propostas elaboradas pelo TEN o mais próximo de uma organização mais ampla, com trabalho social mais profundo, via procedimentos culturais e educativos, cobranças pelo ensino gratuito e superação da discriminação (**Gonçalves; Petronilha B. Gonçalves e Silva**, 2000).

Mais que isso, porém, essas compreensões dão base e se atrelam ao incremento do estudo sobre/com/para a pessoa negra, de forma que nosso povo veio a ser alçado ao centro de discussão, tendo sua capacidade criativa e suas agências reconhecidas e enfocadas para além dos usuais samba e futebol que destacavam figuras negras, e na contramão do apagamento físico e simbólico, do sumiço de dados de censos à época ditatorial militar. O saber negro passou a ser valorizado e a inspirar novas levas, conhecendo, refletindo, pautando suas problemáticas e a produção sociológica em torno disso (O Negro..., 1977). Dessa maneira, foram-se fincando



as bases de impulso à consciência e a novas perspectivas de movimento, em relação a diferentes organismos globais e pessoas físicas ou jurídicas de renome acadêmico ou político (**Flavia M. Rios**, 2008), embora ainda muito sob viés institucional.

Essas influências e movimentações se destacaram mais ao final da primeira década ditatorial, como desdobramento de mudanças sociais vividas pela militância negra emergente. Sob o chamado “milagre econômico” da ditadura, muitas pessoas negras jovens entraram nas universidades e tiveram acesso a novos debates, repaginando e reafirmando o compromisso com elaborações políticas mais contundentes no combate às injustiças de cunho racial, por transformações no padrão de valores da sociedade; pois, abarcando diferentes elementos da luta por direitos e por igualdade em diversas áreas (**Santos**, 1982 apud **Flavia M. Rios**, 2012).

Esse contexto universitário as inseriu em movimentações junto a organizações e entidades dos movimentos populares, sindicais, estudantis, permitindo sua formação política enquanto militantes em diferentes reuniões e contextos de construção de programas e ações, tal qual sob reflexão teórica. Organizando a conspiração contra a ditadura, bem como problematizando o pouco alcance do próprio campo progressista quanto à questão racial, a juventude negra foi readaptando sua militância, em um processo de defender a importância da união dos setores oprimidos da sociedade sob as pautas da anistia, da liberdade de organização, de melhores condições de vida e trabalho e afins, mobilizando vastas parcelas na luta antirracista, que também necessitava dessas questões não ligadas à identidade. De forma didática, disputavam então a consciência da população também com os saberes acadêmicos, nas ideias de luta, combate, organização, mobilização, conscientização etc. (**Kössling**, 2007).

Parte significativa da intelectualidade negra, que sustentava teoricamente o movimento, articulou a linguagem marxista, notadamente no uso do conceito de classe, com a crítica social traduzida em termos raciais. [...] Nessa rasura ideológica, os intelectuais e as principais lideranças negras construiriam um discurso radical e contencioso, denunciando as práticas coletivas e representações sociais dos próprios setores progressistas do país.

A ideia de consciência negra como simbologia máxima do despertar crítico, simultaneamente individual e coletivo, do negro brasileiro, construiu-se num campo interpretativo que permitia acesso ao universo cognitivo dos intelectuais e dos ativistas de inspiração marxista, assim como era capaz de dialogar e importar “matérias simbólicas” (**ORTIZ**, 1985) dos movimentos negros norte-americanos e africanos em suas lutas por emancipação. Todavia, ao invés de se contentarem em copiar passivamente as categorias, símbolos e estratégias das lutas internacionais, os ativistas e suas lideranças cuidaram de recriá-los à luz das peculiaridades de nossa realidade sócio-histórico-cultural [...]. (**Flavia M. Rios**, 2012, p. 46)

Em compasso, também os demais movimentos populares ganhavam vigor com a contribuição da população negra. E, dialogando e concorrendo com outras pautas, por sua circulação em diversos outros espaços, foi possível à militância negra ampliar seu raio de ação e absorver ideias, valores e exemplos de intervenção. Nesse bojo, nos meados da década de 1970, surgiram espaços como o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), no estado do Rio de Janeiro. Foi se ampliando a realização de seminários, conferências, exposições e demais atividades de discussão centrada no povo negro, com nomes como Beatriz Nascimento e Hamilton Cardoso, como na “Quinzena do Negro”, realizada na Universidade de São Paulo.

Ainda vale destacar, no século passado, a criação do Núcleo de Estudos Negros (NEN) em Santa Catarina, com atuação relevante junto à UFSC, e exemplos de outros estados que também ganham dimensão nacional, como o ainda mais antigo Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR, também fluminense), que pautavam a formação de novas levas de intelectuais e ativistas do povo negro, vinculando-se à pesquisa sobre relações étnico-raciais. Especialmente essas duas iniciativas do MN evidenciam longos processos de reunião, formulação, conflito ante as instituições, disputa intelectual e política acerca dos direitos, do espaço, da capacidade negra de fazer ciência e se afirmar enquanto gente, como sujeito de direitos, político, pesquisador. Junto disso, alavancou-se a presença no ME, com reuniões estudantis negras durante congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a realização do 1º Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN), em 1993, na Bahia.

As articulações nestas perspectivas seguiram pelos anos 2000, trazendo poucas mudanças quanto às movimentações, mas alcançando conquistas institucionais e novas formulações intelectuais negras, não prescindindo de alguma presença nas ruas. Ocorreu a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), que passou a promover os seus congressos (COPENEs); um impulso aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e depois articulação com pautas indígenas; progressiva cobrança à UNE por espaço no Movimento Estudantil. Como marco do espaço alcançado junto aos governos, aponto a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata (realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001), e ainda a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, em 2003) e a aprovação da lei nº 10.639/2003 (que trata da obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio).

Assim, sob as contribuições de **Joana C. dos Passos** (2015), vejo também que o MN

(como vem a ser também com os Coletivos Negros Universitários) promove tensionamentos com a cultura acadêmica na defesa das políticas que garantam o acesso e a *permanência* das pessoas negras na universidade. Para a autora, a ideia de permanência vem “como condições materiais/econômicas e simbólicas que permitam aos estudantes cotistas se manter na universidade no tempo adequado à sua formação com qualidade social” (p. 182). Essa divisão entre “material” e “simbólica”, porém, dá-se em caráter explicativo, uma vez que assegurar a continuidade e a qualidade da formação na universidade perpassa garantias tanto simbólicas quanto materiais, como conjunto que constitui a permanência estudantil.

Diante disso, como já destacava **Dyane B. R. Santos** (2009), a noção de permanência que aqui emprego se vincula à duração no tempo que garanta a constância do indivíduo na universidade, bem como sua transformação e existência ali como um todo. Com isso, os CNUs criam estratégias e espaços de aquilombamento e acolhimento em geral, permitindo aos sujeitos que se identifiquem, reconheçam e se sintam pertencentes em coletividade, como impulso à permanência pautada pela autora como de caráter simbólico, mas que não se dissocia das lutas que buscam assegurar condições materiais das mais básicas às mais complexas. A exemplo, é essa comunhão entre a militância negra que instiga desde as possibilidades de deslocamento à universidade, acompanhamento das aulas, aquisição de equipamentos para as atividades etc. até o incentivo à pesquisa, o suporte para produção científica e participação em eventos dos mais distintos âmbitos. Ante essas e outras muitas demandas, os CNUs vão promovendo, conforme possível, os meios de suporte e colaboração à gente negra na universidade, reelaborando para o contexto universitário práticas comuns às suas redes de solidariedade noutros territórios. Mais que a própria ação militante negra, porém, é dever do Estado a garantia de tais condições, pela promoção de políticas públicas.

Essas políticas se ligam como *ações afirmativas*, que

podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário cujo entendimento se amplia na medida em que não somente visa a combater a discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, mas também corrigir ou aplacar os efeitos presentes dessa discriminação praticada no passado (GOMES, 2003). Esse entendimento possibilita a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, [...], além de induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica capazes de subtrair, do imaginário social coletivo, a ideia de subordinação e inferioridade de um grupo por [...] por pertencimento racial. (**Joana C. dos Passos**, 2015, p. 158)

Nesse bojo, portanto, o MN interfere não apenas no pensamento e na convivência acadêmica, descolonizando e reconstituindo esse espaço (**Joana C. dos Passos**; Eduarda Gaudio, 2020), mas também reconfigura a si próprio sob novas demandas e representações,

modificando ainda sua sociabilidade e evidenciando a complexidade das relações raciais no meio universitário, por meio da sua progressiva atuação neste (Guimarães; **Flavia M. Rios; Edilza Sotero**, 2020). Em compasso, disputa e por vezes conquista medidas do poder público para atendimento das reivindicações por si elaboradas. Frente a isso, destaco, enfim, a legitimidade e a riqueza da produção epistemológica oriunda dos espaços políticos do MN, alcançando a construção de projetos e processos educativos emancipatórios (**Nilma L. Gomes**, 2011) e os entendendo mesmo em sua dimensão informal: enquanto processos de afeto, acolhimento, pertencimento, aquilombamento, coletivização de vivências e formação política e acadêmica; de retomada de uma história roubada e construção de novos horizontes.

Dessa forma, ainda, entendendo o saber acadêmico como entrelaçado à luta política que se trava noutros âmbitos, objetivo aqui superar a condição opressora do *epistemicídio*, também articulado por **Sueli Carneiro** na ideia de *racismo epistemológico*, que vem como o genocídio de epistemologias, marcado pela desqualificação do pensamento da militância negra ante o discurso do branco, que é legitimado como fonte de autoridade sobre a pessoa negra (**Sueli Carneiro**, 2005), produtor de conhecimento universal e ponto de referência para todas as “outras histórias”, que são sempre subalternizadas (Mignolo, 2013), num “sequestro da razão negra” (**Sueli Carneiro**, 2005, p. 96). Ademais,

na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio [...] se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. (**Sueli Carneiro**, 2005, p. 60)

Junto à desvalorização e à negligência, a violência perpassa a tratativa e a omissão quanto à nossa existência, nossa cultura, nossas contribuições acadêmicas, políticas e sociais em seus mais diversos sentidos. A teoria eurocêntrica ali explorada se mistura a uma prática conformista e descolada da realidade de um país latino, majoritariamente negro, de histórico de muita luta. Mas não nos resignamos.

É diante disso que temos travado a disputa para tomar esse espaço universitário enquanto mais um meio de expressão de nossas vozes e saberes; disputado a legitimação acadêmica e política não pela conformação aos parâmetros engessados de matrizes elitistas e estreitas, mas alargando os sentidos e calibrando a universidade ao que deve ser sua função e orientação junto ao povo. Na contramão não só do apagamento, como da violência aberta a que nos submetem dos currículos às bibliografias disponíveis em cada plano de ensino; das obras

dispostas no acervo da Biblioteca Universitária até a formulação dos concursos e processos seletivos, assim como noutros âmbitos, é preciso reagir e propor, como nessa feitura de luta e pesquisa, outros horizontes. Quando falamos que não queremos mais “nada sobre nós sem nós”, falamos diretamente de nos vermos nas salas, nos textos, nos vídeos, nos conselhos, na orientação do que é a função daquele conhecimento construído, de a quem vai servir. De podermos ter o espaço para que sejamos abertamente o que já somos como sujeitos de luta e de pesquisa, e não meros objetos.

Para tanto, faz-se importante recorrer ao enfoque na produção intelectual do Movimento Negro; entretanto, também a tomo em aliança às contribuições de militantes da luta contra opressões de forma geral, pela superação dos instrumentos de dominação em suas diversas facetas. Afinal, ao contrário de hierarquizar raças, objetivo contrapor a essa lógica de dominação os dizeres até então silenciados, mas que estouram em gritos por mudanças e precisam de destaque.

Assim, parto de uma ruptura com o olhar colonial, que coloca em xeque a noção de que só é válido o conhecimento que se sujeita às normas disciplinares, que é legitimado pelas estruturas coloniais (Mignolo, 2008); pois, na contramão, coloco-me a pensar sobre a condição do povo negro brasileiro a partir de seu lugar epistêmico. Desse modo, como trazem **Bernardino-Costa** e Grosfoguel (2016), objetivando restituir falas e produções teóricas e políticas de sujeitos até então destituídos de tais condições, mas também produzir novas sínteses que evoquem uma construção epistemológica a partir de um lugar subalternizado mas com muita potencialidade, assumindo o compromisso ético-político de elaborar um conhecimento contra hegemônico e que dê novos rostos à disputa do meio acadêmico.

É tratando ainda desses novos rostos que podemos enveredar sobre a profundidade das lutas construídas e das demandas postas ao trabalho do MN, na calibragem da luta contra o racismo como uma luta imbricada ao enfrentamento intransigente ao patriarcado, como alude **Lélia Gonzalez** em obras como “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984). Apenas assim conseguiremos rumar à edificação de uma alternativa de emancipação humana e de construção de uma nova sociabilidade. Também sob as elaborações acerca da interseccionalidade de gênero, raça e classe trazidas por **Angela Davis** (2016) e as articulações propostas por Heleieth Saffioti (2001; 2015), podemos compreender que com as transformações sociais da ordem capitalista houve a fusão em um único sistema de dominação-exploração, conhecido por *patriarcado-racismo-capitalismo*, de forma que as opressões, em nossa realidade concreta, apresentam-se assim combinadas e atravessadas, apenas sendo possível as tomar em separado para fins de exposição didática e melhor compreensão de sua simbiose (Heleieth

Saffioti, 2001), mas travando um combate conjunto.

**Sueli Carneiro** (2019 apud **Karina P. dos Santos**, 2021) complementa indicando que a conjugação da opressão de raça, gênero/sexo e classe implica em tríplice militância, não podendo se alienar nenhum de tais fatores na busca de uma solução efetiva para os problemas que atingem as mulheres negras. Porém, as relações da militância de mulheres negras com o movimento de mulheres em geral eram conturbadas, dado o estreitamento político e a limitação na compreensão do debate étnico-racial como entrelaçado ao debate geral da luta contra a opressão da mulher na sociedade em que vivemos. Dessa forma, o movimento feminista (branco) não comportava as demandas de discussão, as formas organizativas, os acúmulos de lutas e de vivências das mulheres negras, com estas encontrando no Movimento Negro a abertura para as discussões e os trabalhos políticos que buscavam fazer, com maior disputa e prioridade de intervenção, ainda que com alguns problemas também, sobretudo ante as posturas dos homens. Destaco, pois, as redes construídas por elas nos círculos de mobilização feministas e LGBTI+ – que são centrais para pensar a FREJUNA e também os CNUs –, com avanços no entrelaçamento entre raça, classe e gênero (**Flavia M. Rios**, 2012).

Partilhando de uma experiência histórico-cultural comum, sob raízes de um mesmo solo e um espaço para desenvolvimento mais igualitário no Movimento Negro (contando também com homens negros), as mulheres negras tinham neste movimento suas especificidades consideradas, segundo **Lélia Gonzalez** (1984a), na contramão do esquecimento da pauta racial nos movimentos feministas, ou ainda da titubeação demasiada dos movimentos de esquerda em travar esse debate. Assim, sob muita firmeza e preparação para disputas, é constante há muito tempo a denúncia que as mulheres negras fazem da condição de intensa opressão que sofrem as pessoas negras, de forma que a autora ainda aponta como elas eram tomadas por agressivas, causadoras de mal-estar ou conflitantes à luta feminista. Porém, bastando-se em sua coletividade, as mulheres negras se reuniam para discutir o racismo e o machismo, sobretudo o machismo por homens negros. Em suas trocas e construções, fortaleciam laços de solidariedade que são marca do movimento de mulheres negras e de suas experiências comuns dos lares às ruas; e, com isso, alavancavam todo o MN, trazendo seus acúmulos ao restante da militância para reflexão conjunta sobre a condição da mulher negra. É com essas bases que, como veremos, os CNUs também se desenvolvem.

Porém, esse desenvolvimento não se constitui de imediato, mas sim demanda muita luta e contornos sob um estágio de crise de toda a sociedade brasileira e do próprio MN, ante o discurso de democracia que se choca à bárbara realidade, como aponta **Joel Rufino dos Santos** (1985). O autor aponta como o MN, abalado também internamente, tem dificuldade de

impulsionar seu crescimento e também de se perceber enquanto vinculado a essa crise nacional; assim, por vezes se limita ao campo da pesquisa e da cultura, contendo o fortalecimento da luta antirracista, que poderia alcançar outros contornos políticos se projetada para além da falsa democracia racial, para o enfrentamento cada vez mais firme e direto à ordem racista, que precisa ser rompida (Santos, 1985). Como frisa o autor, ao MN fica então a tarefa da reflexão sobre essa crise e seus sustentáculos, assim como da ação contundente em vistas a superar tal abismo, jogando-se em uma jornada de luta por sua própria sobrevivência como movimento e de suas perspectivas de crescimento, continuidade, futuro. Com esta base para reflexão e avanço, novos sujeitos vêm à tona, com os *Coletivos Negros Universitários* emergindo do legado e do chamado à luta constante como parte do Movimento Negro, do incentivo de inúmeras gerações a não desistir.

## 1.2. OS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS EM QUESTÃO

Para pensarmos o que são os Coletivos Negros Universitários, é preciso revisitarmos a própria ideia de *coletivos* que vem se consolidando no debate acadêmico e dos movimentos sociais. Nesse sentido, duas contribuições são relevantes como sínteses. Primeiro, que

os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. [...]

Um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existentes entre os jovens. Eles contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura. Na atualidade, os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, por não se identificarem com sua forma nem com seus métodos de ação, os quais repudiam. [...] Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou, ainda, podem negar a forma de movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política. Mas há, também, coletivos que se juntam ou dão apoio a determinados movimentos [...]. (Maria da G. Gohn, 2018, p. 120)

Ainda, dentro do debate sociológico,

os coletivos são como os novos movimentos sociais definidos por Melucci (1989): heterogêneos, entrelaçando heranças do passado e bandeiras contemporâneas. Ademais, na relação de uns com os outros, os movimentos sociais emprestam uns aos outros ideias, pessoas, retórica e modelos de ação (TILLY, 2010). (Olivia C. Perez; Souza, 2020, p. 16-17)

Para além da sua distinção ante os coletivos tradicionais, tomando por base as contribuições de Antônio Guimarães, **Flavia M. Rios** e **Edilza Sotero** em “Coletivos Negros e novas identidades raciais” (2020) e combinando a estas os debates de autopercepção dos próprios coletivos com que estabeleci contato e de sua militância, é pertinente caracterizar que

os CNUs apresentam nova tônica de construção do MN também. Isso, sobretudo, pela sua diferenciação política e de emergência conectada como expressividade de contextos de fervor nas mobilizações sociais, continuando as lutas históricas do MN no campo da educação e se inserindo nas batalhas ideológicas que eclodiram e eclodem país afora como movimentos (principalmente) de juventude, sob choques de projetos de sociedade que se escancaram sobretudo no contexto pós-golpe de 2016, ou ainda desde o avanço da Lei de Cotas em 2012 e de mobilizações sociais grandiosas em 2013 – e até alguns episódios prévios.

Entremeados à trajetória de luta e às novas demandas políticas conjunturais, os elementos da ressignificação da identidade negra por nossa intelectualidade orgânica se evidenciam como centrais na constituição dos CNUs, junto dessas raízes de transformação do perfil universitário ao longo dos anos – fruto de lutas do MN, de conquistas de ações afirmativas e de processos de expansão de universidades e programas de acesso –, o que demarca os CNUs como uma nova expressão do Movimento Negro de base acadêmica (**Ratts**, 2011). Assim, extrapolando o que seriam tanto os NEABs e grupos correlatos como coletivos externos ou coletivos estudantis que não negros, embora não se desvincilando das heranças e de margens de diálogos. Trato então, sobremaneira, de uma centralidade da luta política.

Como já visto em alguma medida, pensar na importância de o Movimento Negro atuar na universidade se conecta ao entendimento das contradições próprias do meio acadêmico enquanto anunciante de si como promotor de um desenvolvimento social, educacional e científico que visa a um suposto desenvolvimento nacional mas que, na prática, faz-se na verdade um laboratório de desafios e agudização de muitos dos conflitos já vividos fora dali. Com isso, toma importância o posicionamento do MN no sentido da luta, da presença e da ocupação desse espaço. Afinal, trata-se de um espaço contraditório, mas que precisa ser disputado no sentido da direção política, da produção de conhecimento, dos acúmulos do povo negro que são prévios à nossa entrada na universidade, mas trazem uma bagagem importante para os tensionamentos que são produzidos ali dentro.

Diante disso, conseguirmos nos organizar enquanto movimento na universidade, produzirmos espaços coletivos de fomento de uma reflexão crítica sobre a permanência, o que nos constitui enquanto sujeitos negros dentro da universidade, é importante para a luta pelo sentido de afeto e acolhimento, para estarmos entre pares e conseguirmos ter um outro espaço de agrupamento. Ao contrário de separação e segregação, conseguimos muito mais acolher pessoas negras e também as fazer se perceberem enquanto pertencentes de fato daquele espaço, mesmo sendo muito poucas numericamente, minoria nas universidades. E nessas redes de sustentação, acolhimento e formação é que vamos fortalecendo também uma dimensão política



e de potencialidade da inserção e vivência em outros espaços do movimento universitário e estudantil como um todo.

Pois, é esse encontro enquanto Movimento Negro na universidade o que muitas vezes abre portas para entendermos muito mais dessa vivência e conseguirmos nos colocar também para uma qualificação acadêmica melhor, para o aprendizado de como nos inserirmos em novos meios estranhos ao mesmo tempo em que conseguimos preservar as particularidades e cuidados próprios do MN. Isso que melhor vai caracterizando os CNUs, para além da demanda por criticidade ao racismo; segundo **Lia K. F. da Costa** (2021), vindo como congregação de todas essas esferas de relações históricas com a intelectualidade, com o ME e outros campos de luta, tal qual de âmbitos de preocupação, significação e intervenção junto ao povo negro nas universidades. Com política e afeto se imbricando e impulsionando, em conjunto, as condições de permanência e intervenção nas instituições de maneira prolongada.

Trata-se, afinal, de raízes históricas que marcam uma continuidade de movimento pautada na disputa historiográfica e da construção de narrativas sobre o que é a contribuição negra para o país. Então, os movimentos de agora trazem também uma lógica de pertença ao retomar os movimentos do passado, porque só estão na universidade por ter havido muita gente construindo isso antes, que antecedeu essa nova leva e percebeu o quanto era importante nos apropriarmos desse espaço para nos fortalecermos na universidade. As ações afirmativas são importantes para isso, são produto da luta do povo negro, que levou a um cenário atual em que, agora, entramos na universidade não mais numa lógica de mera escuta, mas de contribuição, de partilha, construção coletiva também do conhecimento; disputa de como a universidade se organiza e reconhece também conhecimentos do povo negro que devem ser legitimados pela sociedade. Pois, os Coletivos Negros Universitários estabelecem conexões com os movimentos que os antecederam numa perspectiva de continuar a abrir caminhos.

Em relação à origem dos CNUs, ainda, como já levantado, muito se alcança ao pautar o surgimento da intelectualidade negra e o que é a produção de conhecimento a partir dos sujeitos negros, a guinada de passar a considerar também pensadores e pensadoras do território latino-americano, que discutem a periferia do capitalismo, os nossos povos, os acúmulos das experiências construídas e as nossas especificidades aqui nesse território, segundo **Joyce Santos** (2024). Então, os CNUs se fundam também tendo por base essa retomada histórica de produção de conhecimento do povo negro, para que possam entender onde se localizam nesse grande movimento da história e assumir o papel que ocupam nessa construção como um todo. E isso se passa desde a construção dos coletivos até os ensinamentos que disputam para ganharem espaço na universidade sob a teoria produzida pelo Movimento Negro organizado,

tudo em meio à contradição e ao conflito histórico.

Assim, não há como descolar essas experiências recentes dos CNUs dessa noção de continuidade, de aprendizados a partir dos erros e dos acertos, de novas construções a partir de acúmulos que ainda são trazidos pela possibilidade de partilha de espaços, de trocas com pessoas que construíram esses movimentos antigamente. Sendo, então, uma luta viva, que ainda tem impactos, acúmulos que nos permitem trazer um fôlego novo de tentativa de responder ao que é necessário no nosso tempo. Como aponta **Joyce Santos** (2024), tendo muitas particularidades no sentido da uberização, da precarização da vida, das dificuldades de socialização no contexto pós-pandêmico, dos impactos da tecnologia e da capacidade de raciocínio – questões que não eram tão fortes algumas décadas atrás, mas sobre as quais precisamos nos debruçar, atualmente, também sob uma perspectiva racializada. Pois, entender as contradições do agora, como pontuado pela contribuinte quanto à hierarquização do mercado de trabalho, o impacto do racismo, do sexismo, da xenofobia, com a visão racial enquanto elemento-chave, compreendendo que são relações confusas e complexas que atravessam e nos constituem como sujeitos. Ainda, buscando referências no passado para as conseguir entender e atualizar conforme as demandas do nosso tempo.

Os coletivos, então, vêm para potencializar as bagagens deste povo, nossas vivências enquanto pessoas que socialmente já marcadas enquanto diferentes, mas numa posição não só diferente, como também desigual, subjugada, escanteada muitas vezes pelas dificuldades reais da vida – entendendo a universidade como esse espaço de disputa, não um lugar de privilégios por si só. Um lugar que precisa também contar com nossa presença em grau cada vez maior e organizado, no sentido de construir também uma universidade que nosso povo demanda, na direção política que acreditamos. E essa presença se qualifica e potencializa na coletividade, o que destaca as bases para tal nomeação como Coletivos Negros Universitários. Nossa contribuinte destaca como base dos CNUs

essa perspectiva comum que a gente tem e essa vivência comum também de sermos pessoas negras e, no nosso caso, pertencentes ao mesmo curso, e que partilhavam dessa necessidade de se acolher justamente porque não se sentiam acolhidas. Então, o coletivo é esse espaço onde a gente pode pensar juntos, juntas e juntas, políticas de enfrentamento, mas também de acolhimento, sabe? Então, a ideia do coletivo... é justamente ser um espaço seguro dentro do possível, dentro do que a gente consegue com as nossas articulações, para que esses estudantes possam se fortalecer mutuamente. Então, eu acho que... essa existência enquanto coletivo é muito importante, ela se diferencia dos outros espaços justamente por essa forma de organização que não está tabelada, não está escrita num regulamento, como fazer. A partir das nossas condições concretas, a gente se auto-organiza para gerar esse espaço que seja possível. (**Joyce Santos**, 2024)

Esses coletivos, então, operam sob outros pretextos estruturantes, organizativos, sem assumir um caráter enrijecido, com elementos de renovação sobre traços comuns a agrupamentos políticos, como maior horizontalidade nas formulações e decisões cotidianas, bem como novos repertórios de ação. Ainda, adaptar o horário de reuniões e suas dinâmicas e formatos como um todo; considerar o que gira em torno da vida das pessoas, as prioridades e a realidade de precarização, de trabalho exaustivo, de responsabilidades nas famílias, é marca desses CNUs. A dificuldade de cumprir com a própria carga horária da universidade, e então precisar adaptar outros dias e outros horários para que possam se encontrar e não só debater a política, mas também conseguir compartilhar mais questões da existência, da realidade, é marca dos sujeitos dos CNUs. Sujeitos que, nesses espaços, sentem-se seguros para se colocar, uma vez que se situam num espaço que se coloca de fato enquanto de acolhimento entre pessoas negras que conseguem se entender e compartilham de vivências muito similares também – em contradição com o que ainda é possível organizar hoje dentro do Movimento Estudantil e do que são as camadas médias que ocupam a universidade, usualmente. A necessidade desses coletivos, assim, mostra-se também para que as pessoas possam de fato ter espaço, porque muitas vezes não conseguem acessar outras instâncias, no sentido de estarem participando também presencialmente das reuniões, ativamente.

Como **Joyce Santos** (2024) frisa, também a própria dinâmica do coletivo vai se atualizando com o tempo, quando as disputas são feitas na universidade, porque não há fórmula mágica para a readequação das lutas. Às vezes se conforma um processo mais reativo quando um problema surge, porque se parte desse entendimento também de que esses coletivos não estão isolados. Acontece um problema num curso, desde um ataque racista explícito (como agressões verbais ou físicas) até ações mascaradas (como incongruências, preterimentos ou entraves à participação negra em processos seletivos, avaliação desigual etc.), e então se organiza a luta, independentemente se é o próprio curso de determinadas pessoas ali atuantes no coletivo. Por vezes, ainda, há a formatura ou a evasão dos sujeitos, visto que muitas pessoas também não são nativas da região onde sua universidade se situa, dificultando sua permanência. Então, os coletivos se constituem, sobretudo, como uma necessidade desse tempo, desse contexto, para dar respostas aos problemas atuais, escancarar que as estruturas que estão postas não dão conta de suas vivências. E isso, aliás, sendo construído por sujeitos que nunca foram passivos – na verdade, sempre foram bastante ativos –, que se organizam ainda mais à medida que vão tomando espaço na universidade, estruturando-se com interseções e deslocamentos que por vezes se dão a cada episódio de luta, conforme melhor contribui para sua potência e presença nas lutas (**Oliveira**, 2019). Ainda, não se pautando por algo estático e permanente

como único meio de atuação, formulando e reorientando agendas de luta conforme a conjuntura em que se encontram, para consolidar uma ação coletiva organizada.

Sobre a relação entre Movimento Estudantil e Movimento Negro, que é mais um aspecto relevante para pensarmos o que demarca essa experiência dos Coletivos Negros Universitários, há muitos conflitos e contradições, tal qual confluências também. Esse conjunto vai se evidenciando conforme eclodem as disputas acerca de conseguir criar espaços que deem conta de abarcar a diversidade e as dinâmicas do povo negro, não só no sentido da divergência de pensamentos, mas de entender que é importante a construção e a disputa, pelas pessoas negras, das instituições e das entidades já existentes. Como dito por **Joyce Santos** (2024), tensionando a política e ao mesmo tempo confluindo naquilo que é possível, entendendo que são necessárias outras dinâmicas as quais justamente esses espaços de CNUs, que pautam sobretudo a sobrevivência e a vida do povo negro e como este se insere na universidade, são importantes para potencializar. Nos CNUs, afinal, consegue-se produzir um acolhimento melhor, trazer outras leituras, entendimentos sobre aquelas realidades de vida e pensar como isso dialoga também com as lutas mais gerais que são construídas de outras formas em outros espaços de movimento. **Joyce Santos** (2024) ainda acentua que é preciso entender que a entrada na universidade, o acesso a esse espaço, não demarca uma ascensão a um posto em que se deixa de sofrer com o racismo. A vivência aqui é pautada pela contradição, pelas limitações da tradição do Movimento Estudantil, mas ao mesmo tempo se constrói nessa disputa de transformação da realidade a partir do corpo estudantil negro. Como reflexo, no trabalho conjunto, mesmo que não apagando tensões, as entidades estudantis têm aberto espaço e cada vez mais têm sido construídas e dirigidas por pessoas negras também, a exemplo das nominatas das chapas vencedoras dos processos eleitorais tanto de Centros Acadêmicos (como dos cursos em que há CNUs) quanto do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período aqui abordado.

Assim, ficam postos na história muitos dilemas e muita dificuldade mútua de relação entre o Movimento Estudantil geral e o que seria o movimento específico das pessoas estudantes negras, porque há muita limitação na luta antirracista quando se esbarra no privilégio de pessoas brancas, por exemplo; quando se pauta direitos mais específicos das pessoas negras que estão construindo esses outros espaços. Então, nesse processo, muitas lutas precisam ser quase carregadas inteiramente pelo povo negro. Porém, como a contribuinte ressalta, entrar na universidade não muda a cor da pele, não torna menos negra uma pessoa, no sentido de que “a bala perdida continua sabendo quais são os corpos que ela precisa encontrar” (**Joyce Santos**, 2024).

Ainda, sendo iniciativas ligadas à universidade, os CNUs compartilham com o

Movimento Estudantil as contingências do período de militância atrelado ao período de estudo (e com o agravante de maior evasão, expulsão ou dificuldade de permanência de pessoas negras) e a possibilidade de construção por pessoas ligadas a partidos (mas sob não atrelamento a estes, o que por vezes ocorre no ME). Porém, marcam um salto além: constituem-se como espaço de criação, celebração e cultivo sistemático de uma história diretamente do protesto negro brasileiro e mundial, onde consigam expressar sensibilidade, identidade e estética próprias, organizando-se para reivindicações específicas contra as discriminações no meio universitário (Guimarães; **Flavia M. Rios; Edilza Sotero**, 2020), assim como explorar novas dimensões de afetividade.

Nessa imbricação de afeto e política é que os coletivos impulsionam sua ação e sua unidade, base para qualquer constância, e trabalham as possibilidades de permanências e avanços na universidade, no desafio e na contradição constante nesse espaço e na dinâmica de buscar dominar o saber hegemônico ao mesmo que buscam formular e incitar saberes contra hegemônicos. Essa dinâmica de disputa universitária é canalizada sob mobilização política, de forma que a formação e a produção científica são acompanhadas por uma organização de agendas de luta conforme a conjuntura política e organizadas conforme cabíveis, potentes e catalisadoras das ações. Das campanhas aos atos, ou ainda sob o destaque de ações e articulações no contexto das redes sociais, marca dessas novas levas de agentes da/na política, ainda têm por marca o acolhimento e a proteção na luta antirracista, como fundamento para a preservação e possibilidade de passos futuros, articulando-se também entre coletivos. Aliás, diante desse fomento à coletividade, a própria ideia de Frente que aqui exploro se exprime como desdobramento, como um laço deveras amarrado ao que pauto sobre os CNUs, sendo a FREJUNA um exemplo de interligação e potencialização das lutas dos coletivos. Nesse sentido, canaliza e combina esforços de distintas pessoas militantes em diferentes iniciativas, que se constituem como agentes da luta coletiva negra estudantil universitária, e inclusive se desenvolve sob as mesmas dinâmicas e dificuldades que os coletivos, especialmente sob o recorte que aqui pauto, sendo peça-chave na universidade.

No seu conjunto, pois, há uma coletividade que forma para a profissão e para o fazer científico, mas que, mais que isso, visa a prover outras possibilidades ante a agressão e espoliação racista, desnaturalizando a condição da pessoa negra como objeto (inclusive de pesquisa) e nos alçando ao choque com as contradições das instituições enquanto agentes que formulam, fomentam e conduzem incisivas agendas de luta à busca pelo pertencimento, pela garantia de direitos e igualdade racial e pela transformação social.

Então os CNUs marcam essa força estudantil negra auto-organizada, encontrando

maneiras de existir para além de explosões espontaneístas, mas se desenvolvendo em continuidades que levam a novos coletivos, pleiteiam mudanças, conquistam avanços e contribuem para essas transformações em relação às ações afirmativas e às políticas de permanência, aos currículos, ao quadro docente, sobre o discurso e a construção verdadeiramente antirracista que tem espaço na universidade ou não, como apontado por **Joyce Santos** (2024). Isso não se faz sem reconhecer os seus erros, sem ter compromisso de os avaliar e superar, fazer um processo de reconstrução em cima disso para poder acertar; num movimento de coragem marcado não só na autocrítica, mas também de se organizar coletivamente não por uma representação vazia, mas por uma perspectiva de transformação que é disputada, que traz novo fôlego e desejo muito genuíno de transformação, que vai se alinhando conforme necessário. Com isso, vão se fortalecendo para não sucumbir diante de pressões e críticas, mas sim dar uma continuidade à luta, de entender que a experiência e o exemplo de ver que até hoje mais coletivos vão sendo criados mostra que em alguma medida se está no caminho certo (**Joyce Santos**, 2024).

E esses passos que vêm de longe e pavimentam as lutas presentes assim são tomados por muito esforço de continuidade na luta e na produção acadêmica do povo negro para si próprio. Nesse sentido, sob os acúmulos sistematizados nesta dissertação, tenho um entrelaçado de narrativas e contribuições, formais ou não, das pessoas que vivem isso dentro e no entorno da FREJUNA. Dessa forma, construindo uma base junto de saberes usualmente marginalizados, bem como conflituosos e desafiadores, que carregam uma afirmação política de uma procura por romper com o passado ainda vigente, o que me permite fazer da pesquisa um instrumento para a reflexão e a ação, fundamental diante do tempo que vivemos, e que melhor nos municia para atender ao compromisso ético e político ao se fazer ciência. É também isso que as experiências locais do MN apresentam em sua luta.

### 1.3. PASSOS QUE VIERAM DE LONGE E CHEGARAM ATÉ AQUI: INICIATIVAS QUE PAVIMENTARAM O CAMINHO DOS CNU<sub>s</sub> AINDA ATUANTES NA UFSC

Nesse percurso do MN, novos espaços (universidades) são ocupados ou, ainda, territórios são rediscutidos no tocante à presença negra: em se tratando do meu recorte espacial de pesquisa, para pensar as particularidades estadual e municipal, conto com as contribuições de **Jeruse Romão** (apud **Andréa da Luz**, 2020) e **Azânia Nogueira** (2018) para destacar a participação social negra catarinense como muito mais firme do que é de costume apontar na mídia e na historiografia tradicional. As autoras ressaltam o papel ativo do povo negro na

consolidação do que são Florianópolis e Santa Catarina, com presença e atividade em distintos postos de trabalho e iniciativas de associação negra que foram se reorganizando e ganhando novos contornos, desde os clubes negros e seu tensionamento por espaços de convívio e acolhimento entre pessoas negras até os coletivos na UFSC, que travam essas e outras disputas na universidade e se constituem também como espaços de acolhimento.

Perpassando diferentes esferas dessa organização negra, o MNU aparece como um expoente histórico do MN localmente, que há décadas se compromete com a luta antirracista e educacional sobretudo fora, mas também dentro das universidades. Atuante desde 1993 na região, o movimento empenha esforços em diversos projetos conectados especialmente à juventude negra e pobre, polindo e incrementando ao longo dos anos sua ação por acesso e permanência negra na universidade, fundando o Projeto de Educação Comunitária Integrar, que engloba a promoção de cursinho pré-vestibular e acompanhamento da trajetória de ingresso e desenvolvimento acadêmico de estudantes. Ainda, o MNU alcança colaborações e eventos desde feiras antirracistas em escolas até palestras em semanas estudantis de cursos universitários. Para além desse âmbito educativo mais usual, também tiveram por marca em sua história algumas inserções nas lutas estudantis, via entidades ou não: o MNU foi um dos movimentos mais ativos no processo de reativação do DCE Antonieta de Barros, da UDESC, assim como em mais lutas recentes que descrevo adiante.

Com maior centro na dinâmica acadêmica, por sua vez, outras iniciativas também ganham atenção na região. Na UDESC, há o exemplo da promoção do debate étnico-racial a partir do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, ou ainda das tentativas de criação de coletivos, organização de ações de denúncia e participação em esferas do movimento estudantil, como em Diretórios Acadêmicos ou junto à gestão Araponga do diretório central, mais recentemente. Já mais ligado à UFSC, nosso foco, o renome do Núcleo de Estudos Negros faz jus à sua história. Sua criação data de 1986, a partir das ações de militantes que impulsionavam programas e formações de professores no campo da educação, da história, da cultura, do direito etc., articulando e organizando o MN no estado e na região sul como um todo, como a partir de seminários (**Gonçalves; Petronilha B. Gonçalves e Silva, 2000**). O direcionamento acadêmico se alavancou à chegada da década de 1990, quando do apoio da Fundação Ford<sup>19</sup> para seus

---

<sup>19</sup> “A Fundação Ford é sediada nos Estados Unidos da América [(EUA)], mas renomada mundialmente pelo seu caráter de financiadora de programas de defesa e promoção da democracia, dos direitos humanos e pela redução da pobreza e do racismo. Neste bojo, segundo seus documentos, apoiou a consolidação do Núcleo de Estudos Negros ‘para [este] fornecer informações sobre racismo e desigualdade racial para professores de escolas pública’ (ADORNO; CARDIA, 2002, p. 230). Aqui, cabe considerar que a fundação é um dos principais expoentes no fomento à pesquisa no campo das relações étnico-raciais no Brasil; contudo, que há uma série de disputas políticas e interesses de dominação ideológica por trás de tais projetos, carregando consigo a política imperialista

programas (**Andréa da Luz**, 2020), e progressivamente o NEN foi tendo projeção nacional, no bojo de o estado catarinense ser um dos primeiros com leis para tratar da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, ainda em 1992, demarcando o debate, a compreensão política e a articulação e força do Movimento Negro para tal conquista, em cidades como Florianópolis, Itajaí e Criciúma (**Jeruse Romão**, 2021 apud **Favaretto Pereira**, 2022). Ainda, contribuindo de diversas formas junto a instituições como a SEPPIR, a Fundação Cultural Palmares etc., ou mesmo pautando a criação de disciplinas específicas para o debate sobre relações étnico-raciais em cursos do campo da educação e ainda tomando dianteira na organização da disputa para formulação das políticas de cotas na UFSC.

Continuando retomadas de meus estudos (**Favaretto Pereira**, 2022), podemos ver que, na UFSC, o despontamento mais solto de iniciativas, com poucas ações conectadas em perspectivas, conteúdos e formas, é o que deu tom ao MN, ainda que em alguns momentos tenha havido alguma articulação entre elas. Em 2011, o Coletivo Kurima – Estudantes Negras e Negros da UFSC foi criado sob a intenção de ampliar o conhecimento acerca das temáticas ligadas ao povo negro em diáspora, na universidade ou além dela. Desde ciclos de palestras, feijoadas e sambas no Restaurante Universitário até intervenções junto ao movimento estudantil, o coletivo se fez presente como um dos destaques na universidade. Junto ao Coletivo 4P – Poder Para o Povo Preto, criou o Fórum dos Movimentos Estudantis Negros (FOMOVEN), e ao início de 2017, em aproximação ao Centro Acadêmico Livre de História (CALH), realizou expressiva intervenção no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC (CFH), a partir de um calendário mensal de performances, exposições e debates pautando o racismo e ao que remonta a data do 13 de maio. Diante de represálias e ataques racistas de alunos e professores do centro a figuras do coletivo, essa relação coletivo-entidade se fez relevante para o apoio e a denúncia. Porém, ao passar dos meses, a atuação do coletivo foi se esvaindo, tal qual sua proximidade às lutas estudantis em geral.

Consolidado no segundo semestre de 2013, o Coletivo 4P reunia pessoas negras de diversos cursos da UFSC para travar a luta antirracista e discutir a Lei de Cotas dentro e fora da universidade. Para tanto, além da contribuição no FOMOVEN, o coletivo encabeçou o pré-

---

dos EUA e impondo um conjunto significativo de orientações questionáveis acerca da produção científica oriunda de projetos apoiados pela instituição – isso, todavia, sem desconsiderar que neste trabalho nos valem e encontramos também obras importantes, de cientistas a quem temos algum grau de proximidade ideológica, que trazem apoio da fundação. Para compreender melhor a agência desta, sua relação com os órgãos de Estado dos EUA e como trabalha a questão étnico-racial, pode-se conferir os estudos de doutorado de Wanderson Chaves (2011), sob o título ‘O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford’, e a série de reportagens veiculada no portal Esquerda Online (2016; 2017), que se encontra disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/10/discutindo-a-fundacao-ford-parte-1-de-4/>. Último acesso em: 25 mar. 2022.” (**Favaretto Pereira**, 2022, p. 52-53).



Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) em Florianópolis, em 2015, reunindo mais de 80 pessoas para discutir acerca do racismo na academia, as políticas de ações afirmativas e questões afins.

Após estes eventos, procurando estabelecer espaços de diálogo entre as pessoas negras, foi conquistada junto à instituição a Sala Quilombo (espaço para auto organização negra, no Centro de Convivência da UFSC) e se realizou, em pouco tempo, duas edições da Virada Antirracista, potencializando os trabalhos do movimento estudantil negro na UFSC (**Amanda Koschnik**, 2021 apud **Favaretto Pereira**, 2022). Além do viés positivo e de afirmação negra, houve movimentações acerca da sala quando do evento da Virada, ligadas a ações de resistência e de contraponto do MN ao episódio da pichação de uma suástica em uma parede da Sala Quilombo. Porém, o racismo e a violência escrachada, inclusive física, com agressão direta de um homem branco a colegas negras, também se manifestou no decorrer da própria realização do evento<sup>20</sup>.

**Figura 01 – Sala Quilombo**



Fonte: Leo Munhoz / Agência RBS. Veiculada em [reportagem no Portal Geledés](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Outras articulações estudantis negras ocorreram na universidade, servindo como

<sup>20</sup> “No dia de protesto antirracismo na UFSC, hoje (25), o ódio contra pessoas pretas mais uma vez mostrou sua lógica perversa. Duas mulheres negras que faziam intervenções no Restaurante Universitário (RU) foram agredidas por um estudante de Engenharia Mecânica. O homem branco jogou água e cuspiu comida nas estudantes. Uma delas foi agredida com um tapa no rosto. A Virada ‘ANTIracista’ com roda de conversa, aula pública, oficinas e intervenções é um protesto contra pichações com mensagens homofóbicas e alusivas ao nazismo que ocorreram recentemente na sala Quilombo, utilizada por alunas/os negras/os.” (CATARINAS, 2016 apud **Portal Geledés**, 2016). Pode-se ler mais em: “[Sala de projeto de estudantes negros da UFSC é pichada com suástica](#)” (G1 SC, 2016) e “[Estudante branco agride mulheres negras durante Virada Antirracista na UFSC](#)” (CATARINAS, 2016 apud **Portal Geledés**, 2016).

acúmulos de luta. O Movimento Negro em Defesa das Cotas (MNDC) teve firme atuação na denúncia de fraudes nas cotas em 2017, bem como promovendo a organização das calouradas negras em 2018 e 2019, tal qual de seminários sobre permanência estudantil e ações afirmativas. Ainda, contribuiu para a reivindicação da Sala Quilombo e empenhou campanha de solidariedade frente às agressões na UDESC, aventadas anteriormente. Sua distinção e contramão ao movimento estudantil, porém, deixou desde o período em que se organizou até os tempos atuais um legado negativo, ainda que por vezes com debates importantes de serem travados. O setor dirigente do movimento propunha um separatismo e paralelismo em relação às entidades de representação estudantil, fragmentando e fragilizando as lutas negras a partir de um isolacionismo.

Como fruto dessas articulações todas, ganhava destaque o FOMOVEN, que

seria a instância reconhecida pela universidade e consultada por sua Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) para intervir em determinados assuntos, tais como as bancas de validação das cotas. O Fórum, denominado "entidade" por seus membros, foi constituído inicialmente pelo Coletivo Kurima e militantes que fundariam o Coletivo 4P, em 2012, para atuar a partir de demandas institucionais, como as alterações na resolução da Política de Ações Afirmativas. Era considerado pelos coletivos negros como o meio legítimo e formal para articulação com a instituição, encaminhando demandas; definindo representantes para atuarem em diferentes entidades, setores, comissões, comitês na universidade e comunidade; organizando, de forma legítima e democrática, o movimento; estudando, discutindo e definindo o que fosse do interesse de quem participasse daquele espaço. Tendo estado desativado por um bom tempo, contou com iniciativas de reativação em 2018 e 2019, sob atuação de novas pessoas e coletivos; contudo, sem êxito real. (Favaretto Pereira, 2022, p. 56)

Nas ações unitárias, então, o MN ganhava força. Outro exemplo marcante, como já aventado, foi na construção da Virada Antirracista, pautada na problematização de silenciamentos, episódios brutais e agressões em geral desenroladas nas disputas cotidianas da UFSC, seja pela noção racista em geral que se entranha na instituição, seja por ações mais individualizadas e de violência direta, de alusão ao nazismo e outras, como em 2016.

Assim, o pano de fundo da década de 2010, que dá o solavanco para as lutas que ali se iniciaram em alguns CNUs e seguem até a década atual, demarca essa fragmentação e dificuldade de organização coletiva mais contundente. Tais dificuldades não se descolam de um cenário nacional de acirramento de disputas, com maiores investidas das classes dominantes após dois governos do campo dito democrático-popular e a continuidade de tal projeto escolhida pelo voto popular, que asseguraram maior participação social e promoveram um conjunto relevante de políticas públicas. Ainda, tampouco, de uma realidade da própria UFSC marcada por gestões de direita à frente do Diretório Central dos Estudantes Luís Travassos de 2013 a

2017, renegando o espaço negro, os direitos populares e inclusive atacando a democracia e a participação diversa no movimento estudantil. Tal cenário, em compasso à efervescência das lutas populares frente ao projeto e à escalada golpista, foi se alterando com as gestões do DCE de 2017 em diante, ligadas ao campo da esquerda e das quais pude participar junto de outras pessoas negras, inclusive nos postos de maior responsabilidade e destaque, como a coordenação geral. Ainda assim, a emergência dos CNUs que analisamos se atrela a lutas que tiveram que ser travadas mesmo antes desses novos passos e conquistas estudantis na UFSC.

De modo geral, então, esse contexto específico de análise sobre os coletivos se demarca como uma movimentação fundamental na realidade brasileira, como trazido por **Bernardino-Costa** e Grosfoguel (2016). Evidenciando nesse fazer em pesquisa e luta nossas “múltiplas vozes, ações e sonhos que lutam contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade, e buscam a transformação social” (Mabel Moraña; Dussel; Jáuregui, 2009, p. 10 apud **Bernardino-Costa**, Grosfoguel, 2016, p. 21), essa ação nos lança a possibilidade de destacar a agência negra na produção de conhecimento e na busca de soluções para os nossos próprios problemas, como veremos nas páginas a seguir.

## 2. O PÓS-GOLPE E NOVOS SUJEITOS EM CENA: A FREJUNA E OS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS NA UFSC DE 2017 A 2022

Na esteira das lutas populares por direitos e em contraponto à escalada fascista que já ganhava corpo com a tomada golpista do governo e a alocação de Temer na presidência, é no ano de 2017 que vão despontar novas articulações do MN na UFSC e, então, até quando eu retorno, em alguma medida, para reconstituir os primeiros passos dos coletivos que até hoje perduram e avançam nas lutas na federal catarinense. Assim, este capítulo abarca a apresentação dos principais CNUs atuantes na UFSC no período, bem como da FREJUNA, considerando os acúmulos de seus debates e das intervenções protagonizadas por tais agrupamentos.

Mais do que articulações, o contexto de intensificação dos ataques aos direitos do povo também serviu para a progressiva reorganização do Movimento Negro na UFSC em resposta às agressões, sobretudo junto aos CNUs, mas ainda com melhor trânsito e construção conjunta às entidades estudantis. Dessa forma, as gestões dos Centros Acadêmicos (CAs) e do DCE Luís Travassos não só vêm organizando mais atividades direcionadas às pautas do MN desde então, como também vêm sendo construídas pelos coletivos, desde os processos de formação das chapas concorrentes até a contribuição nas campanhas, momentos de debate e, posteriormente, na construção cotidiana das gestões, com integrantes que fazem a interlocução de forma orgânica ou ainda pautando nos coletivos as questões gerais construídas nas entidades (e vice-versa). Nesse sentido, outros passos foram dados na garantia da permanência estudantil, na disputa por políticas de assistência, promoção da igualdade e combate às opressões, tal qual na formação de uma nova militância negra, inclusive dirigente dos meios políticos estudantis<sup>21</sup>.

Esse amadurecimento do MN é que tem propiciado novas conquistas e avanços nessa esfera política, mas também no meio acadêmico, a exemplo desta pesquisa. Contudo, apesar da continuidade dos coletivos até os dias atuais, é inegável que seus percursos são atravessados por refluxos e reorientações, especialmente se considerarmos o cenário de aguda precarização da vida e retirada voraz de direitos e perspectivas de futuro vivenciado do golpe em diante. Nesse sentido, essas idas e vindas dos coletivos também se expressam na possibilidade de

---

<sup>21</sup> A exemplo, com o avanço da organização de coletivos negros e da sua melhor vinculação ao todo do ME, esse espaço conjunto na construção das entidades foi sendo pautado também com maior protagonismo negro nos postos de representação pública ou de coordenação geral de Centros Acadêmicos e mesmo do DCE Luís Travassos, progressivamente. Para além de mim, que atuei/atuo como coordenador geral do DCE nas gestões desde 2017, também tivemos mais colegas que constroem outros espaços do MN, como o LeGon ou até para além da UFSC, tendo inserção relevante no ME. Embora extrapolando a análise proposta nesta dissertação, vale citar, inclusive, que neste momento de escrita vislumbro impactos ainda mais positivos e de maior peso quantitativo e qualitativo da contribuição negra nas entidades, com lideranças reconhecidas em toda a universidade, em distintos cursos.

acompanhamento ou mesmo acesso a registros de suas trajetórias, impactando nos debates aqui produzidos; porém, ainda, as considerações que se seguem, por vezes até mais do que revisões e pesquisas bibliográficas em seu molde clássico, que dão acesso a fontes de maior amplitude, são fruto do que pude acompanhar ou construir em conjunto nas lutas na UFSC, vivenciando com os coletivos seus percalços e alcances.

Vale destacar, então, que tal qual em todo o contexto global, mas sobretudo nacional, em especial o período pandêmico nos impôs necessidades de reorganização de vida e rotina, de forma que os impactos foram brutais às camadas pauperizadas – no caso brasileiro, camadas majoritariamente negras. Os CNUs foram afetados em inúmeros aspectos, considerando as demandas por cuidados não só de saúde das pessoas, posta a crise sanitária, mas também de rearranjo das perspectivas financeiras e das relações sociais, uma vez que as condições de circulação pelas cidades estavam afetadas e se passou a conviver muito mais tempo nos locais de moradia, nem sempre sendo possível encaixar isso em caráter compatível às rotinas de estudo, trabalho ou mesmo a questões de condições de preservação de saúde mental. Ou seja, diante desse cenário, as pessoas já não tinham mais as mesmas condições de continuidade de suas vidas, de forma que todas as esferas de participação, das aulas e acompanhamentos regulares do seu curso até os espaços de confraternização ou mesmo de reunião (seja entre amigadas, seja no âmbito tanto do movimento estudantil quanto do MN), estavam fora do que se habituava reproduzir no dia a dia. Horários, formatos, espaços para os coletivos seguem atuando: tudo havia mudado.

Como pincelado acima, os impactos psicossociais se mesclavam e se agravavam a partir das próprias questões objetivas colocadas para as perspectivas de sobrevivência, adequação de rotina, busca por alguma dignidade no exercício das distintas funções cotidianas e mediação ante todos os conflitos novos, os cuidados com outras pessoas, as preocupações com o mundo em nosso entorno e com o que seria o dia seguinte em meio ao caos. Nesse sentido, a realidade de estudantes da graduação na UFSC Trindade ainda ganhava particular complicação se analisada quanto ao elemento habitacional, sob o cenário de elevadíssima especulação imobiliária que rege a porção ilhéu da capital. Esse contraste da perda de empregos, da quebra de empresas, das complicações postas em empreendimentos pessoais para auto sustentação financeira etc. só se fez crescer frente às correções (necessárias ou por vezes oportunistas) dos preços dos aluguéis nos entornos da universidade, tal qual do fechamento das estruturas da UFSC que proviam o atendimento ao corpo estudantil. As poucas pessoas negras moradoras dessas zonas, prontamente, viram-se obrigadas a se deslocar para outras localidades, não só com o desespero da mudança de lar e tudo que esse processo implica (no transporte de

bens, procura de novo espaço etc.), mas também não tendo mais garantia de alimentação no Restaurante Universitário, não usufruindo dos ambientes prediais da UFSC, dentre outros problemas. Logo, a mera não desarticulação por completo de tais coletivos destaca não só sua braveza, mas também a importância desses agrupamentos inclusive para se produzirem enquanto espaço de suporte, apoio e continuidade de mobilização e existência.

O retorno presencial à UFSC se deu em abril de 2022, após muitas expectativas, mas também já num cenário de retomada ainda anterior das demais atividades sociais, restando poucas parcelas – ainda menos de pessoas negras, usualmente comprometidas em postos de trabalho, como era o caso da maioria de integrantes desses coletivos – em isolamento quase completo. Diante disso, houve nova possibilidade dos coletivos reorganizarem seus trabalhos, agora também podendo usar do espaço universitário para tal, em melhor forma, mesmo tendo mantido suas articulações por meios diversos. Ademais, a universidade já passava por processos que convocavam toda sua comunidade à luta, não só ante a precariedade infraestrutural mais evidente após o período de fechamento da instituição e de distanciamento das pessoas daquele cotidiano, mas também de rearranjos na política institucional, como veremos mais adiante no trabalho.

Vale lembrar, ainda, que embora seja uma instituição de referência na produção científica e tecnológica a nível nacional e internacional, bem como a principal instituição universitária catarinense, é a duras penas que a UFSC ainda tem sustentado seu caráter público, gratuito e de qualidade, e não sem prejuízos significativos à permanência estudantil, impactando sobremaneira na vida da juventude negra. As poucas condições de acesso, que já mal têm seguimento como uma política perene e mais ampla de permanência e ação afirmativa de fato, são fundamentais a uma mínima condição de ingresso na UFSC para pessoas negras. Porém, sob o cenário de ofensiva fascizante e a sanha privatista e reacionária, os seguidos ataques à universidade, como por meio de cortes e contingenciamentos orçamentários, combinam-se a recorrentes expressões de ódio que se alastraram pela federal catarinense, demarcando-a como ambiente hostil e repelente à nossa gente. Assim, evidenciar as iniciativas de luta e os embates travados diante desse panorama ganha relevância para a afirmação de uma produção em disputa do que é de fato o posto de “universidade de ponta” que sustenta essa instituição.

Feitas essas considerações gerais, que introduzem elementos dos impactos mais diretos à vivência dos coletivos, sobretudo em seus termos organizativos, desdobra abaixo alguns elementos basilares de apresentação de cada CNU da sua fundação a pontos que se avistam ainda nos dias de hoje, resguardando parte de suas produções políticas para discussão mais à frente, em capítulo destinado aos episódios e às movimentações mais relevantes.

## 2.1. COLETIVO NEGRO DE SERVIÇO SOCIAL MAGALI DA SILVA ALMEIDA (MAGALI)

Organizado a partir dos avanços do curso de Serviço Social da UFSC na realização de uma semana acadêmica voltada à questão étnico-racial, debatendo interseccionalidade de gênero-raça-classe, criminalização da pobreza, territórios, “guerra às drogas” etc., o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida surgiu em 09 de setembro de 2017.

**Figura 02** – Logo do Magali



Fonte: [perfil do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida no Facebook](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Fruto desse impulso de discussão, mas ainda de disputas históricas travadas na categoria por militantes ancestrais (como a professora doutora celebrada no nome do coletivo), o Magali veio ainda como denúncia ao silenciamento negro no curso, do dia a dia em sala aos planos de ensino às problemáticas gerais da universidade sobre permanência, pesquisa, estágio etc. Servindo como espaço de acolhimento, fortalecimento e construção de práticas antirracistas dentro e fora da sua universidade de origem, este coletivo nasceu calcado no objetivo basilar de “nos organizarmos politicamente enquanto estudantes negres dentro de uma instituição racista, além de construir ações na defesa desses estudantes, bem como para a incorporação do debate étnico racial ao plano de ensino do curso de Serviço social da UFSC”<sup>22</sup> (Ana C. de A. Teixeira; Gabriela C. Costa; Gisllayne de Jesus; Mirê S. Chagas, 2020, p. 2). Ou seja, como espaço

<sup>22</sup> Pode-se ler mais acerca dessa criação em “[Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida: a historicidade do coletivo e uma reflexão acerca dos desafios ligados às questões étnico-raciais na formação em Serviço Social](#)”, artigo de militantes do coletivo que pauta “os motivos e a conjuntura que impulsionou um grupo de estudantes negres do curso de serviço social a se organizar enquanto coletivo na busca de posicionamento, frente de luta e resistência para algumas questões práticas para o processo de formação profissional na graduação” (Ana C. de A. Teixeira; Gabriela C. Costa; Gisllayne de Jesus; Mirê S. Chagas, 2020, p. 3).

de fortalecimento político e acadêmico de tais estudantes, um “espaço de cuidado e bem-estar dos acadêmicos negros e negras” (Coletivo..., 2019).

Com um currículo do segundo semestre de 2013, nos primeiros meses de existência do Magali ainda se tinha apenas uma disciplina optativa voltada à discussão étnico-racial no curso, dentre as mais de 60 disciplinas obrigatórias ou optativas. Segundo integrantes do coletivo,

o discurso que comumente sustenta esse apagamento é o de que há a necessidade de que o tema seja discutido de maneira transversal em todas as disciplinas, cabendo aos/às professores/as introduzirem essa problematização durante a aula. No entanto, esse ideal se demonstra inoperável na medida em que o corpo docente é composto exclusivamente por professores e professoras brancas, cujos tema de pesquisa se aprofunda em questões outras que pouco abarcam o racismo enquanto problemática. Longe de tornar esse um problema individual do corpo docente de uma universidade, colocamos a questão situada em um racismo sintomático dentro de toda e qualquer instituição de educação brasileira, pois seu fundamento é a racionalidade branca desde sua fundação e finalidade. (Jaina da C. Goes; Silva; Caricate; Vanessa Z. Domingos, 2018, p. 10-11)

Dessa maneira, a promoção de eventos como a semana acadêmica que antecedeu sua criação, mas também o seminário “O Serviço Social no debate da questão étnico racial”, iniciado pelo coletivo no dia 15 de maio de 2018, mesma data de comemoração da profissão de assistente social, colocava em cheque o conformismo predominante e lança novas perspectivas ao debate do projeto ético-político do curso. Este último evento, que em dois dias reuniu mais de 240 pessoas na UFSC, é um marco para o coletivo ao comprovar como, nos seus distintos passos, veio desde seu começo ressignificando espaços e cavando o debate étnico-racial na formação acadêmica na UFSC, mesmo à margem do currículo oficial.

Desde sua fundação, o coletivo teve papel fundamental na denúncia das fraudes de cotas, em que cerrou fileiras junto ao LeGon, o coletivo negro do curso de Direito, para cobrar respostas da instituição. Em princípio, estes coletivos tinham sua atuação mais voltada para debates na universidade, e ao longo do ano de 2018 tiveram protagonismo com o debate de cotas também por meio de importantes intervenções visuais dentro do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) ou, após ampla discussão e pressão frente à instituição, na garantia das ações afirmativas com recorte racial para a pós-graduação do curso de Serviço Social. A militância do Magali ainda atuou junto ao LeGon em algumas ocasiões nos entornos de 2019, sobretudo na organização de seminários, palestras, leituras em grupo e debates de temas como racismo institucional, cotas raciais e atividades acadêmicas e de integração no mês de novembro.

Protagonista de grandes lutas desde 2017, o Magali certamente é o principal exemplo dos CNUs da UFSC nos últimos anos, consolidando-se até hoje como o mais estruturado, com mais registros disponíveis, produções acadêmicas e corpo de militância que por ali passou ou



ainda o integra – o que não exclui percalços comuns aos coletivos, como discutido anteriormente. Sua atuação bastante calcada no dia a dia do curso, mas sem ignorar as pautas gerais da universidade – e, pelo contrário, sempre se envolver nestas –, garantiu o entrelaçamento das lutas e o fortalecimento das capacidades elaborativas e de intervenção prática. Assim, sempre se fez exemplo para o suporte e incentivo a outros coletivos, organizando intervenções tanto no mês de novembro quanto noutros, sob atividades culturais e formativas ou também protestos.

Diferentemente das características até então observadas e já comentadas sobre o caráter dos coletivos do Movimento Negro, também, o coletivo sempre promoveu maiores diálogos e melhores relações com as entidades estudantis e profissionais. O Magali, há tempos, tanto organiza ações junto ao Centro Acadêmico do curso, a exemplo de atividades sobre a entrada das pessoas negras nos campos de estágio, ainda no começo do coletivo, quanto efetiva a cobrança e a disputa com a entidade quando de sua omissão em certas construções ou de problemas na postura empregada no cotidiano. De lá para cá, nessa inserção e diálogo em distintas esferas, veio expandindo suas áreas de atuação, sendo composto por pessoas já graduadas e atuantes na Assistência Social também, liderando importantes lutas antirracistas na UFSC e se integrando, ainda, a mobilizações do todo da cidade e para além dela. Porém, embora tenha alcançado importantes vitórias para o corpo estudantil, por vezes ainda encontra barreiras na lida em seu curso e com o movimento estudantil em geral: a participação negra no Centro Acadêmico, por exemplo, já tendo sido bastante expressiva, oscila diante da recorrência de casos de racismo; há dificuldades de enfrentamento ao racismo no curso, do ME aos âmbitos administrativos, e prevalece então o desânimo e o desgaste às pessoas afetadas. Ademais, de 2019 para 2020, o coletivo também passou a integrar organicamente a FREJUNA, para além da construção de atividades conjuntas tal qual fizera anteriormente.

O coletivo tem, por todo seu porte, um arcabouço mais vasto de trabalhos produzidos sobre si, a partir de sua militância ativa ou mesmo já afastada. Dentre os distintos artigos, o debate sobre a relevância de sua existência ganha peso, e se destacam ainda os trabalhos empenhados mesmo sob o contexto pandêmico<sup>23</sup>. Tomando papel central, as redes sociais do coletivo foram alçadas como importante canal de compartilhamento de produções e reflexões, interação entre comunidades universitárias, fortalecimento de vínculos e articulações com outros setores de luta, tudo isso para avançar na problematização da realidade de diminuta representação negra no exercício profissional da assistência social em SC, ou mesmo da

---

<sup>23</sup> Como exemplo, temos “[É NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA: A atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da Covid 19](#)” (Joyce Santos; Vanessa Z. Domingos, 2020).

docência no curso de Serviço Social, tendo na UFSC apenas uma docente negra em 2020. Com essas pontes, o coletivo foi qualificando suas noções de construção inclusive entre sua militância. Nisso, pôde ver como

a compreensão do estar junto, ainda que fisicamente separados, é um dos dilemas de atuar em coletivo durante a pandemia. Mas ainda assim, tentamos avançar em nossos debates e projetos. Uma das percepções do Coletivo, é que além das lutas realizadas dentro da universidade, temos também que fortalecer as lutas da cidade, das comunidades, onde está majoritariamente o povo negro. Para isso, é fundamental a articulação com outros coletivos e militantes negros. Com esse acúmulo, militantes do nosso Coletivo integram outras organizações, entidades e espaços de luta que também pautam a centralidade da questão étnico racial. As aproximações, além de muito formativas, nos fortalecem enquanto rede, e nos ajudam a compreender as diversas frentes de luta e seus respectivos potenciais organizativos em que os nossos militantes estão inseridos. (Joyce Santos; Vanessa Z. Domingos, 2020, p. 137)

Essas redes, então virtuais, não se limitaram à região de Florianópolis, podendo alcançar novos contatos dentro e fora da UFSC, em seus distintos campi. A exemplo, houve articulações junto ao movimento antirracista de Araranguá, com o grupo de estudos QUARITERÊ, articulando o NEN, o Orí, o Magali e os agrupamentos do sul catarinense “Coletivo Ilera” e “Coletivo Muneara”, com ligações à UFSC Araranguá; também, como a produção de um calendário de atividades acerca da comemoração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, junto do Muneara. Os temas pincelados para essas articulações ainda se expandiram em vários outros nas transmissões ao vivo via Instagram, visando a fortalecer e fomentar o debate étnico-racial ainda mais em meio ao cenário pandêmico, tratando de saúde da população negra nesse contexto, racialização de pessoas brancas e seu papel na luta, imigração, interseccionalidade e gênero, trabalho doméstico e outras pautas afins aos estudos do Magali, segundo suas militantes (Joyce Santos; Vanessa Z. Domingos, 2020).

A inserção nas redes e o largo alcance, porém, não veio sem criticidade acerca do que mais permeava essas adaptações: afinal, tratava-se de um contexto de entrada do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na UFSC, de forma que o coletivo precisou debater e se posicionar, dentro e fora de grupos de trabalho institucionais e dos espaços deliberativos do ME ou da universidade, para apresentar os impactos negativos que via sobre essa adaptação para a formação de assistentes sociais e os riscos de qualquer ideia de aplicação contínua do projeto político distinto que era trazido junto da defesa de tal mecanismo de ERE, que em sua avaliação era esvaziado das bases reais de ensino, sendo uma precarização anunciada da educação. Logo, com o coletivo atuando em distintas esferas para qualificar sua formação e contribuir para a disputa do sentido da universidade e da luta antirracista junto à comunidade do curso e além deste.

## 2.2. COLETIVO NEGRO DO CURSO DE DIREITO DA UFSC LÉLIA GONZALEZ (LEGON)

Consolidado em 2018, o LeGon, como é referenciado no dia a dia o Coletivo Negro do Curso de Direito da UFSC Lélia Gonzalez, surgiu com vistas a propor o enfrentamento coletivo à segregação escrachada e à lacuna de debates étnico-raciais no contexto do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFSC. Pautando a luta contra as fraudes nas cotas, que impulsionaram a articulação estudantil negra, então dispersa, em formato de CNU, vêm ainda do começo do coletivo os debates sobre os casos de racismo em sala de aula, sobre a ausência de cotas na pós-graduação, de reserva de vagas em concursos públicos, de bibliografias de autoria negra nas disciplinas e de presença negra na docência no CCJ, dentre mais problemas.

**Figura 03** – Logo do LeGon



Fonte: [perfil do Coletivo Negro do Curso de Direito da UFSC Lélia Gonzalez no Instagram](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Sempre priorizando o diálogo com a comunidade do centro, o coletivo historicamente fomenta ações mais ligadas a grupos de estudos, palestras, formações e acolhimento, por vezes tendo construído junto as ações políticas mais contundentes no todo da UFSC, também. Porém, como se alcança em diversos relatos em trocas informais com a militância do LeGon, não só as dificuldades organizativas, mas a acusação quase como inquisidores por terem denunciado as fraudes, bem como a evidente discriminação e descaso da comunidade do centro para com o coletivo, por fim, fizeram prevalecer também uma organicidade muito mais esparsa, com poucas ações.

O coletivo ficou parado por um longo período antes da pandemia, podendo se reorganizar um pouco nesse contexto. Ainda assim, manteve seus princípios de horizontalidade

e contribuição coletiva, de tomada de decisão conjunta, que perduram até hoje, em compasso às atividades mais pontuais mas de larga contribuição para o suprimento formativo que não é alcançado no cotidiano do curso, tanto nas aulas públicas com grandes referências acadêmicas no debate étnico-racial quanto na mobilização política, a exemplo das assembleias estudantis negras, das quais tratarei mais adiante. Outras contribuições relevantes do coletivo se deram em distintos posicionamentos públicos, a exemplo das notas de repúdio, pautando o cenário generalizado de violências sofridas pelo povo negro brasileiro e a necessidade de combate sistemático à perpetuação da minoração negra, das políticas de extermínio e agressão indiscriminada que atinge não só as comunidades negras periféricas, mas ainda os sujeitos mesmo em espaços de prestígio social, a exemplo das universidades públicas. Duas dessas manifestações mais diretas se deram em solidariedade a ataques sofridos pelo coletivo Magali e quando do episódio da chacina de Jacarezinho, marcada pela brutalidade policial, em mais uma prova aberta do caráter racista do Estado brasileiro e da lógica supremacista e genocida das forças militares.

### 2.3. COLETIVO ORÍ DE PSICOLOGIA ANTI-RACISTA (ORÍ)

Organizado como contraponto à esmagadora predominância branca em um curso de já difícil acesso e de também muito complicada permanência, dadas razões como as aulas em muitos turnos do dia (entre outras), o Coletivo Orí de Psicologia Anti-Racista, o Orí, também veio sendo um dos principais expoentes da luta negra na UFSC desde sua criação, em 2019.

**Figura 04** – Logo do Orí



Fonte: [perfil do Coletivo Orí de Psicologia Anti-Racista no Instagram](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Bastante centrado nas dinâmicas de um curso deficitário não só nas matrizes curriculares, mas

na composição do corpo docente e da atenção do movimento estudantil às pautas raciais negras, o Orí é historicamente voltado a um processo de acolhimento, integração e fortalecimento que serve também de referência para inúmeras pessoas negras na instituição.

Pautado pela busca pelo pertencimento na universidade, negado ante as avassaladoras violências passadas pelos sujeitos negros na UFSC, o coletivo tem por praxe a realização do evento “Vinho Filosófico”, em que conjuga à ocupação do espaço universitário com arte e cultura a promoção da expressão, do acolhimento e da resistência política negra. Do samba ao slam nos eventos do coletivo, os versos nas mais distintas formas trabalham a afirmação de uma identidade rechaçada pela ordinariedade universitária. Ainda outras ações ligadas ao coletivo caminham em mesmo sentido, a fim de promover alguma condição digna e qualidade de estudo no percurso acadêmico negro, a exemplo do projeto Escuta Preta. Segundo a divulgação do próprio Orí sobre tal projeto,

considerando o racismo institucional como um fator determinante das desigualdades e violação de direitos vividas pelos negros/as brasileiros/as, produzindo nesses sujeitos humilhação social e sofrimento psíquico, além de justificativas naturalizantes das injustiças sociais, o Escuta Preta tem como objetivo promover um grupo de escuta e acolhimento para estudantes negres da UFSC em relação aos efeitos psicossociais do racismo. Coordenado por uma psicóloga e duas estagiárias de psicologia, o grupo terá 8 encontros semanais, com até 15 participantes. (Coletivo..., 2022)

Embora essas sejam as marcas centrais do coletivo, sua trajetória também se dá na luta política mais aberta e em conjunto a outras iniciativas negras. Mesclando ações junto ao NEN, ao MNU, à FREJUNA e outros agrupamentos negros, a partir de integrantes do coletivo que constroem mais de um desses espaços, o Orí foi promotor de uma série de atividades acadêmicas formativas, com contribuições em semanas estudantis/acadêmicas ou nos cronogramas ligados ao Novembro Negro em seu centro de ensino (CFH), e também participe ativo na formulação das políticas institucionais antirracistas, contribuindo nos debates e também nos protestos organizados junto aos demais CNUs e à FREJUNA.

Uma reportagem recente, quando da colação de grau de boa parte do coletivo, já em 2024, destaca como, superando a “barreira silenciosa” imperante no curso, “sua presença fez o currículo do curso de psicologia evoluir e se diversificar” (Beatriz Rohde, 2024)<sup>24</sup>. Com essa organização e disputa política, avanços foram alcançados também no curso de Psicologia, a exemplo do aprimoramento dos debates e de referências bibliográficas que englobam as

<sup>24</sup> Pode-se conferir mais informações e comentários sobre o evento, que ficou marcado com a formatura do curso de graduação em Psicologia da UFSC que contou com o maior número de pessoas negras colando grau, em <https://ndmais.com.br/educacao/barreira-silenciosa-turma-com-10-formandos-negros-na-ufsc-sente-falta-de-representatividade/>. Último acesso em: 11 set. 2024.

vivências negras e a racialização de pessoas brancas, embora ainda haja muito a conquistar.

#### 2.4. FRENTE DA JUVENTUDE NEGRA ANTICAPITALISTA (FREJUNA)

Em um processo de aproximadamente quatro meses de debates pautados na busca pela conformação de uma nova safra revolucionária da militância negra, em 11 de setembro de 2019, a FREJUNA foi assim criada a partir de distintos agrupamentos político-partidários, entidades negras ou mesmo militantes independentes<sup>25</sup>.

**Figura 05** – Logo da FREJUNA



Fonte: [perfil da Frente da Juventude Negra Anticapitalista no Instagram](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

A Frente se ergueu orientada pela superação do capitalismo e de toda forma de opressão e exploração, entendendo a luta do povo negro como entrelaçada às lutas populares em geral, na defesa dos direitos já conquistados e na luta por ainda mais. Reivindicando o honroso legado de disputa pela força, a autoestima e o espaço político e cultural ao povo negro em meio à sociedade, fruto de muita militância nas mais distintas esferas de articulação negra, a Frente partia já, desde seus debates constitutivos, da leitura negativa ante o cenário de negligência do Estado frente ao povo negro e de dificuldade de reorganização das lutas devido aos erros

<sup>25</sup> Acerca da composição da FREJUNA ao longo do tempo, vale pontuar que, como núcleo duro, de contribuição contínua e ativa na Frente, sempre se pôde contar com a militância da Juventude Comunista Avançando (JCA) e do Coletivo Alicerce, duas das organizações políticas que a fundaram. Porém, à época de sua fundação, além destas, atuavam ali o NEN, o Coletivo Negro Minervino de Oliveira (CNMO), a EducAfro, o MNU, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e 1 militante independente. Já na virada para 2020, nas fases iniciais da pandemia, houve a saída da militante da EducAfro e o distanciamento do MNU, mas o ingresso de militantes do coletivo Magali. Os meses seguintes foram levando a alguns distanciamentos e, na primeira parte de 2021, o contingente atuante ficou menor, mas em seguida, passando por uma reorganização, a Frente incorporou mais militantes independentes, tal qual houve a entrada de 1 militante da Subverta e alguns retornos, como de 1 militante do MNU, mas que não atuou. Já em 2022, a composição-base se manteve, com ingresso de uma militante do LeGon, também, e mais militantes independentes ou das organizações já atuantes na Frente.

advindos de experiências pretéritas do Movimento Negro que se centraram muito nas vias institucionais, também culminando na fragmentação do movimento. Nessa movimentação para reorganização das ferramentas de luta popular, a FREJUNA nascia então sob o intuito de

apresentar uma alternativa à demanda de uma experiência local de MN comprometido com a luta política nas ruas, junto ao povo, exercendo um trabalho de base que testasse suas orientações no cotidiano, junto a quem constrói os diferentes espaços, e visando a alcançar os objetivos de renovação e reorganização da luta revolucionária. A juventude brasileira, e especificamente a florianopolitana, vivia uma sequência de mobilizações políticas intensas, [...] que inclusive dava continuidade às movimentações em defesa das ações afirmativas, que foram formando coletivos negros, exigindo espaços de politização e debate sobre os direitos. Era, como segue até hoje, um cenário de muita dificuldade, descaso dos governos, falsas promessas de ascenso por meio da educação, e uma realidade de desemprego, apassivamento das lutas e precarização geral da vida (KOSCHNIK, 2021). “Ou a gente coletivizada e lidava com as questões de sermos estudantes negros na universidade, na sociedade, ou a gente ia continuar tomando paulada sem uma organização coletiva nossa” (ibidem). (Favaretto Pereira, 2022, p. 69)

Intentando sempre pautar uma perspectiva de mudanças concretas a partir de sua prática, que para tanto também se fazia calcada em debates profundos e sob o compromisso de elaborar política para consolidar tarefas a partir da coletividade, as pessoas agrupadas na FREJUNA, das ideias iniciais à existência da Frente com trabalho nas ruas, entendiam o dever de estimular e impulsionar a organização da juventude negra e periférica para assumir as tarefas históricas resguardadas às novas gerações do povo negro. O caminho para isso seria justamente o de fortalecimento orgânico com fins de disputar de forma coesa e promissora a consciência do Movimento Negro e das camadas populares, orientando-a à perspectiva revolucionária. Porém, como tratado anteriormente, esse fortalecimento não provinha de um cenário abstrato, mas de um legado de luta do MN que se atualiza em suas linguagens, referências, perspectivas organizativas e elaborações gerais para suprir as novas necessidades da construção em unidade entre a juventude negra e outros setores, como ferramenta política de destaque no movimento popular local. Com isso, a Frente foi alcançando uma nova dinâmica que se fez exemplo também de construção orgânica, a partir do afeto, da parceria e da radicalidade revolucionária como bases para a unidade política da elaboração à execução, como combustível para uma propositividade combativa. E, mais ainda, propiciando o reencontro entre a juventude e a velha guarda do MN que ainda luta e anseia por outra realidade social.

Outra característica fundamental da FREJUNA é como a Frente se conforma enquanto

lugar estratégico de organização negra, [...] esse espaço onde a gente vai ter um diálogo entre nós negros, e alinhar nossa estratégia, sobre o que que a gente pensa pra luta antirracista, pra onde ela caminha. A partir dessas mentes, desses corpos, dessas vivências, que a luta antirracista vai ser direcionada no município. A FREJUNA dá a política do que vai acontecer na luta antirracista

aqui em Florianópolis, por exemplo. Acho que aí tá uma importância muito grande, da gente ter esse espaço onde tão pessoas negras, corpos negros, suas experiências, e vão dialogar, e aí voltariam pras suas organizações fortalecidos, né; sabendo que ‘olha, essa aqui é a política que a gente comunicou enquanto FREJUNA’; e obviamente que a pessoa não esquece de onde ela vem, então ela também tá levando a política do coletivo dela pra frente, e a gente constrói o consenso, e aí tem um retorno, e a ideia também de que esse militante negro, essa militante negra, vai tá fortalecido nesses lugares e dizer ‘ó, eu vou bancar essa pauta aqui, que talvez esse lugar que eu to ocupando, esse partido, esse coletivo, essa organização, ainda não tenha internalizado. Mas eu, enquanto uma pessoa negra dentro desse coletivo, dessa frente negra, percebi que é uma estratégia de luta importante pra gente dentro do município, e vou bancar porque a FREJUNA tá bancando’. Então assim, ela tem esses dois lados, assim: ao mesmo tempo que ela é disputada, ela também disputa (Azânia M. R. Nogueira, 2021 apud Favaretto Pereira, 2022, p. 101)

No desdobrar de 2019, então, a Frente foi se consolidando sob bases que seriam aprimoradas nessas características acima descritas por toda sua trajetória. O trabalho central indicado para aquele ano era a construção da 1ª Marcha da Consciência Negra em Florianópolis, um exitoso evento que deu a tônica de reorganização e celebração em alusão ao 20 de novembro, dia da consciência negra, numa cidade que pouco reconhece a trajetória negra e pouco promove qualquer iniciativa de reversão disso pelo poder público ou vias institucionais. Antes disso, porém, diversas outras discussões foram realizadas, a exemplo das intervenções no ME da UFSC. Desde sua primeira reunião, em maio, a (ainda não) Frente se atentava aos espaços conhecidos como “Assembleia Estudantil Negra”<sup>26</sup> e aos debates do ME geral sobre o desmonte da educação anunciado pelo respectivo ministro bolsonarista Abraham Weintraub. As semanas se seguiram com a militância discutindo o cenário de mobilizações gerais e de construção de uma greve na educação, a disputa dos espaços estudantis na UFSC, as atividades de integração, o apoio a Centros Acadêmicos da universidade e a construção das atividades ligadas ao “Tsunami da Educação”, movimento de grandes protestos de rua contra os cortes e contingenciamentos sob o governo Bolsonaro, impulsionado em distintos momentos de maio a agosto daquele ano. Esse período antes do anúncio aberto da criação da FREJUNA também abarcou algumas movimentações junto ao FOMOVEN para construção de uma calourada negra na instituição, apresentando a iniciativa em formação.

As construções em 2019 ainda alcançaram os debates da greve estudantil na UFSC, que virão mais adiante nesta dissertação, e outras articulações de espaços formativos junto a entidades (como no caso da Semana Antirracista do Centro Acadêmico de Design e Design de Produto da UFSC – CADe UFSC) ou unidades administrativas, grupos de estudos/pesquisas e

---

<sup>26</sup> É importante destacar que tal fórum não constitui espaço deliberativo formal do movimento estudantil da UFSC, sendo uma instância paralela organizada pelo MN para acumular discussões e propostas.



o coletivo Magali, na Semana da Consciência Negra da UFSC. A Frente também avançou em debates acerca da realidade da Casa do Estudante Universitário (CEU), conhecida por “moradia estudantil”, e os processos de violência, ocupação, truculência institucional/estatal e falta de condições de permanência e de dignidade no espaço destinado ao Programa de Apoio Emergencial de Permanência (PAEP). Por fim, em movimentações no centro da cidade, junto a estudantes secundaristas que teriam que passar por uma realocação de escola pela ameaça de fechamento pelo governo estadual da instituição em que estudavam, a FREJUNA pôde se fazer presente, contribuir com seus acúmulos e fazer a ponte (e a cobrança) junto ao movimento universitário de suporte às lutas populares noutros espaços. Dessa maneira, já se via ali a contribuição da Frente no sentido de apresentar uma alternativa negra organizada no ME, pautando uma luta que extrapole a universidade e a estigmatização como coletivo meramente acadêmico.

Já em 2020, as dificuldades foram se agudizando mesmo antes da pandemia, dada a incompatibilidade de horários em meio às rotinas de trabalho. Porém, as discussões seguiram, confiando na parceria e na capacidade coletiva de propor mediações ou até não realizar debates de possíveis divergências maiores na ausência de parte da Frente, quando preciso. Com o estourar da crise sanitária, as atenções à UFSC foram pautadas no contexto do monitoramento e da cobrança sobre medidas de amparo às pessoas negras e pobres por parte da instituição, em se tratando de moradia e do cenário de ausência dos serviços regulares de limpeza na CEU; do Restaurante Universitário fechado e da insuficiência do auxílio emergencial oferecido pela UFSC, assim como outros elementos. Como registrado em documentos da FREJUNA,

vemos com o passar dos dias o quanto o Estado está cumprindo efetivamente o seu papel de controlador social, utilizando um conjunto de recursos imperdoáveis para nos exterminar sistematicamente, nos fragilizar e prevenir qualquer tipo de explosão social, advinda principalmente das zonas periféricas, lugar onde justamente mais encontramos a camada populacional vítima de extermínio sistemático: o pobre, negro e periférico. Paralelamente a isso, estamos vivendo um momento onde as contradições que cercam a nossa população ficarão ainda mais em evidência. O COVID-19 está pondo a olho nu as condições em que cada vez mais grande parcela da população brasileira está. Nós, enquanto uma Frente da Juventude Negra organizada e anticapitalista, temos deveres e papéis para serem realizados. Compreendendo o momento em que estamos, de imensa fragilidade da saúde mental, com condições materiais cada vez mais instáveis, precisamos estar atentos e cuidando cada vez mais uns dos outros, de uma forma que nos impulse cada vez mais em sermos a locomotiva da mudança que queremos, e de que nossa classe precisa. (FREJUNA, 2020d apud Favaretto Pereira, 2022, p. 109)

Esses cuidados perduraram no tocante aos atropelos na implementação do Ensino Remoto Emergencial tanto na UFSC quanto na UDESC, demandando a denúncia e a pressão pela Frente

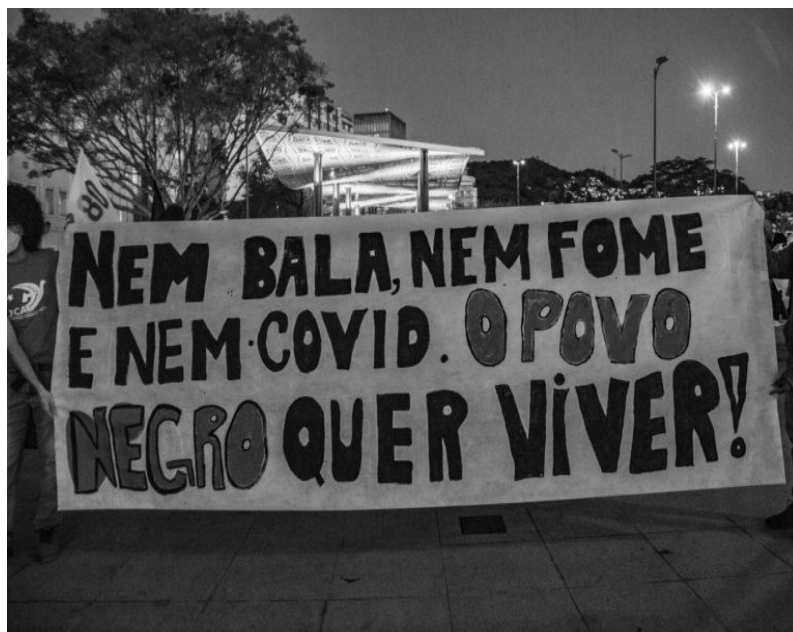
junto do ME das instituições.

O ano também foi atravessado por ações de fortalecimento da FREJUNA a partir da sua projeção, uma vez que o ato “Vidas Negras Importam!”, organizado pela Frente, agitou também as bases estudantis e reuniu mais de 1000 pessoas no centro da capital para demarcar não só a retomada dos atos populares de rua, mas a intensificação da luta contra o governo genocida de Bolsonaro e Mourão. Ecoando gritos de todo os cantos do mundo em defesa da vida da juventude e do povo negro, a manifestação foi um marco da revolta da juventude negra contra o genocídio e de organização da FREJUNA como exemplo à construção de atos de rua, deixando contribuições que são seguidas até hoje pelo movimento popular local.

Assim, o processo de consolidação da Frente no seu primeiro ano foi carimbado por diferentes espaços de intervenção, mobilizações, manifestações etc. que aproximaram militantes de sua construção, firmaram-na como alternativa para canalizar e dirigir a revolta popular, bem como pela manutenção de algum ritmo orgânico, coesão entre sua militância e amadurecimento geral interno e com impactos em todo o MN local. Enfim, o movimento avançava para a superação do isolacionismo de outrora, com dispersas lutas nas universidades ou em alguns territórios, para a confluência e unificação sob a identificação de diversos grupos, o diálogo e a referência radicalizada mesmo para setores não revolucionários, em novos passos de consequência da luta antirracista na região.

Seguindo para 2021, porém, a desarticulação ganhou peso, com ações esparsas e articuladas remotamente, como sobre a calourada negra da UFSC ou atividades junto ao DCE UFSC, em memória à Marielle Franco. A instabilidade, porém, não fez apagar por completo a luta da Frente, que com o passar do tempo e algum fôlego maior em atos de rua, como no 13 de maio e no 26 de junho, pôde protagonizar a mobilização negra ou até mesmo de todas as camadas presentes. “Nem bala, nem fome, nem COVID. O povo negro quer viver!” e “É o sistema que tem que mudar! Vida e dignidade para o povo negro” foram os lemas de cada ato, respectivamente, que muito exprimem a política proposta ao/pelo MN florianopolitano. O movimento tomou a dianteira de inúmeras mobilizações pela vida de nossa gente, fazendo frente ao projeto nefasto perpetrado pelas elites, representadas por Bolsonaro. Nesse sentido, tais atos, envolvendo o conjunto do movimento popular, sempre contavam também com alguma contribuição, da proposição inicial à própria intervenção durante a manifestação, tanto nas ruas da cidade quanto nos episódios localizados em alguns outros espaços.

**Figura 06** – Ato de 13/05/2021



Fonte: Repórter Popular. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/florianopolis-realiza-ato-antirracista-no-13-de-maio-veja-fotos/>. Último acesso em: 11 set. 2024.

**Figura 07** – Ato de 26/06/2021



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Pois, 2021, em geral, foi um ano marcado pelas manifestações contra Bolsonaro e em defesa dos direitos do povo, com relevantes chamados da FREJUNA. Todavia, a diferença da dinâmica remota para a presencial era gritante, sabendo e vivenciando também muito desgaste nas condições de militância das pessoas. Afinal,

é uma galera que faz os seus próprios corres, composta majoritariamente de juventude, que trabalha, que estuda, que trabalha e estuda; uma galera que milita em outros espaços, que se dedica; uma galera que tá sendo disputada o tempo inteiro; o tempo inteiro tá sendo disputada pela droga que é o seu trabalho, pela precarização que é sua vida, pra questões individuais, ‘tá tudo uma merda, tenho que lidar com isso dessa forma aqui’... de se afastar da coletividade, de achar que a militância é demais, de achar que ‘ai, não, preciso cuidar de mim etc.’ e claro, precisa cuidar, mas tudo isso também são disputas que fazem. A todo tempo, tentam desmontar o que é a experiência da FREJUNA; e a gente pode não sentir isso ativamente, mas o que acontece no nosso país em relação à crise... pô, nós temos a cesta básica mais cara do país, cara... como que nossos militantes não vão tá sentindo isso? Como que a galera que tem que fazer seus corres, muita gente que não é daqui, inclusive, não vai sentir isso? (Amanda Koschnik, 2021 apud Favaretto Pereira, 2022, p. 142)

Os respiros de manutenção da Frente, contudo, davam-se pelo feliz entendimento de que tal iniciativa se propõe e se faz mais forte à medida em que reúne a juventude negra, conscientiza-se de suas tarefas e organiza suas lutas a partir do diagnóstico das debilidades, da vontade coletiva de avançar e revigorar, aprimorar as construções. Para tanto, destacando a paciência, o suporte, a convicção na luta, seguindo firme mesmo em meio às adversidades impostas a cada pessoa (Favaretto Pereira, 2022).

Essas marcas dão cara ao que sempre se pautou na construção da FREJUNA. Construindo uma sólida unidade mesmo em meio a divergências, trabalhadas a partir das críticas e das autocríticas em compasso ao acolhimento e ao debate político sério entre sua militância, a Frente pôde desde seu começo operar na busca pelo consenso, não tendo que recorrer repetidamente a votações; assim, inclusive, aprimorava seus acúmulos a ponto de alargar as próprias experiências locais de frentes políticas, noutras esferas do movimento popular. Como parte do Movimento Negro, com um novo olhar, incentivando sempre uma nova sociabilidade e construção política sob marcos mais próximos, de parceria, combatividade, apoio, comunhão – firmando laços que situavam as pessoas que ali atuavam como “camaradas na diferença da militância!” (FREJUNA, 2019b – 08/06/2019 apud Favaretto Pereira, 2022, p. 73).

## 2.5. COLETIVO NEGRO DA PEDAGOGIA MARIA FIRMINA DOS REIS (MARIA FIRMINA)

Após anos de dificuldade de reunião e consolidação de um coletivo negro no curso de Pedagogia da UFSC, a partir das mobilizações antirracistas organizadas no curso ao final de 2022, o Coletivo Negro da Pedagogia Maria Firmina dos Reis, o Maria Firmina, veio a surgir em 20 de outubro de 2022.

**Figura 08** – Logo do Maria Firmina



Fonte: [perfil do Coletivo Negro da Pedagogia Maria Firmina dos Reis no Instagram](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Frente a semanas de desdobramento da luta contra uma série de ataques opressivos no curso de Pedagogia e no Centro de Ciências da Educação (CED), o pontapé de organização do Maria Firmina foi inspirado justamente na efervescência das respostas dadas coletivamente aos casos de racismo, com ações contundentes de todo o MN e movimento estudantil, propiciando maior vontade, pressa e condições para tal articulação, já aventada mas nunca antes concretizada. Assim, inicialmente juntando cinco pessoas em reunião, dentre as quais estava este pesquisador, o coletivo já nasceu com muita sede de ação e na ânsia de endereçar as lutas necessárias àquele momento.

Com o compromisso de travar a luta antirracista e anticapitalista, o Maria Firmina pauta a superação dessa ordem de dominação e exploração como horizonte maior das lutas populares, buscando propiciar já em seu círculo uma nova sociabilidade de acolhimento, parceria, suporte, radicalidade e combatividade. Preservando sua autonomia política, financeira, organizativa etc. e a independência ante outras instituições de qualquer tipo, o coletivo abarca pessoas organizadas político-partidariamente ou independentes, sendo construído de forma horizontal e centrada na organização estudantil negra no âmbito da graduação em Pedagogia da UFSC, um curso de expressiva e majoritária presença de mulheres, mas ainda também de expressiva e majoritária presença branca.

Dentre as propostas de orientação e atuação do coletivo, destacam-se o acolhimento das demandas (acadêmicas, administrativas, políticas, formativas, integrativas etc.) do MN do curso e articulação destas junto às instâncias competentes; o reconhecimento coletivo e o fortalecimento de laços e alianças, como espaço de cuidado e bem-estar que construa uma

identidade racial positiva e que nos afirme como sujeitos de direitos; a discussão da especificidade formativa e profissional na área da Pedagogia e da consciência racial no curso; e a construção de impulso à representação negra nos distintos espaços institucionais. Além disso, a disputa do ME, a organização de intervenções próprias (atos, eventos culturais, formações etc.) para pautar a luta antirracista, ou mesmo a ação vigilante às políticas de combate ao racismo na UFSC, em distintos aspectos, também se mostraram questões-base desde a fundação do coletivo. Dessa forma, contribui ainda para o fortalecimento da organização política estudantil negra na Pedagogia, atuando junto ao movimento popular e impulsionando ações em defesa dos direitos e da promoção de dignidade a essa parcela.

Porém, as compreensões do coletivo também levam em conta a constante cobrança exacerbada que é aplicada às pessoas negras, no sentido de sempre nos colocarem que precisamos saber mais, ter uma formação de excelência acadêmica em sentido amplo e também acerca da questão racial em particular, para que reconheçam nossas capacidades como sujeitos. Entretanto, isso se mescla a rotinas extenuantes de estudo e de trabalho, de forma que seria muito dificultosa uma organicidade intensa, uma periodicidade avançada de reuniões que permitisse um amplo trabalho do coletivo. Assim, os combinados também apontavam já desde seu início a uma construção pacienzosa, priorizando a construção do coletivo enquanto um espaço saudável de encontro e partilha, a fim de não reproduzir lógicas desgastantes que já se desdobram em outras esferas da vida.

Com isso, também, as primeiras ideias de reunião se ligavam muito mais a pautar um entrosamento entre as pessoas do coletivo, conhecer seus percursos acadêmicos e de vida em geral, orientar à reflexão interna sobre como consolidar na prática as intenções postas àquele coletivo. Daí é que se avançaria para um balanceamento acerca de quantas e quais atividades se mostrariam necessárias, pertinentes e factíveis ao contexto da militância no curso, ainda mais considerando a criação do Maria Firmina já em contexto da metade final do semestre letivo, para além de se estar em meio a inúmeras mobilizações que demandariam disponibilidade de tempo e esforços coletivos para elaboração e garantia das ações junto do curso e dos setores de movimento.

Após momentos de idas e vindas, sem garantir uma organicidade de reuniões mas mantendo discussões e encontros informais entre sua militância, assim como ações pontuais de enfrentamento ao racismo e um processo mais amplo de politização e avanço das discussões antirracistas no curso, o Maria Firmina vem em processo de reorganização para melhor funcionamento ainda em 2024.

Com este quadro introdutório geral, então, os coletivos ficam demarcados em sua

história, ainda que resumida, já apontando também o potencial de suas contribuições e das expectativas postas em cada construção ao longo dos últimos anos, que, nesse breve resumo, já mostram suas similitudes ou explicitam ações conjuntas que, no estudo das próximas páginas do trabalho, vão ser fortalecidas. Pois, trato não só de apoios, mas de uma confluência de pautas, movimentos de auto percepção e construção; de diálogos internos e entre coletivos para haver uma verdadeira rede de exemplo e referência. Junto disso, da construção orgânica da FREJUNA por uns, como o Magali, e da construção junto à frente, por militantes em específico, por parte dos demais – mas todos tendo algum envolvimento com esta. Assim, acessando as bases constitutivas dessas iniciativas, é possível percorrer parte desse sentido e dos mecanismos de luta que empregaram na retomada de um importante legado do MN na UFSC, bem como atualizando demandas e ações frente ao agravamento dos retrocessos no período então corrente, que se desdobram na construção das agendas e dos episódios de luta abordados mais adiante.

Desse modo, parto desse conjunto de apresentação para abrir caminho a uma recapitulação mais detida nos feitos do movimento de luta na UFSC, para provocar novas reflexões e evidenciar o foco em quem dá sentido a essa luta, alcançando elementos esquecidos ou mesmo nem vivenciados por diferentes sujeitos que contribuíram em cada fonte aqui explorada. Pois, constituindo um estudo que de alguma forma se aproxima dessas vivências, explorando experiências coletivas de gente que nunca teve sua história contada dignamente e que nessa oportunidade deixa sua marca em relevantes produções políticas, com as (tentativas de) respostas que produzem ante a barbárie. Assim, dando sequência a passos que vêm de longe e ainda marcham na luta contra as amarras das elites, enfocando narrativas que não só analisem as permanências do racismo e da discriminação, mas as combatam em suas raízes históricas e nas manifestações ainda pujantes

Como proposto para discussão no capítulo a seguir, é dessa fermentação política a partir de suas criações e primeiros trabalhos que esses coletivos vão disputar o contexto universitário e da cidade para desdobrar as agendas e as lutas nesse período pesquisado. Assim, na esteira das mobilizações nacionais e locais, contribuindo para fazer das ruas de Florianópolis um palco de significativas lutas populares por direitos, encontrando nessa nova leva de coletivos e da juventude negra a ala dianteira na organização popular em unidade na cidade. Em muitos dos casos, aliás, mobilizadas a partir de grupos universitários como os CNUs ou entidades em que sua militância negra também atua, apesar do pouco destaque, estudo e reconhecimento dessas construções na universidade – que serão exploradas adiante.

### **3. POVO NEGRO ORGANIZADO PARA ENFRENTAR O RACISMO! EPISÓDIOS E MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS DE DESTAQUE NA UFSC NOS ÚLTIMOS ANOS**

Feita a apresentação geral de cada coletivo e da FREJUNA, não há como discutir seus impactos na universidade sem recapitular e propor uma discussão sobre as agendas, as estratégias e as ações dos CNUs e da Frente nas principais movimentações políticas ou nos episódios mais marcantes de luta na UFSC, diretamente via FREJUNA ou sob articulação dos coletivos a esta. Assim, esta seção desdobra elementos que amadurecem o entendimento sobre a contribuição da Frente e dos CNUs na universidade, as disputas políticas ali dentro, como foram construídas as mobilizações e o que significam para os direitos, a permanência e a vivência negra na universidade.

Para tanto, proponho uma subdivisão que compreende distintos momentos políticos para o movimento popular, considerando as reconfigurações conjunturais postas com o marco da pandemia da COVID-19, tendo perspectivas e possibilidades de construção bastante diferenciadas antes, durante e depois tal período.

#### **3.1. AS PRIMEIRAS LUTAS SOB O GOVERNO BOLSONARO**

Para além das movimentações já pinceladas na apresentação ou dos coletivos, ou da FREJUNA, as lutas na UFSC foram marcadas pela construção de uma forte greve estudantil em 2019<sup>27</sup>, diante das ameaças apresentadas pelos processos de cortes e contingenciamentos orçamentários pautados pelo ministro da educação Abraham Weintraub, tal como o programa Future-se (expressão voraz da investida privatizante nas universidades) e, sobretudo, o risco de fechamento do Restaurante Universitário e da própria UFSC de agosto para setembro.

Carregando acúmulos sobre a importância de se apresentar como uma alternativa às pessoas negras atuantes no ME da UFSC, pelas complicações tanto do movimento em geral quanto de outras articulações estudantis negras que prejudicavam uma construção mais límpida e orientada a saltos positivos de militância, a Frente seguiu travando debates sobre a articulação do FOMOVEN e fez ainda discussões próprias sobre a especificidade do instrumento da greve, especialmente durante setembro e outubro. O sentido de ação da FREJUNA era de coesão, enraizamento e força para disputar a base negra universitária em sua consciência de luta, responsabilizando-se por debater as demandas que assolavam a juventude e a organizar

---

<sup>27</sup> Acerca da experiência grevista e da construção do ME na UFSC naquele período, indico a leitura da nota [“Fortalecer a organização estudantil na UFSC para defender a educação e resistir ao fascismo!”](#) (JCA, 2020).



alternativas para os percalços vividos. Para tanto, ocupar os espaços representativos na greve também se fazia importante. Os registros da Frente apontam que

durante a realização da assembleia estudantil da UFSC foi decidido que haveria um comando da greve para organizar as atividades durante o período grevista na Universidade. O Fórum que representa institucionalmente os representantes negros na UFSC conseguiu 4 cadeiras no comando da greve.

Dentro dessa conjuntura e tendo em vista as últimas reuniões, existe a possibilidade de um boicote por parte do Fórum de que os outros coletivos e movimentos que compõem a entidade não ocupem essas cadeiras por decisões verticalmente tomadas.

Foi apontada a necessidade de algum membro da Frente aderir ao Fórum para que consiga ocupar uma dessas cadeiras, garantindo que as decisões tomadas durante o período grevista, relacionadas a permanência estudantil e ações afirmativas sejam pautadas pelos interesses dos estudantes negros. (FREJUNA, 2019h – 11/09/2019 apud Favaretto Pereira, 2022, p. 82-83)

Dessa forma, não só conseguindo espaço no comando de greve, mas ainda promovendo debates e ações no dia a dia dos cursos em que sua militância estava inserida, a FREJUNA acompanhou todo o desenrolar da movimentação, as ações ligadas ao Conselho Universitário (CUUn) ou outros espaços de discussão junto à Administração Central, usando deste processo enquanto um momento formativo, de articulação e também de projeção dos trabalhos dessa tão recente articulação. Podendo construir seus debates com mais calma, priorizando elaborações coletivas e leituras de maior fôlego sobre as disputas entre o próprio MN na greve e como isso se ligava ao ME, a Frente conseguiu aliar seus trabalhos à disputa geral do FOMOVEN, conseguindo melhor captar as contrariedades expressas entre as pessoas de distintos agrupamentos e na própria organização daquela instância. Na concepção da FREJUNA, tal fórum deveria servir como espaço de articulação de ações coletivas do MN para ação junto às entidades e à instituição, e não como entidade negra paralela. Foi aprofundando essas discussões, por sinal, que a Frente melhor conseguiu se ambientar no contexto de disputa do ME e enxergar seu potencial de contribuição como alternativa e instrumento de luta necessário em tal conjuntura:

temos essa responsabilidade enquanto Frente, de debater sobretudo que assombra o nosso povo. Não são apenas os estudantes da UFSC, que estão em agito pelos últimos acontecimentos. Precisamos debater, chegar a um entendimento sobre tudo e nos colocar à disposição do movimento. Temos muito trabalho e é necessário ajuda também, ouvido no chão para achar nossos parceiros em momentos turbulentos como este. (FREJUNA, 2019g – 06/09/2019 apud Favaretto Pereira, 2022, p. 83)

Assim, a Frente se destacou e atestou sua relevância nas disputas feitas, nos espaços ocupados, nas mediações propostas, de modo a enquadrar o MN como crucial para o endereçamento de distintos debates na greve e para a ampliação do contato com as bases

estudantis negras.

Tendo uma história prévia já melhor consolidada, o coletivo Magali também se fez atuante no processo da greve estudantil, podendo se reorganizar e acolher ainda mais estudantes durante tais movimentações, assim como abrir outros espaços de discussão acerca das questões étnico-raciais no todo da UFSC, debatendo desde agressões até perspectivas de reformulação curricular, situação dos projetos no curso etc. Com um trabalho específico acerca dessas lutas<sup>28</sup>, a militância do Magali reforça o peso estudantil e a contribuição das parcelas negras na efetivação das lutas locais e de posicionamentos importantes tomados na UFSC, como o rechaço aprovado no Conselho Universitário ao programa Future-se. Mais que isso, o coletivo também dedicou longos esforços à discussão da centralidade das pautas de permanência para o movimento grevista, seu impacto evidente nas condições de estudo e vivência universitária das pessoas negras, podendo alavancar tais pautas inclusive aos espaços deliberativos da greve. Segundo a militância do coletivo,

nesse contexto, surge o comando de greve que consistia em uma instância unificada de todos os cursos para organização e planejamento da greve. Com isso, cada curso teve direito a duas (2) representações, onde seria um (1) titular e outro suplente, dentre essas representações os estudantes negros conseguiram ocupar quatro (4) dessas cadeiras visando a pluralidade do debate e necessidades. Sendo assim, o Fórum dos Estudantes Negros da UFSC fica com duas (2) titulações e duas (2) suplências de maneira rotativa. Já o Coletivo de Estudantes Negros e Negras de Serviço Social Magali da Silva Almeida consegue, de maneira estratégica por meio de votação em assembleia estudantil de curso, ocupar a suplência do Serviço Social para representação de estudantes negros e negras durante todo o período de greve, com a finalidade de certificar que as pautas dos estudantes negros e negras do curso fossem levadas para os espaços de deliberações. **(Beatriz A. da Rosa; Chaiane G. da Silva; Joyce Santos; Caricate; Vanessa Z. Domingos, 2020)**

Ocupando tais espaços e tendo visões mais totalizantes do ME da UFSC, o Magali também pôde se lançar a outras contribuições, articulando mais coletivos e estudantes para pautar a organização política negra e as demandas do povo negro na universidade. Extrapolando o curso de Serviço Social e dando subsídios para a abordagem do debate étnico-racial na instituição como um todo, organizando novas lutas, o coletivo cumpriu um papel de fazer serem lembradas e evidenciadas as questões centrais ao povo negro no que tange às cotas e à permanência. Para tanto, inclusive, encabeçou a realização de uma ação voltada a orientar a categoria estudantil frente aos desafios postos pelo racismo no Brasil. Ainda, pôde protagonizar espaços no curso que se abriram à construção por pessoas externas e que, nesse processo, envolveram dinâmicas e reflexões sobre as distintas vivências sociais a partir dos marcadores

---

<sup>28</sup> “[Atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no período da greve estudantil da UFSC](#)” **(Beatriz A. da Rosa; Chaiane G. da Silva; Joyce Santos; Caricate; Vanessa Z. Domingos, 2020).**

raciais, as oportunidades em cada trajetória de vida e a marginalização do povo negro ante toda uma construção social pautada ao privilégio das pessoas brancas (**Beatriz A. da Rosa; Chaiane G. da Silva; Joyce Santos; Caricate; Vanessa Z. Domingos, 2020**).

Outras construções relevantes nesse contexto da greve foram em relação às manifestações de rua, a exemplo do ato vinculado ao “Tsunami da Educação”, parte da greve geral da educação organizada em 02 e 03 de outubro, que levou milhares de pessoas às ruas do centro de Florianópolis e permitiu a conformação de um bloco estudantil negro que inclusive fez ecoar novos gritos de ordem para o ME, enfatizando a presença e a disputa negra por espaço e afirmação política. Desdobrando os acúmulos de debate, organização e articulação entre os distintos setores do MN entre as camadas estudantis da UFSC, no ato, gritos como “sensação sensacional, sensação sensacional! São os pretos estudando e os racistas passam mal!” deram uma nova tônica de força e expressividade negra nas lutas locais.

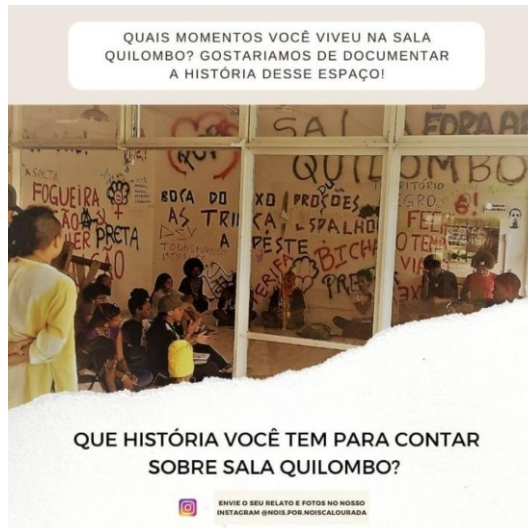
### 3.2. O CONTEXTO PANDÊMICO E DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

Em meio às duras lutas por sobrevivência que marcaram os anos de pandemia e desorganizaram uma série de ações do MN, a força de iniciativa e de continuidade de algumas lutas permitiu à FREJUNA e aos CNUs da UFSC retomar atenção a uma pauta que há anos se debatia e que em 2019 até pôde ser minimamente discutida, mas que só ali, a partir de 2020, é que teria ainda melhor elaboração no MN: o espaço da Sala Quilombo, situada no Centro de Convivência Adolfo Luís Dias (na UFSC), que foi tanto palco de importantes eventos de organização negra e ambiente de referência para tal movimento na universidade quanto cenário de violentos ataques racistas, dentre outros, que marcaram a instituição.

Integrando-se a um grupo de trabalho (GT) organizado pelo DCE Luís Travassos, a militância da FREJUNA passou a discutir junto ao restante do ME o processo de reforma do Centro de Convivência que era pautado pelo conjunto estudantil mas também pelo Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC), buscando contemplar a sala na reforma e garantir seu uso irrestrito pelo MN local. Debatendo as raízes dessas movimentações docentes, os interesses e as contrapartidas por trás das propostas feitas pelo sindicato, foi possível também afinar perspectivas de cobranças e sugestões ao ME para que se organizasse uma luta conjunta efetiva, de modo a fazer ouvir as vontades da categoria estudantil. Para tanto, a FREJUNA contribuiu, a exemplo de ação de integrantes da Frente na produção de uma campanha de retomada histórica sobre a sala e o que lá já ocorrera, para reavivar o debate da importância do convívio e organização popular e da garantia de espaços para tal na UFSC. Afinal, tratava-se de um espaço fundamental para o encontro e a

confraternização da juventude negra na instituição.

**Figura 09** – Campanha do MN sobre a Sala Quilombo



Fonte: [perfil da Calourada Negra, Indígena e Quilombola “Nós por Nós!”](#), da UFSC, no Instagram. Último acesso em: 11 set. 2024.

Frente às preocupações sobre a condução e os objetivos da APUFSC naquela reforma, tanto pelos riscos de tomada ou cessão de espaços para iniciativas de orientação e finalidades opostas ao que o ME da UFSC historicamente defendia para o prédio, a disputa por presença estudantil e de representatividade negra nos fóruns de discussão e elaboração, com espaço para contribuição ativa, fez-se bastante intensa. A defesa estudantil era de que o Conviva, como é chamado o prédio, devia servir para a organização política, a expressão artística, a integração e convívio em geral, especialmente, de estudantes e da comunidade, sem inserção da iniciativa privada e intentos de comercialização que poderiam inclusive vir a criminalizar o uso do espaço por parte do ME. Mais que isso, tal acompanhamento e intervenção se fazia importante pela própria realidade de que a conquista da Sala Quilombo nada mais tinha sido do que um direito arrancado, posto que foi fruto da organização política do MN reivindicando um espaço, e não uma cessão reconhecida e oficializada pela instituição.

Com isso, também ganhava peso o entrelace entre MN e ME, porque a defesa do Conviva enquanto espaço gerido pelo movimento estudantil ia em consonância às ideias do MN sobre a sala. Na disputa para se garantir ainda o auditório sob controle estudantil, espaços distintos para projetos estudantis, a delimitação específica do que seria utilizado pela APUFSC em um possível acordo de cessão de alguns espaços e a contrariedade à inserção privada e com fins lucrativos, muito se pôde debater a aprimorar no sentido de formulação própria da categoria estudantil de um projeto para o Conviva. A partir do trabalho da Frente, assim, também se

revigorava um debate orgânico de levas anteriores do MN local e se criava novas bases para fazer andar a discussão e os trabalhos do movimento na UFSC.

No ano de 2021, um ataque racista sofrido pela militância do coletivo Magali deu peso à organização e à movimentação negra na universidade. No dia 26 de novembro, em atividade online de formação sobre a questão social e o racismo, a chamada foi invadida e foram reproduzidos sons ofensivos às pessoas negras. Não tendo sido o único caso em meio às aulas remotas, este episódio ganhou maior força por se inserir num conjunto denso de insatisfação e revolta do corpo estudantil negro do curso ante a inação institucional no combate ao racismo, em especial ante problemas recorrentes e várias denúncias sobre arbitrariedades e racismo da tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) no Serviço Social.

Desde 2019, com a expulsão de pessoas negras do PET do Serviço Social pela professora-tutora branca, inclusive sob organização de um dossiê de centenas de páginas minorando um estudante, havia se firmado um cabo de guerra institucional. Nesse sentido, após o episódio de invasão – que tinha ligação também à auto retirada do PET da construção da atividade naquele dia –, reivindicando seu histórico de luta e combatividade, o Magali se organizou e chamou a comunidade a se manifestar. Ante o silêncio e a conivência no curso, no departamento e em toda a UFSC, que se combinavam a uma postura persecutória já denunciada, a resposta só podia ser o enfrentamento direto. Envolvendo confecção de cartazes, reuniões online e manifestações inclusive presenciais, estendendo uma faixa pela UFSC para denunciar as ações racistas da docente e exigir sua retirada do cargo, o Magali juntou centenas de pessoas, em plena pandemia, para debater e combater o racismo na especificidade do curso e da instituição universitária. A pauta central era a renúncia da docente ao PET, já que todos os trâmites institucionais possíveis a partir de iniciativa do coletivo já tinham sido tomados. Foram mais de 6 horas de discussão apenas na primeira reunião; dezenas de pessoas em ato na UFSC, em uma segunda reunião, para combater alegações que o coletivo imputa à tutora, que teria tratado o estudante por ela expulso do PET como medíocre e não urbano.

Frente aos contornos discursivos, às preocupações administrativas e não políticas e sociais ante sujeitos negros violentados, à demora de atenção e de ação da UFSC, foi a pressão estudantil negra, dos coletivos e das entidades, que arrancou alguma vitória. Ainda assim, a tutora apenas se afastou do PET alegando complicações de saúde mental, sem o devido reconhecimento de suas práticas. De todo modo, essa movimentação, que perdurou algumas semanas e teve seu pico concentrado ao final de novembro e início de dezembro daquele ano, pôde então honrar e acalentar as várias pessoas agredidas pela tutora com sua perseguição, cobranças exacerbadas, desmerecimento e tanto mais.

### 3.3. O RETORNO PRESENCIAL EM 2022 E AS NOVAS EMPREITADAS NA UFSC

Com o retorno das aulas presenciais em abril de 2022, o cenário da federal catarinense já se apresentava bastante modificado. Em meio a um processo eleitoral para a gestão da reitoria, principal posto administrativo da UFSC, as massas estudantis se viram imersas em problemas de infraestrutura, no descaso da gestão vigente em cuidado e reparo da universidade, impactando de forma acentuada as parcelas negras. O não corte de grama, favorecendo a proliferação de mosquitos, e as longas filas do Restaurante Universitário, alcançando extensões assustadoras e há tempos não vistas, foram marcas relevantes das dificuldades e dos riscos com que nos deparamos.

Diante disso, as discussões sobre o pleito ganhavam fôlego à medida que as pessoas iam se conscientizando dos problemas da universidade e pensando o que queriam fazer daquele espaço, como poderiam contribuir para mudanças. Tomando a dianteira de organizar tal insatisfação e perspectivar outra possibilidade de universidade, a candidatura encabeçada por Irineu Manoel de Souza e Joana Célia dos Passos logo ganhou um respaldo estudantil forte e massificado, incluindo em suas fileiras de apoio amplas massas estudantis negras.

Com uma candidatura construída de forma ampla e coletiva, articulando o campo progressista da universidade em nome da democracia e contra as investidas privatizantes sobre a educação, a chapa Universidade Presente – 58 propunha e concretizava na trajetória de suas representações e no seu processo de formação o espaço, o diálogo e a atenção aos movimentos populares. Abrindo-se às contribuições de base para a definição dos rumos da universidade, construindo um programa comprometido com o combate às opressões e a priorização das políticas de permanência estudantil, a candidatura contou com forte apoio de coletivos e militantes individualmente, envolvendo dezenas de figuras vinculadas ao Magali, ao LeGon, ao Orí e à FREJUNA, por exemplo.

Propondo-se como resistência à escalada fascista e golpista representada em Bolsonaro e sua corja, a chapa não só trazia como bagagem da candidata ao posto de vice-reitora a experiência de luta do Movimento Negro, mas ainda a complementava com ampla atividade da militância juvenil partícipe dos CNUs. Assim, podíamos colocar nossas demandas e propostas, construindo uma campanha com a nossa cara, pautando o que deveria ser priorizado nos diálogos e inclusive efetivando boa parte do processo de passagens em sala, por exemplo, atuando no dia a dia dos cursos, junto a toda a categoria.

Dessa maneira, o resultado foi expressivo e positivo: com ampla maioria dos votos

estudantis, também alcançando votações significativas nas demais categorias, a candidatura construída desde o início pelo Movimento Negro da universidade se consagrou vencedora, anunciando novas possibilidades de organização da luta na instituição, tanto pelas políticas prometidas e em vias de se iniciar quanto pela própria maior abertura, junto às figuras que assumiriam os postos institucionais, para construção de novos caminhos de diálogo e fortalecimento negro na universidade. Porém, o caminho não se encerrava aí: as semanas seguintes também exigiram aos coletivos e a toda a comunidade universitária a vigilância e a pressão para que o Conselho Universitário referendasse a votação, uma vez que se conformava como consulta informal, segundo os regimentos acordados pela comunidade. Nesse sentido, a luta se estendeu na esfera local, mas ainda havia a etapa de nomeação pelo presidente para que se efetivasse a vontade expressa nas urnas, por milhares de estudantes ou pessoas servidoras da UFSC.

Na sequência dos meses, concretizada também a nomeação do novo reitor e da nova vice-reitora, outra movimentação dos CNUs na UFSC se fez significativa: a construção do processo eleitoral para o DCE Luís Travassos. Apresentando um conjunto de reivindicações nas reuniões de formação de uma das chapas e, posteriormente, integrando com algumas pessoas aquele agrupamento, os coletivos tiveram e ocuparam aqueles espaços para colocar sua política, de forma a coesionar perspectivas com o restante da categoria envolvida nas formações e poder, em seguida, disputar junto às bases estudantis a partir de posicionamento público. A carta produzida em apoio à chapa 4, “Só a Luta Muda a Vida!”, foi assinada pela FREJUNA, pelo Magali, pelo LeGon e ainda pelo Núcleo de Aquilombamento de Intelectualidades Afrotranscendradas (N’AYA), e registrava:

**COLETIVOS NEGROS APOIAM A CHAPA 4 PARA O DCE UFSC!**

O olhar e o compromisso aberto e profundo à superação dos problemas da juventude negra na UFSC merecem enfoque ao pensar o ME. Os ataques que estamos vendo hoje são expressão de um processo de violência que sofremos no dia a dia, e precisamos que a próxima gestão do DCE se mobilize considerando que nossa luta contra isso vem de longe e precisa de ainda mais força.

Na luta contra a repressão, o apagamento e o extermínio do povo negro, precisamos construir um espaço de luta que dê protagonismo à militância negra também no ME, construindo um DCE capaz de articular e colocar esses debates em destaque, reconhecendo as demandas dos movimentos negro e popular em geral das discussões sobre política, segurança e integração na universidade até a garantia dos espaços de articulação do Mov. Negro, a defesa das nossas lutas em cada base e o compromisso com o enfrentamento ao racismo.

É a chapa 4 quem exprime a capacidade e o compromisso coletivo que considera nossas demandas reais, com espaço e protagonismo negro na

universidade, desde seu período de formação. É essa a chapa construída por integrantes dos nossos coletivos, que atuaram ativamente na construção do programa e das propostas que nos representam.

Queremos uma UFSC que nos dê espaço de construção política, acadêmica e verdadeira realização humana; que reconheça, apresente e estimule as nossas referências acadêmicas, políticas, culturais (e nos mais variados aspectos); que faça frente ao epistemicídio, que tenha obras variadas em suas bibliotecas, espaços para a nossa organização e convivência, que assegure nossa permanência, ainda mais acesso e condições de estudo e pesquisa. Diversa, inclusiva e combativa, assumindo o compromisso de reparação e incentivo à gente que ergueu esse país.

Vote chapa 4. (FREJUNA, 2022)

Destacando a abertura à construção conjunta e o potencial do programa formulado a partir das críticas, das reflexões e das proposições coletivas, os coletivos, finalmente, viam-se integrados numa articulação para disputa geral do ME, podendo então ocupar outras esferas representativas e alcançar mais um espaço para fazer valer suas vozes, usualmente silenciadas.

Com essas contribuições entrelaçadas ao movimento estudantil, nos meses seguintes, o Movimento Negro também pôde acompanhar, a partir de algumas poucas participações pela FREJUNA, parte das reuniões de discussão e formulação da política sobre festas na UFSC, pauta central aos debates não só de convívio e lazer, mas também de permanência e saúde, ou ainda segurança e repressão na universidade.

Se as construções até então vinham em tom de avanços na participação, conquista de espaços ou vitórias e aberturas a novas políticas na universidade, os episódios e as movimentações mais marcantes de 2022 aos CNUs, dadas no segundo semestre, caminharam em sentido oposto.

Marcando o início da enxurrada de violências proliferadas pela universidade no segundo semestre das aulas, um episódio de pichação de frases agressivas e racistas em um banheiro do Centro de Ciências da Educação, contra uma colega negra, Quilombola, caloura do curso de Pedagogia, serviu também de pontapé para contundentes mobilizações estudantis negras na UFSC. Como relatado pela coordenação do curso em sua “Nota Informativa do Curso de Pedagogia sobre o crime de racismo praticado no banheiro do CED dia 28/09/2022”,

no dia 28/09/2022, às 13h40, foi identificado um crime de racismo materializado através de um registro no banheiro feminino do Bloco A do Centro de Educação, contra uma estudante do curso de Pedagogia. As aulas foram interrompidas pela Coordenação para identificação do crime, em seguida, o Centro Acadêmico chama uma assembleia de emergência no hall do CED, onde estiveram presentes, além de todos os estudantes do curso, estudantes da pós graduação, o Diretor do Centro, a Diretora da Proafe, a Representante da Coema e os professores do Curso de Pedagogia. Enquanto a assembleia discutia e encaminhava a questão, a Técnica Pedagoga do Curso de Pedagogia acompanhou a estudante para registro de Boletim de Ocorrência



na Secretaria de Segurança Institucional da UFSC, o registro foi protocolado e estamos acompanhando atentamente esses encaminhamentos.

O racismo é crime, de acordo com o parágrafo 3º do Art. 140 do Código Penal. (Coordenação..., 2022)

Nesse sentido, a mobilização coletiva se alastrou com rapidez no curso, de forma a pautar a discussão e a resposta ao ataque. Testemunhada a pichação racista, a partir da iniciativa da professora/coordenadora de levar sua turma para acompanhar sua conferência do registro, iniciou-se um processo célere de passagens em sala e interrupção das demais aulas, tanto do curso de Pedagogia quanto do Programa de Pós-Graduação em Educação, convocando a comunidade do centro a uma reunião no hall do respectivo bloco de salas de aula.

Juntando então mais de 100 pessoas, entre as categorias e as autoridades mencionadas no relato supracitado, assim como figuras do Movimento Negro local, foram feitas algumas falas contextualizando o caso e as medidas institucionais: também com rapidez, o caso havia já alcançado as instâncias superiores da UFSC, que estavam se organizando para prestar o devido suporte e encaminhamento administrativo. O que foi levantado de mais direto era de acompanhamento das câmeras, exame grafológico, abertura de espaço de denúncia para recolhimento de suspeitas das colegas. A defesa do ME, em certa medida endossada pelas próprias servidoras da UFSC também, era de que, especialmente por ser um período de aproximadamente 20 minutos desde a ida de outra colega ao banheiro e a constatação de que não havia ainda o registro na parede, haveria como mapear as pessoas que por lá passaram (pelo banheiro ou mesmo pelo andar do prédio) e diminuir as possibilidades, realizando então o teste com todas as possíveis suspeitas. Essas questões deram base a muitas das cobranças, ainda que não se tenha tido retornos satisfatórios por parte das autoridades policiais.

**Figura 10** – Assembleia emergencial do curso de Pedagogia, em 28/09/2022



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Em todo o processo, vale ressaltar o comprometimento da Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (COEMA) e da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) na intervenção diante do caso, pessoalmente e pelas redes. Para além dessas medidas básicas de investigação, a fala da diretora da pró-reitoria nesse primeiro encontro foi bastante enfática na definição do ato como crime, bem como na indicação de que há um movimento corrente de reorientação das políticas da UFSC para um combate efetivo ao racismo. Para além das elaborações sobre formação, indicou haver um grupo de trabalho formulando uma minuta específica em relação a esse combate na universidade, que em breve seria apreciada no Conselho Universitário. Também, que havia perspectiva bastante clara de expulsão de quaisquer pessoas responsáveis por esses crimes. Foram frisadas ainda a importância de o ME cobrar da instituição o devido respaldo às ações, desde o custeio dos materiais para parte das intervenções artísticas que ali se estava pensando até o posicionamento oficial do Conselho da Unidade do CED e do Conselho Universitário sobre o caso e a onda de ataques – porque não era pontual do CED, pelo que se tinha mapeado.

Ademais, a assembleia também acumulou intervenções bastante significativas do corpo estudantil negro do curso, incluindo minha participação como membro da FREJUNA, e reforço e disposição do PET e de docentes para contribuir em discussões sobre racismo. Foram dados vários encaminhamentos que ficaram de ser amadurecidos em reunião emergencial do Centro Acadêmico na mesma noite. De forma geral, as intervenções foram importantes e pautaram a cobrança, a responsabilização e o impulso à movimentação no curso, o que levou cerca de 30 pessoas à reunião, em seguida. Com isso, a entidade representativa estudantil pôde organizar um pronunciamento público<sup>29</sup>, que também foi seguido por notas de denúncia e de apoio por parte de outras agremiações estudantis, desde Centros Acadêmicos a Atléticas, como no curso de Psicologia da UFSC, até coletivos negros, como o Magali, ou ainda de agrupamentos populares da comunidade externa, como o Projeto Integrar.

Em relação aos próximos passos de mobilização, perpassando propostas da assembleia e afinamentos da reunião, indicou-se a informação e mobilização do curso, por meio de passagens em sala e conversas, para intervenção nos conselhos superiores do centro e da UFSC junto ao Centro Acadêmico Livre de Pedagogia (CALPe) e ao Movimento Negro. Para tal intervenção, tinha-se o objetivo de cobrar a construção, a partir do conselho local, de um pronunciamento a ser levado para a sessão do CUn. Foi criado um grupo de trabalho estudantil responsável por reunir os documentos sobre o caso e elaborar uma carta que pautasse a denúncia

---

<sup>29</sup> Veiculado em seu Instagram como “[RACISTAS NÃO PASSARÃO! Nota de denúncia do crime de racismo no CED/UFSC](#)”. (CALPe, 2022)

do caso. Ainda, que reivindicasse tanto um posicionamento público do órgão máximo da UFSC quanto um comprometimento com o fortalecimento das ações de combate ao racismo, impulsionando com prioridade o trabalho da PROAFE e envolvendo amplamente o ME e o MN na discussão e na deliberação sobre essas medidas. Esse GT estudantil também organizaria a intervenção junto ao conselho, solicitando junto à reitoria (ou, não conseguindo, via representação do DCE) espaço para manifestação, bem como organizando uma mobilização do curso e das demais pessoas interessadas para acompanhamento desta, com atividades de agitação, contando já com indicativo de apoio de núcleos de pesquisa do centro e do Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (SINTUFSC) quanto aos materiais de bateria. Além disso, tendo minha participação ativa enquanto militante da FREJUNA, de forma a articular as contribuições entre a construção no curso e na Frente.

Mais do que esse processo amplo e mais usual às ações do movimento estudantil, os acúmulos da movimentação antirracista do dia 28/09 também apontaram para a criação de um coletivo negro que pudesse agregar a estudantada negra do curso, especialmente, ou até do centro como um todo, para se organizar e formular novas propostas de ação, trabalhando junto ao ME. A proposta, bem acolhida, encontrou forte interesse de colegas tanto da graduação quanto da pós-graduação, objetivando a troca sobre as variadas vivências, mas principalmente um espaço de discussão política sobre a realidade do curso e nossa formação e a vida universitária. Assim, buscando exemplo e apoio dos CNUs já existentes na UFSC, encaminhou-se uma conversa junto à estudantada negra dos cursos com coletivos sobre suas experiências nesses agrupamentos, a importância de tal organização e as dificuldades dessas construções. A partir disso, havendo de fato pessoas interessadas e com condições de encabeçar tal articulação a partir da Pedagogia, seria organizado um chamado junto aos demais setores do centro. Embora a conversa não tenha ocorrido como idealizada, a articulação avançou a ponto de se criar o Maria Firmina, semanas depois.

Esse encaminhamento e perspectiva de construção se aliava à organização de um acolhimento melhor, a exemplo da estruturação de uma ouvidoria do CALPe, e ainda de atividades formativas, tanto pelo movimento (articulando ME e MN) quanto por iniciativas da coordenação e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Também, à intervenção física pelo centro e virtual, por redes sociais, com produções artísticas em resposta aos ataques. Na combinação entre essas duas esferas, buscou-se apontar a própria construção da semana estudantil do curso como voltava ao debate da luta contra as opressões.

Dessa maneira, o gatilho violento pôde ser combatido em distintos aspectos que, embora não reparassem os danos gerados, apresentavam outras possibilidades de fortalecimento,

discussão e organização de trabalhos pelo período seguinte no movimento. Como exemplo, o coletivo Magali convocou já no dia seguinte, para 05/10, uma Assembleia Estudantil Negra, voltada a pensar ações contra os ataques racistas, evento ao qual a FREJUNA se organizou e em que conseguiu alavancar o debate. Também no dia 29/09, o MNU e professoras da Educação Escolar Quilombola, junto do CALPe, organizaram o chamado de um ato no CED, para a tarde.

Reunindo novamente centenas de pessoas, com representações dos mais diversos agrupamentos populares, de dentro ou de fora da UFSC, tal ato serviu para estreitar laços e robustecer a luta antirracista no centro. Perpassando retomadas de exemplos de luta, abrindo espaço para colocações em solidariedade e, sobretudo, de manifestação da revolta negra, essa construção trouxe ao destaque os CNUs em unidade e parceria na cobrança por justiça. Desde falas do Orí a falas do Magali<sup>30</sup>, ou ainda da FREJUNA e mais iniciativas negras, os gritos ecoados em angústia e em cobrança deram fôlego para fazer frente às repercussões atravessadas sobre o caso ou mesmo ao descaso de colegas universidade afora, assim como para apontar tarefas de organização dos coletivos para os enfrentamentos e o tensionamento por permanência e políticas antirracistas na UFSC. Desse ato, por fim, encaminhou-se ações de articulação e realização de novas manifestações, considerando a necessidade de mais intervenções públicas mesmo antes ou próximo à assembleia convocada para a semana seguinte, que deveria então endereçar perspectivas em maior prazo.

**Figura 11** – Intervenção do Coletivo Orí no ato no CED, em 29/09/2022



Fonte: acervo particular do pesquisador.

<sup>30</sup> A exemplo da fala disponibilizada no perfil do coletivo no Instagram, disponível em <https://www.instagram.com/p/CjGnCmAAHDK/?igsh=MTBiam5uMWNjbDVpaw==>.

**Figura 12** – Ato no CED, em 29/09/2022



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Ainda antes da assembleia convocada para o dia 05/10, então, entidades estudantis, CNUs e organizações juvenis ou do MN se reuniram, na tarde de 04/10, no mesmo centro de ensino em que ocorreram os ataques emblemáticos, para debater propostas do CALPe ou do MNU e possibilidades de alinhamento das manifestações antirracistas em geral às reivindicações Quilombolas que avançavam na conquista de reuniões com a reitoria, promovendo um fortalecimento conjunto das lutas puxadas pelas pessoas negras. Na reunião também houve o relato de outro episódio de racismo – que será abordado adiante –, ocorrido por meio de falas repudiáveis proferidas pela professora da disciplina de História Indígena, no curso de História, na noite de 03/10.

Estruturando dois momentos centrais de manifestação, a militância pôde endereçar a realização de um primeiro ato, antecedido por confecção de cartazes e faixas para afixação no prédio da reitoria, centrado em divulgar os casos de racismo e entregar um documento reivindicatório à reitoria. Ficou então marcado para o dia 06/10, às 17h, pautando quatro questões:

- a) garantia de ponto de pauta na próxima sessão do CUn, do dia 11, sobre os casos de racismo, com espaço para intervenção do ME da Pedagogia e do Mov. Negro;
- b) garantia de antecipação (para o mais logo possível) da reunião do Movimento Negro com a reitoria, solicitada pelo MNU e marcada apenas para o dia 17;
- c) garantia da presença da Administração Central na reunião do dia 13, sobre as comunidades Quilombolas;

d) posicionamento imediato da reitoria sobre os casos de racismo, com nota pública a circular amplamente. (Registro..., 2022)

Ainda, com a perspectiva de conquista da sessão do CUn no próximo dia 11, objetivava-se, entre o MN e o ME, produzir uma carta de denúncia do caso de racismo no CED e reivindicação de cinco elementos principais:

a) investigação e punição à pessoa culpada, com expulsão e a responsabilização junto às autoridades policiais também, averiguando o que for necessário quanto às câmeras, testes grafológicos, interrogatórios a pessoas suspeitas etc.;

b) atualizações sobre o andamento do GT da COEMA/PROAFE, responsável pela elaboração da minuta de resolução sobre o enfrentamento ao racismo na UFSC. Quem participa? Como tem se reunido? Quais os acúmulos vigentes? E solicitação de maior participação ou acompanhamento por parte das entidades estudantis e coletivos negros, tanto na produção quanto na apreciação da proposta;

c) responsabilização do CUn pela devida instrumentalização e suporte para garantia dos trabalhos do GT, desde equipamentos até disposição de pessoal e de tempo para trabalho deste;

d) elaboração, na resolução de enfrentamento ao racismo, de políticas de formação docente, de TAEs e discentes (considerando a cobrança de compromisso das pessoas servidoras desde os currículos até a construção em sala de aula, intervenção diante de possíveis casos opressivos etc.), bem como a produção de materiais informativos; normas de investigação e punição para casos com quaisquer integrantes da comunidade universitária; aprimoramento dos canais de denúncia;

e) posicionamento firme e amplamente divulgado do Conselho Universitário contra o caso e contra o racismo na UFSC, responsabilizando-se pelos encaminhamentos trazidos pelos movimentos. (Registro..., 2022)

E, para além dessa carta, que ficou para ser puxada pelas entidades estudantis, propunha-se a produção de uma carta própria do Movimento Negro a partir da assembleia do dia seguinte, tratando dos demais casos e de apontamentos outros que pudessem ser propostos e encaminhados no espaço.

Já em relação à segunda manifestação, pautava-se a construção de um grande ato contra o racismo e por direitos, no dia 13/10, dada a reunião das comunidades Quilombolas com a COEMA, em que tratariam das demandas de tais grupos e da criação da Licenciatura Quilombola enquanto novo curso de graduação na UFSC. Este ato, por sua vez, era idealizado em caráter mais agitado e massificado, com intervenções musicais, gritos de ordem, cartazes etc. Dessa forma, tinha-se já tanto uma ação para os próximos dias quanto uma proposta que poderia ser melhor construída na assembleia do dia 05/10, atendendo à expectativa de grande projeção da manifestação.



**Figura 13** – Chamado para a Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Chegando à Assembleia Estudantil Negra de 05/10, reunindo cerca de 70 pessoas na sede do DCE Luís Travassos, o conjunto dos CNUs e da categoria estudantil se debruçou no debate mais amplo e também mais profundo sobre os ataques racistas na UFSC. A fim de contemplar os repasses e as atualizações necessárias, combinou-se uma metodologia partindo da abertura do espaço pela FREJUNA, uma fala já ao começo pelo MNU lembrando o caso do CED, e outra minha, representando a JCA, a FREJUNA, o DCE e o CALPe, acerca das mobilizações dos últimos dias e o que estava posto como próximos passos até então. No encontro, pudemos alcançar ainda mais informações acerca da política de enfrentamento ao racismo que estava sendo elaborada, bem como discutir as limitações das ações institucionais até os meses anteriores: o histórico da UFSC é de falta de políticas de permanência em seus mais largos sentidos, de não investigação nem responsabilização devida pelos casos de racismo, demandando ainda maior pressão sob ampla divulgação das denúncias e de nossas mobilizações.

Com isso, diversas pautas foram elencadas, como de luta por ações afirmativas nas bolsas de pesquisa e de extensão; por garantia de espaço físico específico e adequado para reunião estudantil negra dentro da universidade, talvez por meio da reativação da Sala Quilombo; e ainda por políticas de acompanhamento aprimorado das fraudes nas cotas nos distintos processos seletivos para ingresso na UFSC. Também foram sugeridas diferentes questões menos gerais do MN, mas tocantes à circulação na universidade e à luta antirracista em geral, e a realização de uma nova Virada Antirracista, que ficou indicada para discussão em momento posterior. Embora houvesse muita vontade de discussão coletiva e endereçamento de

muitas questões, como frisado por uma participante,

é preciso ter consciência do quanto nossa organização demanda tempo, disposição e organização. Não reativaremos o FOMOVEN em alguns dias; [...] precisamos amadurecer enquanto construção de movimento negro, para pensar essa atuação junto ao DCE e em outros espaços da Universidade. É preciso garantir os encaminhamentos aqui tirados nesse primeiro momento, para dar corpo a esta movimentação pesada que reúne dezenas de pessoas nesta assembleia. (Memória..., 2022)

**Figura 14** – Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022 (canto direito)



Fonte: acervo particular do pesquisador.

**Figura 15** – Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022 (canto esquerdo)



Fonte: acervo particular do pesquisador.



**Figura 16** – Assembleia Estudantil Negra de 05/10/2022 (mesa/frente)



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Depois dessa reunião, o MN se encontrava mais preparado para algumas disputas, podendo também contribuir de forma melhor nos debates estudantis em geral, que iam ganhando fôlego UFSC afora. Em nota datada de 06/10<sup>31</sup>, o Centro Acadêmico Livre de História (CALH) sintetizou e apresentou as denúncias acerca do caso de racismo no curso, já discutidas em reunião na noite de 03/10. Conforme o texto, em sentido inquisitório e vexaminoso, a docente havia expresso diversos apontamentos inapropriados acerca da cor de pele e das raízes Quilombolas de estudantes, acumulando mais uma situação inaceitável em seu histórico de conflito com estudantes e de incômodos com sua postura preconceituosa. O caso, que ainda viria a ser melhor debatido e endereçado no curso depois, vinha já sendo acompanhado pela militância negra dos coletivos, endossando a pressão às instâncias administrativas pela expulsão da professora e contribuindo para o acúmulo de forças e as perspectivas elaborativas do corpo discente do curso.

Um dos meios de pressão também acerca deste caso, apesar do protagonismo da mobilização ligada às lutas na Pedagogia, foi o ato construído na tarde de 06/10. Após a produção de cartazes no hall do bloco A do CED, principal palco das mobilizações antirracistas recentes, o direcionamento do conjunto de manifestantes foi à reitoria, a fim de deixar evidente, com a afixação dos materiais e o registro da ação para ampla divulgação, a inquietude ante a não resolução do caso mesmo passada uma semana desde o ataque. Foi entregue um ofício pela

<sup>31</sup> Divulgado nas redes e documentado, a [Nota da gestão contra o racismo e em defesa dos alunos de História](#) também teve ampla repercussão, na esteira do caso do CED.

FREJUNA, pelo CALPe e pelo DCE demandando o pronunciamento contundente e a célere realização de sessão do CUn para intervenção dos movimentos. Com dezenas de cartazes, com as mais diversas frases de cobrança e denúncia, especialmente o corpo discente da Pedagogia deixava firmado que “aqui, racista não vai se criar!”<sup>32</sup>.

**Figura 17** – Confeção de cartazes pela Pedagogia no CED



Fonte: acervo particular do pesquisador.

**Figura 18** – Ocupação do Hall do CED para confecção de cartazes pela Pedagogia



Fonte: acervo particular do pesquisador.

<sup>32</sup> Tal lema deu base a muitas das publicações acerca das lutas do período, como se pode ver em <https://www.instagram.com/p/CjZC23zMQas/?igshid=NDRkN2NkYzU=>.

**Figura 19** – Intervenção na reitoria: “Fogo nos racistas” e “Chega de impunidades na UFSC!”



Fonte: acervo particular do pesquisador.

**Figura 20** – Intervenção na reitoria: “Mais de uma semana de impunidade!”, “Seu silêncio também é racista”, “Se Palmares não existe mais, faremos Palmares de novo!!” e outras



Fonte: acervo particular do pesquisador.



**Figura 21** – Intervenção na reitoria: “Expulsão já!”, “Pedago em luta!” e “Racismo é crime...”



Fonte: acervo particular do pesquisador.

**Figura 22** – Registro do encontro de estudantes após intervenção na reitoria



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Na semana seguinte, todos os esforços começaram voltados ao acompanhamento das movimentações no Conselho Universitário. A construção prévia se deu com um chamado amplo, divulgado nas redes pelas entidades e pelos CNUs, à presença na sessão do CUn e ao envolvimento no grande ato contra o racismo na UFSC, marcado para o dia 13, incitando as

peessoas a acompanharem e fortalecerem de perto a luta, levando ainda cartazes, faixas etc. Com um forte processo de diálogo, alerta e convencimento das pessoas, bem como de provocação para que não se conformassem ante a dificuldade da luta, conseguimos levar muitas pessoas para a reunião do Conselho Universitário.

No desdobrar da sessão de 11/10, como resultado dos planejamentos da semana anterior e da força da pressão popular, os dois documentos produzidos para cobrança ao CUn foram inclusive veiculados publicamente pela universidade<sup>33</sup>, tendo a reitoria e o conselho indicado apoio às solicitações e, inclusive, aprovado uma moção de repúdio aos casos de racismo na universidade que também pautava a demanda por uma política institucional afim:

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (CUn/UFSC), em reunião extraordinária no dia 11 de outubro de 2022, vem a público manifestar-se institucionalmente contra o racismo no âmbito universitário, em suas diferentes formas de manifestação. Considerando que o racismo é um crime inafiançável previsto na Lei nº 7.716/1989 e uma violência estrutural no Brasil que gera desigualdades de direitos, o CUn/UFSC manifesta apoio incondicional às vítimas e solicita o acompanhamento das investigações dos casos apurados na Universidade, com sanções diante dos atos identificados. Os conselheiros e as conselheiras reiteram a necessidade urgente de uma Política Institucional de Enfrentamento ao Racismo em suas diferentes manifestações, de modo a garantir administrativamente o acolhimento às vítimas, a punição aos agressores e ações educativas de promoção e prevenção a longo prazo, produzindo o antirracismo cotidiano. Florianópolis, 11 de outubro de 2022. (UFSC, 2022)

Melhor qualificando a discussão frente à moção do conselho, a carta do Movimento Negro apontava ainda as bases de opressão capitalista no sentido da exploração e da dominação violenta que as elites promovem, como parte da agenda imperialista de repressão à organização popular. Repudiando os ataques e imprimindo cobranças ao CUn, sobretudo de expulsão da pessoa agressora no caso ocorrido no CED, a carta marcava um posicionamento contundente de defesa dos direitos e da permanência negra na universidade, constantemente atacada. Já o documento do CALPe e do DCE, relatando os aspectos gerais da mobilização construída quando da constatação do crime racista, reforçando cobranças históricas do MN e apontando situações como o caso de racismo no curso de História, também, ainda abarcava as proposições listadas em reuniões passadas e, para aprovação da carta, convocava cada pessoa conselheira a assumir a responsabilidade com o documento e seu conteúdo.

---

<sup>33</sup> A carta das entidades estudantis pode ser acessada em <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2022/10/Carta-ao-Conselho-Universitario-Racismo.pdf>, ao passo que a carta do Movimento Negro, em que faltou a inclusão prévia à divulgação das assinaturas da Coordenação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombo – SC e do conjunto de Professores/as Educadores/as da Educação Escolar Quilombola – UD Mocotó/Queimada, pode ser acessada em <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2022/10/Carta-do-Movimento-Negro-ao-Conselho-Universitario-da-Universidade-Federal-de-Santa-Catarina.pdf>.

**Figura 23** – Leitura de carta na sessão do CUn de 11/10/2022



Fonte: acervo particular do pesquisador.

As movimentações no curso de História também tiveram continuidade no dia 11/10, com a realização de uma assembleia de curso para debate mais amplo. Neste espaço, além de atividades de mobilização, formação e acolhimento no curso, ou ainda a organização do combate interno às opressões, também se pautou como base das mobilizações na História a construção em solidariedade dos chamados do Movimento Negro e do CALPe. Em meio a esses processos, almejava-se efetivar produções de materiais, intervenções para não ocorrência da aula de História Indígena, atividades paralelas para formação antirracista nas noites de segunda-feira, dentre outros, envolvendo estudantes e representações da chefia de departamento e da coordenação de curso. Pôde-se ainda endereçar trabalhos referentes à junção de relatos de problemas com a docente e à organização de denúncias e cobranças pela devida discussão destas no departamento de História nos dias seguintes, em reunião de forma aberta. A médio prazo, ademais, vislumbrava-se a realização da semana estudantil do curso sob o foco temático das relações étnico-raciais e do currículo, assim como a cobrança pela assunção da vaga da disciplina de História Indígena por outra pessoa.

Já no dia 13/10, data do ato massificado contra o racismo e junto às comunidades Quilombolas, centenas de pessoas se reuniram no hall da reitoria para a confecção de cartazes e a manifestação junto das lideranças do MNU e das Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs) do estado, assim como de representações de entidades estudantis e dos CNUs, tanto com falas públicas no térreo quanto com a subida do MNU ao gabinete da reitoria para cobrança e reunião sobre as pautas dos Quilombos. As manifestações destacavam não apenas a importância da intervenção no CUn, há poucos dias, ou da denúncia dos crimes e da tratativa

pela universidade para resolução, mas ainda a propositividade para prevenção e para mitigação de condições que favoreçam a exclusão e o distanciamento deste espaço frente às parcelas historicamente marginalizadas. Assim, as discussões e as perspectivas de criação da licenciatura ligada às CRQs, e maiores iniciativas da instituição para envolvimento do Movimento Negro no dia a dia de sua construção formal, apontavam sentido promissor.

Os dias seguintes serviram para organização de outros debates e ações nas diferentes camadas e iniciativas de movimento, fosse estudantil ou o MN. Porém, na onda de ataques pela universidade, não tardou a surgir outra situação alarmante: em 24/10, no CCJ, foi descoberta a propagação de mensagens de ódio a mulheres, a crianças, a pessoas judias e a outros grupos, violando abertamente os direitos humanos e fazendo apologia a estupro de vulneráveis, feminicídio, pedofilia e neonazismo, dentre outros absurdos. Com pronto repúdio das entidades, de coletivos e da universidade, o caso rapidamente ganhou repercussão, dada a projeção pública do CCJ e o grau mais escrachado de violências que, embora não fossem inteiramente novidade para o centro, tomavam proporções mais críticas.

Frente à letargia e à morosidade das autoridades do curso na proposição de ações de enfrentamento – seja da administração ou do ME, tendo o Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF) lançado uma nota de esclarecimento e feito pouco a mais –, o LeGon se organizou e convocou militantes do MN, especialmente da FREJUNA, para discussão do caso e proposição de ações de repúdio. Acompanhado ainda de notas de repúdio aos ataques e de solidariedade às parcelas oprimidas do centro, como do DCE<sup>34</sup>, o coletivo ocupou um espaço de discussão mais profunda e vinculação do episódio ao conjunto de agressões racistas que tomaram proporções preocupantes no semestre. Ademais, tratou de levar adiante as mobilizações.

Nessa continuidade de manifestações por toda a universidade, no mesmo período da ocorrência no CCJ, houve a conquista de uma reunião extraordinária conjunta entre Colegiado de Curso e Departamento de História, em 25/10, para tratativa acerca do caso de racismo pela

---

<sup>34</sup> Sua [nota de repúdio contra as manifestações nazistas na UFSC](#) indicava, dentre outras coisas, que “O Diretório Central dos Estudantes Luís Travassos vem por meio desta nota denunciar e demonstrar o seu repúdio às manifestações neonazistas e ao crime de ódio ocorrido nas dependências do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFSC. [...] A universidade, sustentada na exploração de trabalhadores majoritariamente racializadas, impede a permanência da classe trabalhadora, do povo preto, indígena, LGBTIA+ e das mães estudantes no ambiente acadêmico cotidianamente pela falta de políticas de permanência da instituição que dialoguem com as necessidades materiais dos estudantes. Somado a estrutura excludente desse ambiente, os ataques diretos racistas, transfóbicas e nazistas no espaço físico da UFSC reproduzem o discurso de que essas minorias não são bem vindas aqui. [...] Em um contexto de ascensão da extrema direita, não podemos fugir do enfrentamento daqueles que ameaçam a vida das pessoas que constroem o espaço universitário. O nazismo causou a morte de milhões de pessoas: judeus, negros, LGBTQIA+, romanis e outras minorias que foram perseguidas no mundo inteiro. Sua apologia é um crime de acordo com o Código Penal brasileiro, que deve ser recebido com punição à sua altura”. (DCE UFSC, 2022)



professora. A reunião foi construída também pela FREJUNA e pelo DCE, em apoio às representações estudantis e ao conjunto de estudantes presentes, a fim de imprimir maior força de reivindicação do Movimento Negro organizado e da entidade geral da graduação. Tal parceria seguiu na realização da semana estudantil, em novembro, com intervenção da FREJUNA na discussão sobre os CNUs e o movimento popular, em que, representando a Frente, pude apresentar os debates de minha pesquisa. Dessa forma, havia se consolidado novo espaço de disputa antirracista no curso de História, apesar da questão com a docente racista ter se mantido sem resolução adequada durante tal período.

Outro espaço de discussão e articulação construído junto do Movimento Negro se sucedeu no curso de Educação Física, diante de problemas locais de lacunas formativas e práticas racistas no PET do curso, a partir do uso de cantigas inapropriadas em atividades. Congregando a FREJUNA, o NEN e o Magali nesse apoio, a entidade representativa do curso conduziu uma reunião que, embora breve, conseguiu também acumular em sentido propositivo acerca das disputas curriculares, de modo a intervir de forma mais basilar e estruturante no curso para superação de tais problemas.

Iniciada outra semana, agora avançando para o mês de novembro, as tarefas de acompanhamento e articulação do MN seguiam, encontrando já no primeiro dia uma grande importância: a presença e discussão na audiência pública acerca da minuta da política antirracista que estava em elaboração na universidade. Com passagem de centenas de pessoas pelo espaço, na reitoria, essa etapa de consulta e formulação coletiva propiciou significativos acúmulos para ajustes do texto, tanto em caráter corretivo como complementar, atentando para lacunas e para potencialidades de melhor trabalho a partir do que já se expressava no documento. No próximo subcapítulo serão trazidas mais considerações sobre todo o processo.

No dia seguinte, 02/11, a FREJUNA pôde se organizar para dar continuidade e direção às movimentações, debatendo outras denúncias de ataques neonazistas (como no Centro de Ciências da Saúde (CCS)) e as ações até então, perspectivando seu alinhamento e condução da nova Assembleia Estudantil Negra, convocada para a noite de 03/11. A reunião da Frente ainda contou com felizes informes sobre a articulação para criação do CNU da Pedagogia, o Maria Firmina, e de um agrupamento antirracista no Centro de Ciências Agrárias (CCA), tal qual de discussões sobre o FOMOVEN e uma rearticulação pacienzosa do fórum, não devendo o movimento se atropelar ante suas tarefas mais imediatas e capacidades organizativas, afinal, tal instância tinha outra relação na UFSC e limitações históricas, não apagando sua importância (FREJUNA, 2022). Considerando ainda a demanda de discussões sobre permanência, junto à respectiva pró-reitoria da UFSC, mas também lacunas de informações e na própria



sistematização de dúvidas, a reunião indicou espera nesse debate para as próximas semanas.

O foco de discussão se deu em relação ao que ali se pautava como Virada Cultural Antirracista, lembrando as construções relacionadas ao pré-EECUN, localmente, e ao evento nacional que o seguiu. Tais construções anteriores, em duas edições, tinham pauta direta e delimitada como repúdio a violências sofridas por pessoas negras, sobretudo estudantes, na universidade. Ante a similaridade de contextos, a Frente foi acumulando que seria importante retomar a realização do evento, perspectivando-o para o começo do próximo semestre e com ações preparatórias mais expressivas de protesto, com manifestações em forma de ato nas próximas semanas, mas de caráter mais amplo e contundente, por toda a universidade, para pressionar pela aprovação da política antirracista no CUn.

**Figura 24** – Chamado para a Assembleia Estudantil Negra de 03/11/2022



Fonte: [postagem no perfil da FREJUNA no Instagram](#). Último acesso em: 11 jun. 2024.

Consolidadas as bases para discussão na assembleia, a partir do direcionamento da FREJUNA, o novo encontro aconteceu com menos pessoas, mas com igual ou até maior vontade e disposição para a luta. Visando a discutir as construções para o Novembro Negro, a Virada Antirracista, a rearticulação do FOMOVEN e os diálogos junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), sob organização de FREJUNA, LeGon, Magali, Orí, NEN, Coletivo Negro Minervino de Oliveira e MNU, a reunião estabeleceu atividades prioritárias, com foco na construção pelos CNUs da Marcha da Consciência Negra, principal evento de rua ligado ao Dia da Consciência Negra em Florianópolis nos últimos anos, idealizado pela FREJUNA; da participação em fóruns do ME como a sessão do Conselho de Entidades de Base (CEB) do DCE, para discussão sobre o Centro de Convivência e os ataques neonazistas; da 3ª Virada Antirracista e da mobilização para o CUn da política antirracista. O debate sobre o

FOMOVEN e a PRAE seguiu as perspectivas já construídas pela Frente.

Sob responsabilidade da FREJUNA, um encaminhamento de ponte com o restante do ME cabe ser destacado, por demonstrar não só a nova perspectiva de construção dos espaços, mas também referendar a importância de as movimentações recentes seguirem:

nesse intervalo de tempo até dezembro, também nos articularemos junto ao DCE para discutir com a entidade a incorporação ativa da luta antirracista em seu cotidiano, pensando um mecanismo da gestão, quem sabe uma nova comissão ou secretaria, que priorize essa elaboração política e articulação das questões antirracistas, anti-opressões, de forma cotidiana. Ainda sobre as entidades do ME, levaremos no CEB de quarta, dia 9, que as entidades façam assembleias e discutam em suas bases as opressões e ataques de ódio na universidade. Também, que o DCE pressione a reitoria, cobrando inclusive que esta se reúna e se atualize constantemente junto à polícia, para nos atualizar de informações sobre o caso, montando uma comissão ou outra forma de articulação entre reitoria e DCE para maiores repasses e acompanhamento desde as denúncias até as tramitações dos processos dentro e fora da UFSC, para que o DCE tenha isso organizado e possa repassar pra gente também. (Encaminhamentos..., 2022)

A pauta mais esperada, da Virada, acumulou sobre a necessidade de uma manifestação centrada no protesto, mas reivindicando o nome do evento anterior pelo próprio caráter de luta e da similaridade do contexto de agressão. Nesse sentido, ainda que sob o prejuízo da dimensão cultural e de integração sob outras formas, ficou endereçada para 10/11 uma manifestação em todos os cantos da UFSC contra o racismo, da manhã à noite. Seriam realizados contatos com jornais, produção de cartazes, panfletos e busca por materiais de agitação sonora. A divulgação e o chamado ao ME também tomariam espaço central, para envolver os cursos desde suas bases, então passando em salas e contatando as entidades estudantis. Também se indicou suporte à organização de uma assembleia do curso de Direito, por pressão do LeGon junto ao Centro Acadêmico do curso, inoperante quanto a isso.

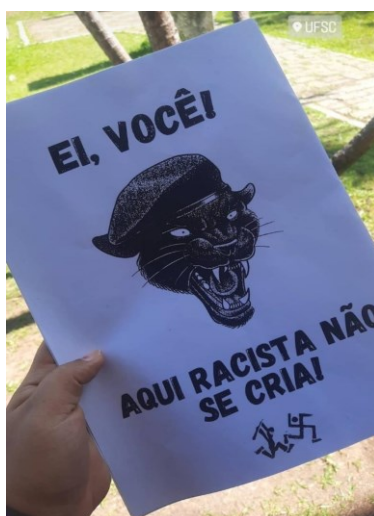
Figura 25 – Chamado para a 3ª Virada Antirracista



Fonte: [postagem no perfil da FREJUNA no Instagram](#). Último acesso em: 11 jun. 2024.

Essa mobilização, organizada e protagonizada pelo Movimento Negro, sobretudo os CNUs e a FREJUNA, mas também construída pelas entidades estudantis e toda a categoria, voltava-se então contra todos os crimes e ataques de ódio perpetrados pela UFSC naquele semestre, que inclusive davam sequência a outros crimes que não tinham sido fervorosamente denunciados e combatidos, como os ataques transfóbicos de meados de 2022, também no CED. Com isso, a abrangência de debates e de espaços de intervenção se faria maior, alcançando públicos e espaços distintos pela universidade. Pela manhã, após uma concentração na reitoria para organização dos trabalhos, passou-se todo o turno sob um processo de cortejo pelos centros de ensino com colagem de cartazes, agitação e interrupção de atividades por meio das baterias ou passagens em sala.

**Figura 26** – Registro de um dos materiais espalhados pela UFSC na 3ª Virada Antirracista



Fonte: acervo particular do pesquisador.

**Figura 27** – Intervenção em sala de aula durante a 3ª Virada Antirracista



Fonte: acervo particular do pesquisador.

**Figura 28** – Intervenção no hall de centro de ensino durante a 3ª Virada Antirracista



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Também se intentava realizar falas públicas e jograis a partir dos coletivos e demais iniciativas ligadas à luta contra a opressão na UFSC, ou panfletagens, falas pelas entidades e intervenções no Restaurante Universitário e no Centro de Cultura e Eventos, mas tais ações foram readaptadas. Pela tarde, além de parte da mesma programação, propunha-se a integração à roda de conversa promovida pela Semana Estudantil da Pedagogia, sob o título "vivências trans e travestis na universidade", e ainda uma aula pública com a prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane Sabino sobre racismo na universidade, bem como perpassando pela tarde e pela noite um cronograma com mais atividades de agitação e um encontro dos CNUs da UFSC, que foi realizado ao fim do dia.

**Figura 29** – Registro da aula aberta sobre racismo na universidade, da 3ª Virada Antirracista



Fonte: acervo particular do pesquisador.

Concretizando-se com grande êxito ante a reorganização já pautada desde o começo do dia, a Virada foi progressivamente envolvendo pessoas, com centenas de participantes pela tarde e uma conclusão, em roda de conversa sobre os CNUs, que alçou novo fôlego à luta tanto da FREJUNA e do MN em geral quanto das bases estudantis não-negras, uma vez que pôde aprofundar os sentidos de luta na universidade, o histórico de mobilização mais antigo e também o mais recente, mas sobretudo as potencialidades da coletividade para a construção de outras perspectivas de presente e de futuro, ainda mais em meio às sistemáticas opressões.

Nesse sentido, provando mais uma vez a pertinência e a qualidade exemplar da construção coletiva no MN para fortalecer a luta antirracista na UFSC com perspectivas de unidade, o evento encabeçado pela FREJUNA veio a levantar novamente os ânimos do combate às opressões na universidade. O preparo para os dias seguintes pôde então seguir firme, com a realização da Marcha da Consciência Negra, além da UFSC, e da sessão do CUn que definiria a política antirracista, momento que reuniu muitas pessoas na reitoria para acompanhar, pressionar e celebrar os novos passos dados na instituição, coroando o processo de mobilização que não se encerrava ali, mas firmava um novo momento da luta negra local.

### 3.4. A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL NA UFSC

Como desdobramento de uma proposta colocada como prioridade da gestão da reitoria, a partir de históricas reivindicações do Movimento Negro dentro e fora da UFSC, a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional (PERI) foi assim sendo construída ao longo do ano de 2022, embora considerando proposições e diretrizes já acumuladas na instituição e nos movimentos. As cobranças mais incisivas pelos coletivos ainda em 2021, quando da realização do Novembro Negro, levou a universidade a instituir um GT coordenado pela COEMA, ao final de janeiro de 2022, com o objetivo de atualizar a Proposta de Resolução Normativa sobre Racismo e articular ações de enfrentamento ao racismo institucional na UFSC.

Na retomada dos estudos, segundo comentários da própria COEMA em carta ou mensagens de repasse ao MN que foram compartilhadas em reuniões na UFSC, encontrou-se registros de processos tanto de 2015 quanto de 2019, tendo nesse mais recente inclusive uma minuta de resolução a ser encaminhada para o CUn. Com isso, o trabalho de atualização se facilitava, sendo organizado o GT contendo estudantes, movimentos sociais e sociedade civil, incluindo a comissão de igualdade racial da Ordem dos Advogados do Brasil. Ainda, segundo mensagens diretas da COEMA à FREJUNA,



desde lá, o GT identificou que: 1) a minuta do processo de 2019 não previa acolhimento a vítimas e não incluía servidores e educação básica; 2) a minuta de 2019 não tinha participação estudantil e de movimentos sociais; 3) a proposta de 2015 não foi incorporada na minuta de 2019, faltando as ações de educação e prevenção; 4) a minuta criava um novo dispositivo de "investigação" do racismo, fora da estrutura da UFSC, nomeando uma comissão com docentes, taes e estudantes; 5) a minuta de 2019 criava fluxos para casos de racismo e violências de gênero de forma pouco aprofundada.

O GT considerou que: 1) é preciso abarcar toda a UFSC e não somente a graduação. Inclusive trabalhadores terceirizados; 2) é preciso um fluxo que considere uma central de acolhimento a vítimas; 3) é preciso a participação estudantil e de movimentos sociais na construção bem como debate público antes de encaminhar ao CUN; 4) é preciso retomar o processo de 2015, incluindo ações de educação e prevenção; 5) é preciso usar o Estatuto da Igualdade Racial e o manual de enfrentamento ao racismo institucional na minuta; 6) é preciso qualificar as instâncias de investigação da universidade; 7) é preciso criar grupo permanente de acompanhamento e controle social da política após aprovada; 8) é preciso separar as demandas de gênero das demandas de racismo para seu aprofundamento administrativo, sem deixar de fora a interseccionalidade na concepção e método de tratamento dos casos. (COEMA, 2022)

Diante disso, a construção da resolução pôde abarcar inúmeras demandas das mais distintas áreas necessárias de se legislar a fim de assegurar um documento que avançasse concretamente nas lacunas históricas postas ao combate antirracista na UFSC. A fim de sintetizar acúmulos não só do GT institucional – embora este já contasse com uma participação diversa e que foi acolhida em suas colocações, numa construção diferenciada e positiva que levou a bons trabalhos –, a etapa preparatória da resolução (então ainda minuta) contou ainda com a apresentação do texto a uma audiência pública na universidade. Com isso, diversos setores da comunidade da UFSC ou que com esta se relaciona, incluindo o MN de toda a região, puderam participar e contribuir com revisões, complementos, críticas, elogios e apontamentos das mais distintas ordens.

Não se podia ignorar, porém, que os passos que avançavam para a realização dessa audiência não se descolavam do contexto de sucessivos ataques e crescentes mobilizações na UFSC contra os crimes de ódio que se espalhavam pela universidade. Nesse sentido, na contramão das intenções iniciais da instituição repassadas ao MN, que seriam de realização da audiência acerca da minuta apenas ao final de novembro, no dia 30/11, o MN tanto da universidade quanto além dela empenhou esforços coordenados à instituição para fazer acelerar a discussão e a aprovação de tal política. Sob contribuição coletiva para criar condições políticas e técnicas (vistos os ajustes no documento) para uma antecipação de todas as etapas, então, a audiência pública pôde ocorrer ainda no primeiro dia do mês, 01/11.

O evento, realizado com sucesso, contou com significativa participação popular e proposição de ajustes e de incrementos importantes que aprimoraram a minuta, para além de

ter servido para melhor publicização e coesioneamento das camadas envolvidas para defesa do texto e construção de mobilização para sua aprovação. Ali, já tomava corpo a política antirracista, animando os passos que viriam a seguir. Em mensagem divulgada na mesma noite, a vice-reitora já apontava que

[...] a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional da UFSC é uma resposta a toda a sociedade de que a nossa gestão não compactuará com as violências e os crimes de ódio. É uma política necessária, principalmente em tempos de tantas manifestações racistas e xenofóbicas na UFSC. Mas, uma política é bem mais que uma Resolução, é preciso que toda a comunidade acadêmica se veja implicada em fazer da UFSC um território livre de racismo e de manifestações de ódio. (Joana C. Passos, 2022)<sup>35</sup>

**Figura 30** – Audiência pública sobre a proposta da PERI



Fonte: [perfil da vice-reitora da UFSC, Joana Célia dos Passos, no Instagram](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Destarte, as semanas que se seguiram, as atividades anteriormente descritas, a exemplo da segunda Assembleia Estudantil Negra e da própria construção da Virada Antirracista, consideravam e pautavam então, também, a aprovação da minuta de resolução no CUn. Como desdobramento, houve forte processo de articulação e mobilização das bases, de pressão a integrantes do conselho, de organização para intervenção na sessão que pautaria o documento, assim como de diálogo e acompanhamento junto à reitoria para que se tivesse o melhor andamento de todos os trâmites. Tudo isso, vale frisar, sob iniciativa e exemplar execução pelo MN, junto de importante apoio das entidades estudantis, a exemplo, especialmente, do DCE e do CALPe.

A sessão do CUn, por sua vez, veio a ser realizada no dia 29/11, ainda antes da data prevista para o que seria a etapa prévia, de audiência pública. Abrindo possibilidade para

<sup>35</sup> A mensagem completa pode ser conferida em seu [pronunciamento sobre a audiência](#), no Instagram.

participação dos coletivos, mediante solicitação – devidamente realizada pela FREJUNA, dentre outros –, o encontro reuniu dezenas de representantes do conselho e ainda participantes-ouvintes, da comunidade em geral. A sessão ocorreu sem contratempos e foi marcada por importantes manifestações, desde falas enérgicas das mais variadas representações até intervenções da comunidade, todas em defesa da aprovação da resolução e do avanço do combate antirracista na universidade. Assim se aprovou o texto também conhecido como “política antirracista”, que é a Resolução Normativa nº 175/2022/CUn.

**Figura 31** – Sessão do CUn de 29/11/2022, que aprovou a PERI



Fonte: [perfil da vice-reitora da UFSC, Joana Célia dos Passos, no Instagram](#). Último acesso em: 11 set. 2024.

Em linhas gerais, tal resolução se fundamenta em distintas resoluções locais, nacionais ou internacionais acerca do combate ao racismo, da promoção dos direitos humanos e da igualdade e da justiça social para dispor sobre o enfrentamento ao racismo em suas diferentes formas de manifestação no âmbito da UFSC, “visando coibir, expressamente, quaisquer violações aos direitos humanos, promovendo a erradicação de atos discriminatórios e enfrentando as desigualdades raciais no âmbito da UFSC” (Resolução..., 2022). Abordando a compreensão sobre distintas categorias ou conceitos da temática étnico-racial, do racismo e do enfrentamento a este, o documento trata ainda de ações para o enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial na UFSC, versando sobre o caráter estruturante e transversal da política, a responsabilização das diferentes instâncias acadêmicas e administrativas da UFSC por seu desdobramento, bem como do desenvolvimento e da ampliação progressiva de políticas, programas e ações afins. Com isso, determina o que cabe às instâncias da Administração Central da universidade e a distintos cargos do serviço público atuantes na instituição.

O texto perpassa apontamentos sobre questões orçamentárias; de promoção de



processos seletivos com atenção e garantia da reserva de vagas, adotando critérios raciais, desde a educação básica até a superior, considerando também postos de estágio e as bolsas nas suas distintas modalidades; a garantia de material e da disposição bibliográfica nos acervos da universidade e na constituição das ementas das disciplinas e dos respectivos planos de ensino, em se tratando da temática étnico-racial; da promoção de cursos e processos formativos diversos para a comunidade, especialmente para os cargos do serviço público; de fiscalização, monitoramento, avaliação e demais mecanismos de acompanhamento geral da política a partir da perspectiva do controle social e do compromisso institucional com sua aplicação. Ainda, explora as caracterizações sobre os atos de racismo, apresentando com detalhes diferentes ocorrências e o que abarcam, bem como dispõe sobre sanções disciplinares e administrativas, o trâmite de processos de averiguação, como se deve proceder com as denúncias e, também, com o acolhimento às vítimas de racismo, dentre outras tantas coisas<sup>36</sup>. Assim, condensando longas reflexões e sínteses das lutas na universidade por garantia de direitos, combate às violências em seus variados aspectos e avanço na promoção de dignidade ao povo negro, a resolução apresenta um salto importante nas políticas universitárias.

De forma geral, então, das elaborações individuais às reuniões, ou mesmo aos protestos mais marcantes, o movimento construído pelos CNUs e pela FREJUNA evidencia como não só os princípios organizativos e as perspectivas políticas de construção coletiva, mas também as firmes concepções sobre o que é defender a presença negra na UFSC e lutar para que a ampliemos, são peça-chave para impulsionar diferenças na forma da instituição operar. Com isso, mais que intenções demarcadas em documentos ou vontades expressas nas suas reuniões, a concretude da ação política dos agrupamentos aqui estudados atesta que, conquistado nosso espaço enquanto povo negro na universidade – ainda que a duras penas, ainda que tentem dali nos expulsar –, é a luta cotidiana o pilar de sustentação da nossa presença nessas instituições. Ainda além, é esse tensionamento que abre caminho para a calibragem da função social e do que se expressa como realidade viva e cotidiana na construção da universidade, na disputa pelo que de fato exprime a riqueza cultural e política, a diversidade social espraiada Brasil afora.

Em meio a isso, nossa presença e contribuição para a universidade, traduzida na luta diuturna em seus mais variados formatos, enreda os distintos aspectos de sustentação das pessoas negras na UFSC para demarcar como o enfrentamento ao racismo perpassa essa defesa da permanência. Isso se expressa em toda a sua amplitude, pautando a construção de possibilidades reais para um presente e um futuro digno ao nosso povo. Afinal, mais do que

---

<sup>36</sup> Para maior aprofundamento, recomendo a leitura do [texto completo da resolução](#).

almejar a assistência ou a provisão de algum benefício, ao pautarmos a promoção de políticas focadas, direcionadas, produzidas pelo e para povo negro, carregamos também essa compreensão antirracista na defesa de nossa condição enquanto sujeitos de direitos. Destarte, vendo na prática dos coletivos como o combate antirracista em sua forma mais aberta não se desvincula da disputa pelo desenvolvimento de políticas que afirmem direitos e assegurem condições concretas de continuidade de avanço de nosso povo nos estudos e em todo seu fazer acadêmico. E, assim, colocando na ordem do dia, materializando a partir de muito sangue e suor, um presente com mais oportunidades, na forja de um futuro plenamente digno ao povo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi empenhando esforços combinados e valorosos na luta que chegamos, então, até os dias de hoje, podendo perceber como, do legado longínquo ao que vimos atualizando, as experiências de organização negra que hoje existem na UFSC apresentam saltos promissores. Toda essa trajetória de organização das lutas entre os coletivos e sua construção junto à FREJUNA destaca o papel da Frente enquanto instrumento de articulação, proposição e direção dos embates também dentro da universidade, ampliando as relevantes contribuições já empenhadas para fora e atendendo ao intuito de se constituir como agrupamento de referência e vanguarda para as lutas juvenis negras. Isso tudo, é claro, não sem forte discussão, acúmulo e intervenção dos coletivos: justamente, tal processo se deu a partir do entrelaçamento de pautas e perspectivas gerais de luta, mas ainda de militância entre pessoas que atuavam mutuamente no CNU de seu curso e na Frente, inclusive com a integração dos coletivos ou de militantes à FREJUNA em meio a essas lutas, podendo a Frente contar com militantes dos quatro coletivos aqui explorados.

Em uma distinta dinâmica de relação em rede, com uma visão mais ampla e um projeto político mais profundo e totalizante, a Frente propunha aos CNUs uma nova qualidade de ação política ao reorganizar, na combinação dos esforços coletivos, o espaço de intervenção negra no movimento estudantil e no todo da instituição. Isso, por sinal, tanto para os coletivos quanto para militantes independentes, reforçando sua articulação e atestando que não só as pessoas organizam lutas, mas também as lutas organizam as pessoas. Logo, congregando em seu círculo interno ou mesmo em seu entorno as novas figuras e as novas proposições de luta do MN na UFSC, a FREJUNA se consolidou como referência ao propiciar a interlocução e o amadurecimento dos coletivos na construção unitária da/junto à Frente, de forma a abrir novas condições de experienciação na luta e de alcance de outras dimensões elaborativas, organizativas e de intervenção que culminaram no próprio fortalecimento de cada CNU em particular. Assim, catalisando ações melhor coordenadas e com resultados significativos para o protagonismo e a continuidade da luta negra na UFSC.

Se o cenário do MN na UFSC outrora foi, para além de iniciativas individuais, muito fragmentado, cindido, sectário, hoje podemos atestar tamanha contribuição ao nos depararmos com uma outra qualidade de construção de movimento, outras perspectivas de luta e de futuro que, da sua forma ao seu conteúdo, ressaltam a coletividade como o caminho possível, certo e justo ao enfrentamento ao racismo. Dessa forma, agora, não só os CNUs melhor se reconhecem entre si, como também se articulam lembrando feitos da FREJUNA e apontando

para além do que foi possível construir no contexto relatado páginas atrás. Assim, não minorando a contribuição dessa articulação, mas galgando ainda mais inserção direta nas disputas universitárias e inclusive nos fóruns representativos ou mesmo consultivos, de diálogo junto às instâncias administrativas da UFSC.

Com isso, rememorando o que já se viu sobre a FREJUNA em meu estudo prévio, mas alargando aos CNUs e a essa outra guinada da Frente, retomo a importância e a necessidade do reconhecimento e do apreço às construções por estes grupos empenhadas, em toda sua justeza e potência, afinal,

a gente esquece também das nossas conquistas. [E] que pra um movimento numa cidade como Florianópolis, todas essas realizações são conquistas muito grandes, já. Cada passo dado já foi uma modificação muito grande em várias coisas, já atingiu muitas pessoas, e acho que são poucas coisas que já foram muitas, também. [...] Se não tem nenhum movimento organizado há não sei quantos anos numa capital, que tem um histórico tão grande da cultura negra, da população negra, e a gente tá aqui hoje construindo isso, já é uma mudança muito significativa na história. A gente sabe que teve outras organizações, de outras formas, mas a gente tá aqui hoje visibilizando várias pautas e mudando essa forma de organização política, e isso já é grande demais, uma mudança muito boa. (Geovana I. Mota, 2021 apud Favaretto Pereira, 2022, p. 165-166)

Ademais, fazem-se ainda mais importantes todas as ações desses CNUs e da Frente nesse cenário de acentuado sucateamento da educação, com vistas à refuncionalização da universidade pública e sua ainda maior conformação aos ditames das classes dominantes. A realidade gritante nas diversas instituições, e de igual forma na UFSC, é de uma significativa carência de recursos para assistência estudantil, seja para bolsas, vagas de moradia, qualidade satisfatória do Restaurante Universitário ou outros serviços ou políticas. Junto disso, apequenam-se as condições financeiras das camadas estudantis ante o quadro generalizado de desemprego e dificuldades legado dos últimos anos e ainda não combatido como deveria, a fim de ser revertido. Logo, muitas vezes, reside justamente nos coletivos o meio central de amparo. É ali que se dividem os textos impressos para as aulas, que se emprestam os equipamentos mais diversos, que se organiza e compartilha agendas para suporte de cuidado ou acompanhamento das crianças de colegas mães, por exemplo... entre muitas, muitas outras coisas. Quem está no dia a dia, afinal, são essas pessoas que se aquilombam e fortalecem em cada CNU, assim como na FREJUNA. Nas diferentes ações de estudo, nos laços afetivos, nas linguagens que produzem entre si e nas formações que trazem nesse conjunto outro significado, então, criam outras realidades menos sofridas, assim como mais revoltosas e esperançosas por transformações.

Em compasso, as contradições, as idas e vindas ante dificuldades organizativas,

descompassos de ação, problemas mais gerais do MN ou, sobretudo, as complicações da conjuntura vivida, marcam também que os coletivos não podem tudo. Há lacunas políticas, percalços que são produzidos ou evidenciados no próprio movimento à medida que se mostram as limitações dessa forma organizativa, com tal fundamentação e perspectiva menos totalizante ou profunda que outras iniciativas de luta política. Ainda assim, na sua diferenciação e novo olhar de construção de movimento que também é político, mas se expressa em formas distintas das usualmente vistas na universidade ou noutros espaços de maior furor de movimentos sociais, os CNUs, bem como a Frente, foram se mostrando sempre prontos a emergir novamente a cada momento de demanda, a cada chamado de mobilização política, de resistência, de ação coletiva para dentro ou fora da universidade.

Desse modo, o debate acerca dos CNUs deve considerar uma amplitude de ressalvas, mas mais ainda o quanto há a se aprender, no campo da militância, com tais experiências. Nesse mesmo sentido, não é cabível esperar dessas articulações a resolução para todos os problemas com que se deparam ou que buscam confrontar. Para além das fragilidades próprias a esse meio organizativo, sequer é de competência dos coletivos desenvolver trabalhos e políticas que reestruturem a universidade tal qual as respectivas instâncias administrativas e governamentais. Apesar de sua larga contribuição nos distintos eixos da universidade, requalificando o sentido do ensino, da pesquisa e da extensão, mas ainda de todo o convívio e da política universitária, não cabe a tais agrupamentos a responsabilidade de formulação e execução de ações institucionais, bem como não lhes é possível ter a mesma abrangência de elementos e alcance de sujeitos impactados, tampouco ação sistemática nesse sentido.

Indo mais a fundo, é preciso considerar que os CNUs se fazem necessários e, em certos casos, fundamentais à reorientação das universidades para o devido entrelace às necessidades e às vontades populares. Afinal, vêm dali muitas das contribuições escanteadas, marginalizadas ou mesmo barradas do meio acadêmico; descobre-se ali novas pesquisas e produções de todas as formas, forma-se profissionais de firme compromisso com a luta por dignidade ao povo; cria-se ali novas proposições de funcionamento democrático, participativo, popular e tanto mais nas instituições. Contudo, também não são capazes de, com sua bagagem intelectual e material, dar conta de suprir séculos de distanciamento (forçado) do debate étnico-racial e de novas práticas político-pedagógicas sob nossa perspectiva nas universidades. Falta verba, falta incentivo, falta condições de estudo, trabalho e convívio para promover com a devida grandiosidade uma inserção mais capilarizada dos saberes e das práticas populares na academia. Falta também estrutura para uma dedicação exclusiva ou mais próxima disso, assim como muitas vezes faltam contatos, faltam pontes, faltam oportunidades. Enfim, a organização por conta própria, ao passo

que propicia ganhos importantíssimos no sentido da flexibilidade organizativa, ainda lida com restrições nesse alcance, com uma realidade almejada ainda longe de ser alcançada.

Então, em novos pontos e passos, assim como contrapontos, os coletivos vão formando novos sujeitos nesse tensionamento constante e na ânsia por fazerem mais; remoldando caminhos e, aos poucos, avançando em maior reconhecimento e até referência nas instituições. É isso que demarca e agiganta a relevância da mobilização negra universitária, sobretudo dos CNUs, por serem provas vivas da potência da luta organizada para a efetivação das políticas afirmativas e de permanência; para a sustentação e o aprimoramento da Lei nº 12.711/2012; para a inflexão institucional, das esferas administrativas desde os cursos até os mais altos postos, em sentido de beber das estratégias e das formulações dos coletivos para abrir novos contextos de construção universitária com a cara de nosso povo, com espaço para sua expressão e para o engrandecimento de toda a comunidade. E para muito mais.

Já dizia **bell hooks** (1995) que o trabalho intelectual também é parte de nossos esforços pela libertação dos povos oprimidos e subjugados. Com esse intuito, nessa inflexão e na esteira dessas lutas, é que este trabalho assim nasceu, como singela mas esperançosa, confiante e contente contribuição acadêmica e militante, de luta. Enveredar nos estudos sobre esse tema, fazer-me sujeito vivíssimo e profundamente entrelaçado no fazer militante dessa pesquisa, fez-se ainda mais importante e significativo por captar as potencialidades não só do que já se construiu, do que construímos, mas do que ainda se apresenta como desafio nos tempos de hoje. Pouco há de atenção, menos ainda de estudo, acerca do impacto dos CNUs nessas políticas afirmativas que alcançamos, com um debate direcionado à permanência em suas tantas faces mas sob esse recorte racial na universidade, como o que lança de perspectiva a “política antirracista” da UFSC.

Dar esses passos iniciais, que introduzem essas bases de luta e reconstituem a trajetória, os acúmulos políticos, bem como demarcam a relevância de tais ações e desse estudo, ganha dimensão especial ao ver os campos de discussão de meu programa de pós-graduação se alargando, ao ver que a proposição de análise e os indicativos que aqui construí aventam ainda mais formulações. Afinal, este também é um trabalho ciente das limitações cabíveis não só ao nível de pesquisa do mestrado, mas também à conjuntura geral que atravessamos nos últimos anos e, em particular, aos tantos desafios e problemas de ordem particular que enfrentei.

Entretanto, em meio às adversidades e às vontades que ficam, é que se ilumina um caminho ainda promissor, à medida que a potência de construções promovidas até então pela luta coletiva também coloca inquietações muito relevantes para a sua continuidade e, em conjunto, para a continuidade das minhas pesquisas – e espero que de outras mais. Acompanhar,

estudar como podemos intervir por meio dos coletivos em como está se dando (e como pode se dar) o monitoramento e a implementação da “política antirracista”, por exemplo, é ponto central não só para a pesquisa que vislumbro ao doutorado, mas ainda à prática militante que contribui para o controle social das políticas por nós conquistadas, que propõe novas responsabilidades ao Movimento Negro da UFSC e além dela. Afinal, é preciso também avançarmos na reflexão acerca do que o MN avalia de tal política, bem como na elaboração sobre o que foram suas contribuições e como impacta o contexto em questão.

Assim, nesse processo, em que parto do coletivo e a ele sempre volto – talvez, diria eu, por nunca ter me desgrudado –, faço-nos guardiões dessa história, que se anuncia como um movimento que não cessa, instigando ainda grandiosas lutas daqui em diante. Lutas, talvez, ainda incertas em sua forma, em seus conteúdos mais mínimos, mas orientadas por essa perspectiva outra de educação e de política que a coletividade negra antirracista e emancipatória, dos CNUs à FREJUNA, veio a produzir. Orientadas pela certeza de que uma nova universidade e também um novo mundo, livre do racismo, há de brilhar para a nossa gente.

Avançar!

## FONTES

### ACERVO DA FREJUNA

COEMA. **Mensagem da COEMA aos coletivos negros sobre o andamento da minuta da política antirracista na UFSC.** Florianópolis, 2022.

FREJUNA. **Registro da reunião de articulação contra os casos de racismo de 04/10/2022.** Florianópolis, 2022.

FREJUNA. **Memória da reunião de mobilização da estudentada negra - sede DCE UFSC de 05/10/2022.** Florianópolis, 2022.

FREJUNA. **Relatoria da reunião de 02/11/2022 da Frente da Juventude Negra Anticapitalista.** Florianópolis, 2022.

FREJUNA. **Encaminhamentos da Assembleia Estudantil Negra de 03.11.22.** Florianópolis, 2022.

### DISPONÍVEIS NA INTERNET

COLETIVO NEGRO MAGALI. **O que é o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida?** 2019. Postagem na rede social Instagram em 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B2XbAWtBi2X/>. Último acesso em: 10 jun. 2023.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA DA UFSC. **Nota Informativa do Curso de Pedagogia sobre o crime de racismo praticado no banheiro do CED dia 28/09/2022.** 2022. Postagem na rede social Instagram em 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjEFupDA4Ms/?igsh=MWhvNXVnNzBqNDZpMQ==>. Último acesso em: 11 jun. 2024.

FREJUNA. **COLETIVOS NEGROS APOIAM A CHAPA 4 PARA O DCE UFSC!** 2022. Postagem na rede social Instagram em 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf7zKrHsEUb/?igsh=MXdzb3JvbzBzZ2h0ZA%3D%3D>. Último acesso em: 11 set. 2024.

FREJUNA. **Somos a FREJUNA.** Postagem na rede social Instagram. 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CHBJzVwFrar/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CHBJzVwFrar/?utm_medium=copy_link). Último acesso em: 22 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução Normativa nº 175/2022/CUn.** Florianópolis, SC: UFSC, 2022. Disponível em: [https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2023/03/RN\\_1752022CUn\\_Pol%C3%ADtica-de-enfrentamento-ao-racismo.pdf](https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2023/03/RN_1752022CUn_Pol%C3%ADtica-de-enfrentamento-ao-racismo.pdf). Último acesso em: 11 set. 2024.



## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Luana B.; NASCIMENTO, Maria A. S.; JULIANO, Filipe R.; NYACK, Zwanga A. Ações que pintam a universidade de povo: carta do coletivo negro Marlene Cunha para a Sociedade Brasileira de Luiz a André, quantos Rebouças perdemos por não termos ações afirmativas? **Mana** [online]. 2022, v. 28, n. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PjccpWfdmFwTKCDdkCjS45m/#>. Último acesso em: 22 jan. 2024.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (Cida). Branqueamento e branquitude no Brasil. O conceito de racismo institucional surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. In: **Racismo Institucional: Fórum de debates – Educação e Saúde**. 2002. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf>. Último acesso em: 19 jan. 2024.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-25, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr>. Último acesso em: 11 jun. 2023.
- CAMARGO, Sérgio Nascimento de. Perfil Twitter. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://twitter.com/sergiodireita1?s=09>. Último acesso em: 10 mar. 2022.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Último acesso em: 21 jun. 2023.
- COLETIVO ORÍ DE PSICOLOGIA ANTI-RACISTA. **Escuta Preta**. 2022. Postagem na rede social Instagram em 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cdd5--RFgdH/>. Último acesso em: 11 jun. 2024.
- COSTA, Lia Keller Ferreira da. **Os coletivos de estudantes negros das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro e o combate ao racismo epistemológico**. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campo dos Goytacazes, 2021. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2022/10/Dissertacao-de-Lia-Keller-Ferreira-FINAL.pdf>. Último acesso em: 14 mar. 2023.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. de Heci R. C. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn>. Último acesso em: 11 jun. 2023.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**. n. 21, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2485>. Último acesso em: 10 jun. 2023.

FARIA, Roberta B. de; ALVES, Aline N. R.; SILVA, Natalino N. da. O GRUPO DE ESTUDOS AÇÕES AFIRMATIVAS (GEAA): UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ESTUDANTES NEGRAS(OS). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 14, Ed. Especial, p. 129–146, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1447>. Último acesso em: 23 jan. 2024.

FAVARETTO PEREIRA, Artur. **Movimento Negro em Florianópolis - SC: a experiência da Frente da Juventude Negra Anticapitalista (FREJUNA) de 2019 a 2021**. 2022. 303 f. Monografia (Graduação) - Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235094/TCC%20Artur%20Favaretto%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 27 jan. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FORTES, Carine O.; BANDEIRA, Charlene da C.; AMARO, Tainá V.; ÁVILA, Luciane dos S.; AMARAL, M. J.; FORTES, Caroline O. O MOVIMENTO EDUCA: MACANUDOS E A (RE) EXISTÊNCIA COLETIVA NA UNIVERSIDADE. **Revista De Estudos Em Educação E Diversidade - REED**, v. 1, n. 2, p. 29-49. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/reed.v1i2.7586>. Último acesso em: 22 jan. 2024.

GOES, Jaina da C.; SILVA, Leonardo M. da; CARICATE, Mathaus N.; DOMINGOS, Vanessa Z. O debate da Questão Étnico-Racial no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. **Anais [...]**. Uberlândia - MG, 2018. Disponível em: [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538358129\\_ARQUIVO\\_ArtigoCopene2018FINAL.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538358129_ARQUIVO_ArtigoCopene2018FINAL.pdf). Último acesso em: 02 ago. 2024.

GOHN, Maria da G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/?lang=pt#>. Último acesso em: 14 set. 2024.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro Educador**. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Ed. Vozes. Petrópolis/RJ, 2017.

GOMES, Nilma L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133/>. Último acesso em: 03 abr. 2023.

GOMES, Nilma L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M>. Último acesso em: 13 mar. 2023.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 15, p. 134-158, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt>. Último acesso em: 11 mar. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra**. Baltimore: African-American Political Caucus; Morgan

State University, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos)

GUIMARÃES, Antonio S. A.; RIOS, Flavia M.; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVJLgzjCN>. Último acesso em: 08 nov. 2023.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, v. 3, n. 2. p. 464-476, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Último acesso em: 04 set. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/pesquisa/23/25888>. Último acesso em: 11 nov. 2022.

INADA, Angélica Kimie. **Quando a Unicamp falou sobre cotas**: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

JCA. **O que é fascismo?** Florianópolis, 2020. Vídeo do Instagram, de 26 set. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CFnVwLgAdrd>. Último acesso em: 10 dez. 2023.

JCA. **O que é fascismo? (parte 2)**. Florianópolis, 2020. Vídeo do Instagram, de 04 out. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CF73rLRHCgt>. Último acesso em: 10 dez. 2023.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/publico/TESE\\_KARIN\\_SANTANNA\\_KOSSLING.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/publico/TESE_KARIN_SANTANNA_KOSSLING.pdf). Último acesso em: 18 dez. 2022.

LÓPEZ, Esteban Cipriano Costa. **O Coletivo Nuvem Negra desafiando o racismo institucional no ensino superior**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50160/50160.PDF>. Último acesso em: 10 nov. 2023.

LUZ, Andréa da. Dos clubes sociais à militância: a história do Movimento Negro em SC. **ND Mais**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/direitos/dos-clubes-sociais-a-militancia-a-historia-do-movimento-negro-em-sc/>. Último acesso em: 11 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter D. A opção de-colonial: desprendimento e abertura. Um manifesto e um caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-282, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a13.pdf>. Último acesso em: 11 jun. 2023.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. de Solange R. e O. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013.

MOURA, Clóvis. **O NEGRO**: de bom Escravo a mau Cidadão? [S.l.]: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. Organizações Negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1983, p. 143-175.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História - nº 12)

MOURA, Clóvis. O significado dos quilombos. **Debate Sindical**, São Paulo, ano 9, n. 20, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. [S.l.]: [s.n.]. 2014.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. In: **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/1444-abdias-nascimento-quilombismo-um-conceito-cientifico-historico-social>. Último acesso em: 26 jan. 2024.

NASCIMENTO, Lucas F. do. A construção do coletivo UBUNTUFF e o impacto dos seus saberes no Instituto de Educação de Angra dos Reis. In: SILVA, Paulo V. B. da; MACHADO, Nathalia S.; ROCHA, Neli G. da. (Org.) **Negras escrituras, interseccionalidades e engenhosidades: movimentos negros, pensamentos, história e resistências - XI COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/u/0/folders/15J9UGT\\_A3E40amsQopPJKPicTzcd76Q](https://drive.google.com/drive/u/0/folders/15J9UGT_A3E40amsQopPJKPicTzcd76Q). Último acesso em: 18 jan. 2024.

NOGUEIRA, Azânia M. R. **Territórios negros em Florianópolis**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193680/PGCN0690-D.pdf>. Último acesso em: 02 abr. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=pdf&lang=pt>. Último acesso em: 25 mar. 2023.

NSC Total. Censo revela que Santa Catarina é estado com maior percentual de pessoas que se declaram brancas. **Grupo NSC**. 2012. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/censo-revela-que-santa-catarina-e-estado-com-maior>

percentual-de-pessoas-que-se-declaram. Último acesso em: 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro**: políticas da diversidade e organização política estudantil. 2019. 66 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/10067/1/Dissertacao%20Guilherme%20dos%20Santos%20Oliveira.pdf>. Último acesso em: 09 jan. 2023.

OLIVEIRA, Pedro Rocha; CHACON, Clarice. **Estado de exceção**: o que é, e para que serve. Blog da Boitempo. [S.l.] 20 dez. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/estado-de-excecao-o-que-e-e-para-que-serve/>. Último acesso em: 01 dez. 2023.

**O NEGRO, DA SENZALA AO SOUL**. Direção de Gabriel Priolli. SP: TV Cultura, 1977. (45min.). Disponível em: [youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A](https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A). Último acesso em: 11 dez. 2023.

**ÔRÍ**. Direção de Raquel Gerber. SP: produção de Raquel Gerber, 1989. (131 min.), son., color. Legendado.

PASSOS, Joana C. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/GzcL6VPqbGDxbrgwzvJ9Chy>. Último acesso em: 27 dez. 2022.

PASSOS, Joana C.; GAUDIO, Eduarda S. A atuação do movimento negro e as questões raciais no curso de pedagogia da UFSC. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49736/>. Último acesso em: 22 dez. 2022.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22402/%e2%80%9cO%20Mundo%20Negro%e2%80%9d\\_%20A%20constitui%c3%a7%c3%a3o%20do%20movimento%20negro%20contempor%c3%a2neo%20no%20Brasil%20%281970-1995%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22402/%e2%80%9cO%20Mundo%20Negro%e2%80%9d_%20A%20constitui%c3%a7%c3%a3o%20do%20movimento%20negro%20contempor%c3%a2neo%20no%20Brasil%20%281970-1995%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Último acesso em: 26 mar. 2023.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa** [online], v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/yJWCsH4YXhsXBTdgnWGwXfD/?lang=pt&format=pdf>. Último acesso em: 14 set. 2024.

PORTELLI, Alessandro. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Proj. História**, São Paulo, n. 15, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>. Último acesso em: 09 mar. 2023.

RATTS, Alecsandro (Alex) José Prudêncio. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **Nguzu**: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/18352/5/Artigo%20-%20Alecsandro%20Jos%20%20Prud%20%20Ratts%20-%20%202011.pdf>.  
Último acesso em: 19 jan. 2024.

REDAÇÃO. Mapa eleitoral de presidente por municípios – 2º turno. **Gazeta do Povo**. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-municipios-2turno/>. Último acesso em: 11 mar. 2023.

RIOS, Flavia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo**. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/publico/FLAVIA\\_MATEUS\\_RIOS.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/publico/FLAVIA_MATEUS_RIOS.pdf). Último acesso em: 14 dez. 2023.

RIOS, Flavia Mateus. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 85, p. 41-79, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/GZGfkVrFDVQyzs7XgXpG83D/abstract/?lang=pt>. Último acesso em: 11 dez. 2023.

ROHDE, Beatriz. ‘Barreira silenciosa’: turma com 10 formandos negros na UFSC sente falta de representatividade. **ND+**, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/barreira-silenciosa-turma-com-10-formandos-negros-na-ufsc-sente-falta-de-representatividade/#:~:text=Para%20combater%20a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20os,conta%20de%20todas%20essas%20viol%C3%A4ncias>. Último acesso em: 11 set. 2024.

ROHDEN, Júlia. Estado que mais votou em Bolsonaro no 1º turno vê vantagem cair na reta final. **Brasil de Fato**, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/estado-que-mais-votou-em-bolsonaro-no-1o-turno-ve-vantagem-diminuir-na-reta-final>. Último acesso em: 10 mar. 2023.

ROSA, Beatriz A. da; SILVA, Chaiane G. da; SANTOS, Joyce; CARICATE, Mathaus N.; DOMINGOS, Vanessa Z. Atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no período da greve estudantil da UFSC. **Anais [...]**. Niterói - RJ, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1B\\_5p\\_cwGCQwQy0vzPrYVvMHaOQrUY-Te/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/1B_5p_cwGCQwQy0vzPrYVvMHaOQrUY-Te/view?pli=1). Último acesso em: 01 ago. 2024.

ROSA, William Paulino. “**Aquilombar é o que dá força**”: redes de afeto, de fazer político e de produção de conhecimento em um coletivo negro de universitários de Medicina. 2022. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Último acesso em: 11 set. 2024.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O Movimento Negro e a Crise Brasileira**. 1985. Disponível em: <http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-movimento-negro-e-a-crise-brasileira.asp>. Último acesso em: 24 out. 2023.

SANTOS, Joyce; DOMINGOS, Vanessa Z. **É NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA: A atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da Covid 19. Revista Pindorama: O Serviço Social em destaque**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 133-141, 2020. Disponível em: <https://revistapindorama.paginas.ufsc.br/files/2021/02/%C3%89-NA-LUTA-QUE-A-GENTE-SE-ENCONTRA-A-atua%C3%A7%C3%A3o-Coletivo-Negro-Magali-da-Silva-Almeida-no-contexto-da-pandemia-da-Covid-19.pdf>. Último acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS, Karina Pereira dos. **“Tudo que nós tem é nós”**: continuidades históricas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras nas resistências coletivas ao epistemicídio na UFMG. 2021. 259 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/44629/1/Tudo%20que%20n%C3%B3s%20tem%20%C3%A9%20n%C3%B3s%20continuidades%20hist%C3%B3ricas%20do%20Movimento%20Negro%20e%20do%20Movimento%20de%20Mulheres%20Negras%20nas%20resist%C3%Aancias%20coletivas%20ao%20epistemic%C3%ADdio%20na%20UFMG.pdf>. Último acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, Wagner M. da; CAMPOS, Deivison M. C. de. **OS DOIS LADOS DO ESPELHO: A COBERTURA MIDIÁTICA E AS PUBLICAÇÕES DO COLETIVO NEGRO BALANTA NO EMBATE SOBRE AS COTAS NA UFRGS. Revista Prâksis, [S. l.]**, v. 1, p. 123-143, 2019. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1734>. Último acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo**: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. 2019. 265 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204570/PGSS0221-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Último acesso em: 01 out. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TEIXEIRA, Gabby M. **A formação de um território negro no espaço universitário de Campos dos Goytacazes**. 2017. 63 f. Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <http://bd.centro.iff.edu.br/bitstream/123456789/1928/1/Texto>. Último acesso em: 23 jan. 2024.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. **Fortalecendo os fios**: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste. 2021. 200 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15037/TRINDADE.%20L.%20R.%20Fortalecendo%20os%20fios...%20%28tese%29.pdf>. Último acesso em: 28 dez. 2023.

TRINDADE, Luana R. da; SANTOS, Karina P. dos. Coletivos de estudantes negros: estratégias e ações em tempos de pandemia do novo Coronavírus. In: SILVA, Paulo V. B. da; MACHADO, Nathalia S.; ROCHA, Neli G. da. (Org.) *Negras escrituras, interseccionalidades e engenhosidades: movimentos negros, pensamentos, história e resistências - XI COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/u/0/folders/15J9UGT\\_A3E40amsQopPJKPicTzcd76Q](https://drive.google.com/drive/u/0/folders/15J9UGT_A3E40amsQopPJKPicTzcd76Q). Último acesso em: 18 jan. 2024.

UFSC. Conselho Universitário aprova moção de repúdio a casos de racismo na UFSC. *UFSC*, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/10/conselho-universitario-aprova-mocao-de-repudio-a-casos-de-racismo-na-ufsc/>. Último acesso em: 25 ago. 2023.

VIEIRA, Maria C. F. de S.; GOULART, Treyce E. S.; CAETANO, Marcio R. V. Coletivo Macanudos de estudantes negras e negros da FURG: resistência e militância negra universitária em prol da equidade na região sul. VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. *Anais [...]*. Belém: UFPA, 2014. Disponível em: [https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_8c0b534830b44fb3b647bd067b5951e7.pdf](https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd_8c0b534830b44fb3b647bd067b5951e7.pdf). Último acesso em: 18 jan. 2024.



## ANEXO A – Panfleto da 3ª Virada Antirracista

### 3ª VIRADA ANTIRRACISTA 10/11, QUINTA, O DIA TODO NA UFSC

As últimas semanas foram marcadas por diferentes crimes de ódio na UFSC. Os ataques de cunho racista, neonazista, machista, transfóbico e tanto mais evidenciam o **avanço fascista que estamos enfrentando no nosso país**, como agudização da opressão diária imposta por esse sistema de exploração das nossas vidas, que tenta justificar a caça aos lucros e o extermínio de nosso povo a qualquer custo. Nesse sentido, a permanência da ampla maioria da comunidade universitária na instituição e sua própria existência se vê ameaçada nessa **ordem de terror**.

Quando falamos especificamente do povo negro, o buraco é muito mais embaixo: o que se enfrenta é um projeto genocida, fundamentado pelo legado de mais de 300 anos de escravidão que fazem do racismo uma peça-chave no funcionamento do nosso país. A opressão racista, patriarcal e capitalista se articula para evidenciar que essas manifestações de ódio carregam consigo toda uma ideologia e uma pauta econômica que quer ver à margem ou a sete palmos do chão as amplas massas trabalhadoras, que lutam para sobreviver em um país tão desigual como o nosso, em meio à fome, à miséria, ao desemprego e a índices alarmantes de brutalidade policial.

**FREJUNA**  
FRENTE DA JUVENTUDE  
NEGRA ANTICAPITALISTA

Nas universidades, dia após dia, essa estrutura elitizada do ensino superior no país se encarrega de anunciar que pouco se preocupam com o acesso, a permanência e o ensino emancipador para o povo negro, indígena, Quilombola, as mulheres, LGBTI+ etc., mesmo esses grupos somando maioria na nossa população. Nunca alcançamos um espaço universitário democratizado, e entrar e permanecer sempre foi um ato de resistência. **Os últimos ataques que aconteceram na UFSC escancaram a urgência de agirmos em defesa de nossas vidas**, nossa universidade, nosso futuro.

Nesse contexto, a **3ª Virada Antirracista chega com a proposta de um grande dia de mobilização na universidade**, denunciando os casos de racismo e cobrando uma postura combativa e efetivamente antirracista de toda a comunidade universitária. Somado a isso, essa mobilização virá para ser um marco de luta e resistência contra todos os demais ataques de ódio que vivenciamos nos últimos dias!

**Nessa quinta, 10/11/22**, a FREJUNA, junto aos diversos coletivos e entidades do Movimento Negro e do Movimento Estudantil, convoca toda a comunidade a se somar na Virada Antirracista e mostrar nossa força! Exigimos agilidade na investigação dos casos e a expulsão das pessoas criminosas! Lutamos pela construção de um projeto de universidade antirracista e antifascista, uma educação popular e verdadeiramente emancipatória! Te prepara, chega cedo e vem com garra, porque

**A COISA VAI FICAR PRETA!**

**FREJUNA**  
FRENTE DA JUVENTUDE  
NEGRA ANTICAPITALISTA

FREJUNA. Panfleto da 3ª Virada Antirracista. Florianópolis, 2022.